

Alto da Ajuda 2, 3, 4 Julho/82



## EP está à venda

- uma tarefa indispensável à Festa: vender a EP, ultrapassar as metas estabelecidas!



- a primeira jornada de trabalho indica a necessidade de melhorar e alargar o trabalho de mobilização e organização para erguermos a Festa.

Pág. 8

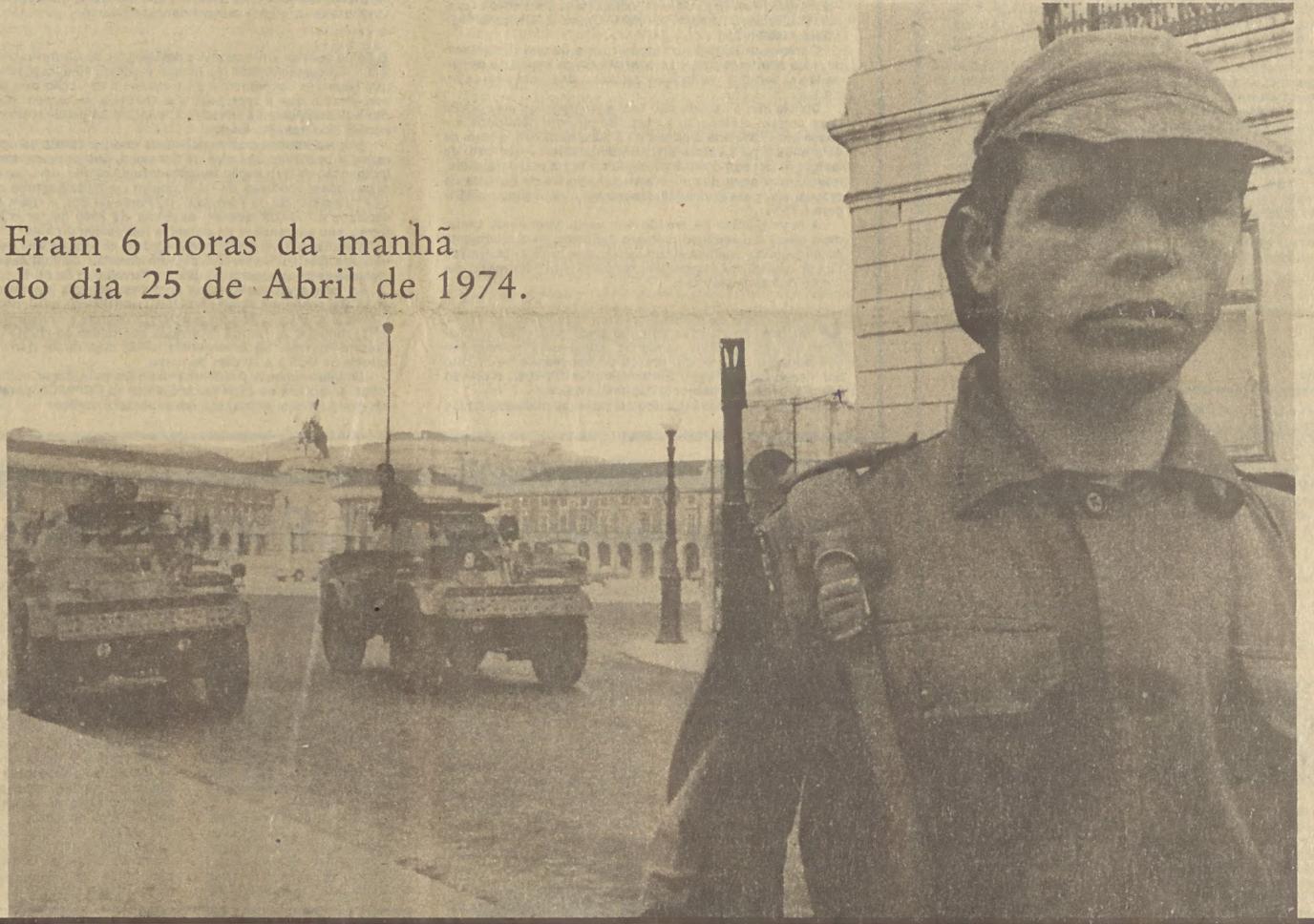
### NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA DO CC DO PCP

# CONFIRMA-SE

«A evolução da situação política, económica e social do País e os acontecimentos mais recentes confirmam inteiramente as razões que o PCP tem apresentado para a urgência da demissão do Governo "AD"».

Pág. 3

Eram 6 horas da manhã  
do dia 25 de Abril de 1974.



As comemorações em todo o País do 8.º aniversário do 25 de Abril constituem passos importantes na unidade dos democratas e na defesa da liberdade e do regime constitucional conquistado pelo povo português - Páginas centrais

## NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA

Um **Avante!** que dirá ainda mais alto

# avante!

Pág. 12

SEMANA Nacional

14 Quarta-feira

A Administração Geral do Porto de Lisboa recusa-se a receber os trabalhadores do restaurante do Mercado do Povo em vias de ficarem sem emprego devido ao despejo decidido pela Secretaria de Estado da Cultura...

15 Quinta-feira

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, chega a Luanda para uma visita oficial de quatro dias à RPA, sendo saudado por dezenas de milhares de angolanos...

16 Sexta-feira

Ramalho Eanes afirma em Luanda que «a política de apartheid não pode ser defendida em nenhuma circunstância» e que os trabalhadores do Metro e da Carris decidem convocar uma greve de 24 horas para o próximo dia 28...

17 Sábado

O Plenário da CGTP-Intersindical Nacional decide reivindicar a actualização dos salários mínimos, das pensões de reforma e de outras prestações sociais...

18 Domingo

Realiza-se em Évora o IV Encontro Regional de Eleitos da APU, no Alentejo, em que participam mais de 10 500 pessoas; no encontro é fixado o objectivo de reforçar a APU no Alentejo nas próximas eleições autárquicas...

19 Segunda-feira

Dezenas de trabalhadores da Reforma Agrária são brutalmente espancados à bastonada e mordidos por cães policiais em Ponte Sor, quando protestavam contra a entrega ilegal de terras da UCP...

20 Terça-feira

O ministro das Finanças, João Salgueiro anuncia o aumento de dois pontos das taxas de juro e confirma para breve a divulgação de novos aumentos de preços de bens essenciais...

Efeméride da Semana - Em 17 de Abril de 1978 é constituído em Évora o Instituto Bento de Jesus Caraça.

Editorial

ABRIL - ANO OITAVO NOVOS TEMPOS - NOVAS TAREFAS

Há oito anos, neste dia, "homens sem sono" davam os últimos retoques para a arrancada libertadora do 25 de Abril.

Trés dias depois, aos acordos cadenciados de "Grândola Vila Morena", os jovens Capitães da Revolução davam realidade ao sonho de gerações de portugueses...

No domingo - em massa, com determinação - Portugal democrático inteiro vai mostrar nas ruas que o 25 de Abril está vivo e bem vivo no coração das massas populares...

Cada uma delas tem um nome: chamam-se "liberdades democráticas", "nacionalizações", "reforma agrária", "controlo operário", "poder local democrático"...

Oito anos passados o combate continua. Os emúlos de Salazar e Caetano, infiltrados no Poder sob o rótulo da "AD" tentam fazer andar para trás a roda da nossa História.

Domingo, nas cidades, vilas e aldeias de Portugal - do Minho ao Algarve, das "ocidentais praias lusitanas" à raia de Espanha, de Lisboa aos Açores e à Madeira...

Amanhã, como ontem, como hoje, como sempre. "O Povo Unido jamais será vencido!"

Nunca como hoje foi tão exigente e necessária a união do nosso povo para manter abertas as portas que Abril abriu.

O Governo "AD"/Balsemão/Freitas, neste oitavo aniversário do movimento vitioso dos Capitães quis "brindar" os portugueses com novos agravamentos nas suas já tão precárias condições de vida...

Anteontem o representante directo dos Mellos da CUF no Governo - o ministro Salgueiro - anunciou um novo "pacote" de medidas antipopulares; amanhã o ocupante do MACP - o ministro Basílio Horta - vai completá-lo com novos "produtos" da ruína política antidemocrática do Governo "AD"/Balsemão/Freitas.

O ministro Salgueiro, com o ar mais natural deste mundo, diz mentir ao povo, na conferência de imprensa de terça-feira, sobre a verdadeira natureza das medidas anunciadas.

Diz ele que o escudo não será desvalorizado mas oculta duas coisas: o aumento da taxa de juro em dois pontos - passa para 23% nos créditos a 90 dias, para 25% a mais de dois anos e para 26% a mais de cinco anos...

A nova política de crédito anunciada vem ainda tornar mais difícil o acesso ao dinheiro daqueles, particularmente os pequenos e médios empresários, que mais necessidade têm de recorrer ao empréstimo bancário para o normal andamento dos seus negócios.

De facto além de tornar mais caro o dinheiro, as novas medidas anunciadas tornarão ainda mais difícil o acesso ao crédito. De futuro só alguns "compadres" e amigalhões poderão obtê-lo.

Principalmente os agricultores serão as maiores vítimas

das novas restrições anunciadas. Das 89 linhas de crédito bonificado à agricultura subsistirão apenas cerca de 30. Se a isto acrescentarmos o anunciado aumento do gasóleo, que o MACP vai amanhã tornar público, e o conseqüente aumento do custo dos factores de produção...

Obliviamos também, são os grandes detentores do capital quem mais beneficia das medidas anunciadas pelo ministro.

A mais escandalosa é a utilização dos títulos das Indemnizações dos capitalistas e latifundiários expropriados pelas nacionalizações e pela Reforma Agrária em financiamentos para investimentos directos noutras empresas.

Uma grande negociação está em vistas: o valor actual dos títulos de indemnização é de 130 escudos mas estão a ser negociáveis por 1000 escudos!

Com uma "varinha de condão" o tecnocrata dos grandes monopólios, João Salgueiro - o superministro da Economia, Finanças e Plano, que em certos círculos se aponta como sucessor de Balsemão - mete nos bolsos dos grandes possuidores da riqueza, entre eles naturalmente os Mellos da antiga CUF, vultuosos capitais que são hoje pertença do Estado português.

Cada vez mais o superministro da Economia, Finanças e Plano se afirma como o "gestor" da crise contra os trabalhadores e a favor dos grandes capitalistas e latifundiários.

Nesta política antioperária e antipopular do Governo "AD"/Balsemão/Freitas do Amaral é significativo que métodos fascistas despoitem com frequência na acção dos governantes e que a repressão e a violência se tornem num ritmo preocupante as formas de resposta às justas reivindicações dos trabalhadores.

A brutal intervenção da polícia de choque contra os operários e operárias da Loica de Sacavém, que provocaram a indignação da população trabalhadora da região, e as novas expedições punitivas da GNR contra os trabalhadores da UCP "Resistência da Tramaça", de Ponte de Sor, a quem os serviços do MACP querem esbulhar de 2800 hectares de terras, são expressões da paranóia repressiva do MAl.

A ofensiva contra a Reforma Agrária, desencadeada pelo ministro Basílio Horta, assume um carácter de liquidação violenta desta grande conquista da Revolução de Abril.

Simultaneamente o Governo nada faz para pagar os milhões de contos de dívidas do Estado às UCP's/Cooperativas por produtos entregues, em especial a cortiça.

O Governo "AD"/Balsemão/Freitas cai cada vez mais nas práticas fascistas, é o grande responsável pelo desencadeamento de novos conflitos e do aparecimento de novos factores de instabilidade social no mundo do trabalho.

Neste quadro de profunda desestabilização económica, financeira, social, se insere o insanável contencioso que opõe ao Governo "AD" e à sua política o conjunto das forças democráticas e patrióticas portuguesas.

Neste se situa, como frente política principal, a batalha da revisão da Constituição, de efeitos talvez decisivos para os destinos imediatos da Revolução de Abril.

Temos dito que os perigos maiores para a democracia portuguesa tinham tomado vulto com a existência de acordos entre o PS e a "AD" para a obtenção da maioria de dois terços na votação e novas disposições na revisão da Constituição sobre questões das mais melindrosas da nossa Lei Fundamental, designadamente, a competência da nomeação das chefias militares, a dupla responsabilidade do Governo perante o PR e a AR, as posições sobre matéria económica (irreversibilidade das nacionalizações, Reforma Agrária, limites dos Sectores) etc.

Como conciliar, porém, estas afirmações com o sentido claro da resposta de Mário Soares a Balsemão, ouvida por milhões de telespectadores no debate dos quatro dirigentes dos principais partidos na TV, de que os "consensos" já estabelecidos com a "AD", não são para a nomeação do CEMGFA mas de todos os altos comandos militares, se mantinham?

O PS propôs a apresentação do texto da revisão da Constituição no próprio dia 25 de Abril, a "AD" diz que sim desde que se chegue a "pontos consensuários" entre as duas formações.

Que quer isto dizer, que se passa afinal? Vai ou não o PS votar as emendas constitucionais que a "AD" pretende?

Que se deve também interpretar das palavras pronunciadas por Mário Soares à saída da sua reunião com os industriais do Norte quando, fazendo considerações estranhas sobre as "nacionalizações do MFA", dizia que o seu partido se propunha tornar passível a lei inconstitucional dos limites dos Sectores e a própria "lei Barreto"?

Exibir uma imagem - uma fraseologia de "esquerda" para esconder verdadeiras cedências à direita é um processo desacreditado que já em 1977 trouxe graves prejuízos à democracia e ao próprio PS quando da formação do governo PS/CDS.

O Povo português e certamente milhares de socialistas não o permitiriam.

Apontar estes perigos nas vésperas das grandes comemorações do 8.º Aniversário da Revolução é contribuir para a defesa da democracia e a dignificação das forças democráticas.

Que no domingo o poderoso leque das forças políticas e sociais que vão desfilar pelas ruas de Portugal inteiro possam soltar sem reserva mental, de coração aberto, o grande brado de confiança no futuro da democracia que é ao mesmo tempo um compromisso perante o povo:

- 25 de Abril, Sempre!

E este outro que sobe, patriótico, profundo, que exprime uma exigência inadiável:

- "AD"/Balsemão/Freitas para a rua!

Nacional

Visita presidencial à R. Popular de Angola

Depois de uma visita oficial de cinco dias à República Popular de Angola regressou, a Lisboa, na segunda-feira à tarde, o Presidente da República, general Ramalho Eanes.

Considerando que a visita excedeu largamente as expectativas, em declarações proferidas em Luanda poucas horas antes de regressar a Lisboa, o Presidente da República voltaria a afirmar, já na capital portuguesa, que em relação à visita os resultados obtidos em qualidade e amplitude ultrapassaram o que à partida se poderia prever.

Sulinhando, no discurso proferido no aeroporto de Lisboa, que com a sua visita levava ao povo angolano uma mensagem de solidariedade e entendimento e a determinação de contribuir para um clima de paz e progresso na África Austral, o general Ramalho Eanes considerou a visita que com esta viagem se abriu uma nova época nas relações entre os dois Estados, com amplas possibilidades de colaboração, com vantagens recíprocas, no plano cultural, técnico, científico e económico.

Durante a sua presença na República Popular de Angola, o Presidente Ramalho Eanes teve conversações com o Presidente da RPA, José Eduardo dos Santos. O general Ramalho Eanes

avistou-se também com o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, a pedido deste. E poucas horas antes de regressar a Portugal, avistou-se com uma representação da Frelim.

Durante os dias que esteve na República Popular de Angola o Presidente Ramalho Eanes visitou a baragem de Cambambe, a refinaria da Petróleo - que ainda recentemente foi alvo de um atentado terrorista - deslocando-se depois à província da Huíla, no Sul do País e que tem sido alvo de constantes agressões sul-africanas.

O Presidente Ramalho Eanes visitou também o Museu das Forças Armadas e a Embaixada de Portugal naquele país africano. Seguiu-se um encontro com a comunidade portuguesa radicada em Angola. E na última noite assistiu, juntamente com o Presidente José Eduardo dos Santos, a um espectáculo cultural, que incluiu danças tradicionais, no cinema Karl Marx.

práticas de "apartheid" e discriminação racial ali existentes, e condenadas as violações de integridade territorial dos países vizinhos que a República da África do Sul vem efectuando.

Ainda neste contexto, ambos os chefes de Estado reafirmaram o seu activo apoio ao livre exercício do legítimo direito de autodeterminação pelo povo namibiano e manifestaram a esperança de que os esforços desenvolvidos pelos países da Linha da Frente e pelo Grupo de Contacto possam conduzir com urgência à independência da Namíbia, nos termos da resolução 435 do Conselho de Segurança.

A situação de Timor-Leste onde persiste a ocupação legal

O comunicado refere, por fim, que o Presidente Ramalho Eanes convidou o Presidente José Eduardo dos Santos a visitar oficialmente Portugal, convite que foi aceite.

PCP

Delegações do PCP visitam a RDA

Delegação da DORA

No quadro da cooperação existente entre a Direcção da Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista Português e a organização distrital de Neubrandenburg do Partido Socialista Unificado da Alemanha, visitou esse distrito da RDA, entre 11 e 17 de Abril, uma delegação da DORA composta pelos camaradas Moisés Calado, membro do CC, Diamantino Dias, membro suplente do CC e Jorge Pinto, membro da CD de Évora do PCP.

Durante a sua estadia, a delegação da DORA foi recebida pelo camarada Kemnitzner, membro do CC do PSUA e pelo secretário provincial de Neubrandenburg, realizou contactos com camaradas responsáveis pelos sectores da agricultura, relações internacionais, propaganda e trabalho ideológico, tendo tido um encontro no departamento para o trabalho de direcção e quadros.

Em todos os locais visitados a delegação foi recebida e manteve conversações com os secretários das respectivas células. Assim aconteceu no Complexo de Reparação de Máquinas Agrícolas, na Cooperativa de Pesca e na Cooperativa Agrícola, na fábrica de madeira, bem como na Escola Catarina Eufémia, onde a delegação portuguesa após um ramo de flores no monumento ali erigido a Catarina Eufémia.

Grupo de Estudo

Com o objectivo de conhecer

a experiência e aprofundar conhecimentos acerca do trabalho de Propaganda do PSUA, deslocou-se à RDA de 11 a 17 de Abril, a convite do Comité Central do PSUA, uma delegação de estudo do PCP, composta pelos camaradas Vitor Neto, membro suplente do CC do PCP, Viriato Jordão e António Damiano, colaboradores da Secção de Informação e Propaganda.

Durante a estadia a delegação do PCP teve contacto com os camaradas responsáveis dos departamentos centrais do CC do PSUA, nomeadamente com o camarada Gäbler, membro do CC do PSUA, e responsável do departamento de Propaganda e o camarada Schneider do mesmo Departamento.

A delegação deslocou-se a Dresden onde foi recebida pelos responsáveis pelo mesmo sector de trabalho no distrito, nomeadamente a secretária do Comité Distrital responsável pela Propaganda, camarada Neuman e o responsável pelo respectivo Departamento Distrital, camarada Hammerling.

A delegação teve contactos com vários sectores de trabalho destes departamentos, visitou a Escola Distrital do PSUA em Dresden, os estúdios de cinema em Dresden e a empresa siderúrgica de Frelit. Estas visitas testemunham os laços de fraterno amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUA.

Assim vai a RTP/AD...

Seqüência televisual do serão de domingo passado: Telejornal da reportagem da homenagem a Adelino Amaro da Costa, na sede do CDS; Telejornal transmite parte do discurso de Freitas do Amaral; Telejornal anuncia para os oito e trinta um documentário sobre a vida daquele dirigente político; aos oito e trinta começa o documentário que teve duração superior a trinta minutos. A abrir o documentário, as palavras do Freitas do Amaral. O que se chama uma faena bem ligada...

O documentário abre com a imagem de duas mãos que se cumprimentam. Esta imagem, aliás, aparece com muita frequência na televisão, até em anúncios publicitários. A UGT agradece, reconhecida, os amigos são para as ocasiões.

Depois, há um esforço gigantesco por descobrir na biografia pontos de referência valiosos ou significativos. Quase não se ultrapassa o teor do simples lugar comum: era muito inteligente, estudava muito, tirava grandes classificações, todos gostavam muito dele, era muito falador e muito simpático, até convidava o

dr. Mário Soares para a festa do seu aniversário. Colhem-se os depoimentos do seu pai (que se refere «à chamada guerra colonial...»), do sr. Rui Santos, de Alberto João Jardim, de Marcelo Rebelo de Sousa e de Mário Soares.

Este conta que, aquando a formação do governo, a sua (dele, Mário Soares) vontade era que Amaro da Costa sobrasse a pasta dos Negócios Estrangeiros, mas o CDS achou que ele era mais útil na Assembleia da República, a defender o governo. Soares considera que foi um erro, pois Amaro da Costa se tornou no motor da ruptura do CDS com o PS. No final da sua intervenção, Soares diz, solene, que Amaro da Costa tinha um projecto e que «esse projecto era posto ao serviço da causa de Portugal...» O documentário era um produto artesanal, a imagem e semelhança doutro em que se exaltava, a custa do dinheiro do Povo português, a figura de Sá Carneiro e ao qual a RTP atribuiu o prémio do melhor documentário. Se a administração de Pregoza chegar até ao ano, é mais que certo que a biografia de Amaro da Costa terá a mesma sorte. E é bem feio.

Até Amanhã Camaradas de Manuel Tiago. O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

Avante! Publicidade central, distribuição, assinaturas, endereço: Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

PCP

# Nota da Comissão Política do CC do PCP

**1.** A evolução da situação, política, económica e social do País e os acontecimentos mais recentes confirmam inteiramente as razões que o PCP tem apresentado para a urgência da demissão do Governo AD.

**2.** Confirma-se que a permanência da AD no Governo conduz a um drástico e contínuo agravamento das condições de vida da população, patente no vertiginoso aumento do custo de vida, na acentuada redução do poder de compra, na agudização dos problemas da saúde, da habitação e do ensino, no aumento do desemprego e dos despedimentos, nas intoleráveis dificuldades, sacrifícios e privações injustamente impostas à população laboriosa e com reflexos dramáticos na situação das camadas mais desfavorecidas.

Os aumentos de preços de produtos essenciais agora anunciados pelo Governo, ocorrendo a par da generalizada e constante subida dos preços de inúmeros outros artigos, bens e serviços de primeira necessidade, representam um novo e profundo golpe nas precárias condições de vida da população, que justifica uma pronta indignação e protesto popular.

**3.** Confirma-se que a permanência da AD no governo empurra velozmente o País para uma situação de verdadeira catástrofe económica e financeira.

O brutal agravamento da situação financeira do País, traduzida no final de 1981, em défices pavorosos na balança de transacções correntes (aproximadamente 175 milhões de contos), na balança comercial (345 milhões de contos), no enorme crescimento da dívida externa (700 milhões de contos), no elevado montante dos encargos com juros dessa dívida (71 milhões de contos), na estagnação da actividade produtiva — espelham o clamoroso fracasso da política económica da AD ao serviço do grande capital, cujo prosseguimento conduziu Portugal a um desastre de proporções incalculáveis.

O «pacote» de medidas agora anunciadas pelo Governo — aumento de preços e redução dos consumos populares, aumento das taxas de juro e contracção do crédito a par de novas e generosas isenções, facilidades, e benesses ao grande capital — conduzindo inevitavelmente à redução do poder de compra, à redução do mercado interno, à estagnação da actividade produtiva, a mais dificuldades e falências para os pequenos e médios empresários, a maior desemprego, insiste numa orientação comprovadamente incapaz de fazer face à crise económica e que só pode conduzir ao seu agravamento.

Procurando criar situações favoráveis a «governos fortes» ao serviço do grande capital, o Governo e os partidos da AD procuram lançar sobre os trabalhadores e o movimento operário, sobre a Constituição, o regime democrático e as conquistas da Revolução as responsabilidades da crise económica e financeira.

A verdade porém é que a dramática situação em que o povo e o País se encontram é o resultado dos objectivos e dos métodos de uma política desenvolvida e agravada pelas forças reaccionárias que, violando a Constituição e em guerra aberta contra o regime democrático, visa o reforço da exploração dos trabalhadores e a restauração do poder económico e político dos monopólios (associações ao imperialismo) e dos latifundiários.

**4.** Confirma-se que a permanência da AD no Governo representa a ameaça de total destruição das grandes conquistas democráticas do Povo português que são parte integrante e indissociável do regime constitucional e da democracia portuguesa.

O prosseguimento da ofensiva reaccionária contra a Reforma Agrária (roubo às UCP's Cooperativas das melhores terras, gados, máquinas, instalações e benfeitorias feitas pelos trabalhadores, retenção de dinheiros de cortiça e outras dívidas do Estado e, mais recentemente, os inquéritos-fraude, a escandalosa venda ilegal de terras

das UCP's em hasta pública e os processos executivos fiscais) contra as nacionalizações (venda ao desbarato de participações do Estado, recusa de investimentos, asfixia financeira, reprivatização de sectores mais rentáveis etc) — representa um gravíssimo crime contra os interesses da economia nacional a que urge pôr termo.

Assume igualmente a maior gravidade a ofensiva do Governo AD contra a autonomia e a democratização do Poder Local, bem patente no «pacote» legislativo anti-autárquico, o qual visa consagrar a espoliação das autarquias de verbas e competências que legitimamente lhes pertencem e viciar o processo eleitoral autárquico. O chamado debate público sobre «regionalização», planeado como uma grande operação eleitoralista da AD, constitui uma nova ameaça sobre o Poder Local e um instrumento de centralização. Por isso mesmo, representa uma nova fonte de dificuldades e contradições da AD e um factor adicional do seu descrédito e isolamento.

**5.** Confirma-se que a permanência da AD no Governo ameaça seriamente os direitos e as liberdades dos cidadãos e a vida democrática do País.

As intervenções repressivas das forças de segurança a mando do MAI (de que se destacam os casos mais recentes ocorridos na Fábrica de Loica de Sacavém e em Ponte de Sor) a culpabilidade e estímulo governamental às perseguições e arbitrariedades patronais, a criação de serviços de informações, de grupos especiais de combate ao terrorismo e departamentos especiais de investigação política, o comportamento provocatório do Governo em todo o período de preparação e realização da Greve Geral de 12 de Fevereiro, os projectos de viciação do processo eleitoral, a escandalosa situação de férreo controlo e desavergonhada manipulação pela AD da comunicação social estatizada, testemunhando as concepções totalitárias e objectivos antidemocráticos do Governo, atestam inequivocamente que o Governo AD é um corpo estranho na democracia portuguesa que a corrompe e ameaça.

**6.** Confirma-se também que a permanência da AD no governo significa uma degradante submissão da política externa portuguesa aos ditames e planos agressivos do imperialismo com humilhante sacrifício da soberania, dignidade e independência nacionais.

Neste contexto, não pode deixar de se denunciar a recente operação combinada entre o CDS e UNITA como uma provocação antiangolana visivelmente orquestrada para afectar as relações entre Portugal e a República Popular de Angola e que incluem a tentativa de iludir a opinião pública, apresentando como gente respeitável e generosa um grupo de fantoches do imperialismo e dos racistas sul-africanos responsáveis pelo rapto e sequestro injustificado e arbitrário de portugueses durante vários anos.

De particular gravidade se reveste, noutro plano, a posição do Governo AD favorável à integração da Espanha na NATO. O PCP tem-se pronunciado abertamente contra o alargamento da NATO que, na conjuntura actual, se insere claramente na política agressiva do imperialismo norte-americano visando o agravamento das tensões internacionais, a corrida aos armamentos e a supremacia militar do bloco imperialista.

Por esta razão a Comissão Política do PCP considera que a posição justa de Portugal deveria ser a oposição à entrada da Espanha na NATO. Entretanto, se tal se tornar inevitável, Portugal deveria opor-se a tal decisão antes que estivesse completamente seguro de que não seria estabelecido um comando único na Península e que não se efectuariam uma globalização militar dos dois países.

**7.** O PCP salienta que a par da acção do Governo e da maioria AD na Assembleia da República, graves perigos para o regime democrático conti-

nuam também a emergir do processo em curso de revisão da Constituição.

Como reflexo da luta dos trabalhadores e do movimento operário e popular e de uma vasta mobilização de amplos sectores democráticos em defesa da Constituição de Abril e da respectiva repercussão na situação política e na correlação de forças, é hoje patente que a AD dificilmente conseguirá realizar todos os objectivos que tinha concentrado na revisão constitucional; conquista de todo o poder político, destruição dos direitos dos trabalhadores, das liberdades dos cidadãos, das conquistas da Revolução e do sistema económico-social consagrado na Constituição.

O PCP adverte entretanto os trabalhadores e os democratas de que persiste o enorme perigo de, através da revisão da Constituição, a AD se assenhorar do controlo das Forças Armadas, em resultado de o PS, se ter posto de acordo com a AD a fim de transferir para o Governo as competências militares do Presidente da República, designadamente a de escolher as chefias militares, assim como competências militares do Conselho da Revolução.

Sublinhando a necessidade de se prosseguir vigorosamente a luta em torno da defesa da constituição, designadamente com o objectivo de impedir que a AD venha a conquistar com a revisão os instrumentos para impor a sua política pela violência e pela repressão, o PCP salienta que tem de ser considerado um insulto aos sentimentos democráticos do Povo português a tentativa de ligar uma tal revisão (que consagraria a sujeição das Forças Armadas às ordens da AD) à data do 25 de Abril em que o Povo português celebrando a sua libertação justamente evoca a contribuição das Forças Armadas para o derrubamento da ditadura fascista.

**8.** O PCP acentua que a direcção do PS continua a assumir sérias responsabilidades tanto em relação aos graves perigos que subsistem na revisão da Constituição como no respeitante à substituição do Governo AD.

Tendo, sob pressão do descontentamento e da luta popular e democrática, rectificado algumas das suas posições de colaboracionismo com a AD em matéria de revisão constitucional e modificado a sua atitude pública face ao Governo AD, a direcção do PS, procura invocar agora as pressões e apelos da AD como prova de que nunca teriam existido entendimentos ou acordos do PS com a AD e, de que quando muito, se trataria de concessões pouco relevantes.

A verdade, tão indiscutível como preocupante, é que a direcção do PS, em matéria de revisão constitucional e numa questão crucial para a vida do regime democrático, continua disposta a oferecer à AD o controlo e a instrumentalização das Forças Armadas, como se conclui da afirmação feita por Mário Soares no recente debate na RTP de que caberia ao Governo a escolha de todos os Chefes de Estado Maior.

Tem igualmente de ser considerada como extremamente negativa e reveladora de que o PS não se libertou de uma política de compromissos com a AD e o grande capital a promessa feita por Mário Soares de nova lei de delimitação dos sectores após a revisão constitucional.

**9.** A luta de massas — cuja amplitude, combatividade e persistência se tem revelado como um elemento fundamental e decisivo na evolução da situação política — conduziu já a importantes derrotas do Governo AD (desmoronamento do tecto salarial, congelamento do pacote laboral, etc.) e contribuiu igualmente para a parcial rectificação, num sentido favorável à defesa do regime democrático, de alguns aspectos da orientação e altitude de forças e sectores democráticos.

Só o prosseguimento firme, decidido e corajoso da luta popular e democrática poderá determinar novas der-

rotas do Governo AD que, contribuindo para o seu ainda maior enfraquecimento e descrédito, tornarão mais próxima a sua necessária demissão.

A Comissão Política do PCP apela aos trabalhadores e aos democratas para que intensifiquem a luta em defesa dos seus interesses vitais e para que participem activamente nas iniciativas unitárias comemorativas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, transformando-as em grandiosas jornadas de luta que reafirmem a força e a vitalidade da democracia portuguesa bem como a exigência nacional e democrática da demissão do Governo AD.

**10.** Apesar das provocações, campanhas e manobras desestabilizadoras da AD, o regular funcionamento das instituições democráticas, incluindo o exercício das competências constitucionais dos órgãos de soberania, teve uma expressiva afirmação no domínio da política externa na visita do Presidente da República Portuguesa à República Popular de Angola.

O sucesso da viagem presidencial apresenta-se como um contributo positivo para o desenvolvimento de relações mutuamente vantajosas entre Portugal e a República Popular de Angola e reveste, por isso mesmo, o alcance de uma importante iniciativa nacional.

**11.** O regular funcionamento das instituições democráticas e o papel dos órgãos de soberania competentes não podem também deixar de afirmar-se em relação ao desenvolvimento extremamente perigoso que se verifica na situação política interna. Face à evidência de que do Governo AD só há a esperar o agravamento desmedido dos problemas do povo e do País, face à poderosa expressão do descontentamento, do protesto e da luta popular, face à fraqueza, isolamento, descrédito e redução da base de apoio político, social e eleitoral da AD, têm o dever democrático e patriótico de não tolerar a agudização e o apodrecimento da situação e de adoptar as decisões que abram caminho à solução da crise.

O PCP considera que cada dia que passa com a AD no Governo mais necessárias, justificadas e inadiáveis se apresentam as quatro medidas essenciais de há muito propostas pelo PCP: demissão do Governo AD, dissolução da Assembleia da República, formação de um governo de gestão e convocação antecipada de eleições legislativas no prazo constitucional de 90 dias.

Salientando que correspondem a uma incorrecta avaliação da situação quaisquer ilusões no sentido de que já estariam afastados os perigos principais para o regime democrático, o PCP sublinha que a urgente demissão do Governo AD e a convocação de eleições são a única medida susceptível de proteger o regime democrático dos sérios perigos que a AD continua a fazer pairar sobre ele.

Em eleições democráticas realizadas com um governo de gestão respeitador da legalidade e das normas democráticas, a AD sofrerá uma estrondosa derrota, abrindo-se caminho para uma alternativa democrática que garanta um novo governo e uma nova política ao serviço do povo e do País.

**12.** Num momento em que se aproxima o 8.º aniversário da libertação do Povo português do fascismo, o prosseguimento da luta dos trabalhadores e das massas populares, a afirmação dos sentimentos democráticos do Povo português, a crescente cooperação e unidade de todas as forças e sectores democráticos, constituem o caminho seguro e certo para impor a derrota definitiva da AD e defender e continuar as realizações, as esperanças e ideais do 25 de Abril.

21-4-82

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

## Assembleia da República

### Atingida de incapacidade a 'AD' esbraceja agonizante

Nos últimos tempos, na Assembleia da República, os ânimos aquecem com facilidade. Discussões que oporiam de modo civilizado ainda que fortemente, a maioria e a oposição há meses atrás, são motivo hoje de querelas processuais longas, de irritações intempestivas da 'AD', de insultos que ultrapassam frequentemente os limites da paciência da oposição, quando não os limites da própria dignidade da Assembleia. Quando se inicia um plenário nunca se sabe o que vai acontecer. Mas suspeita-se sempre que a agenda acordada não vai ser cumprida, que a tempestade vai estalar. Atingida de incapacidade, a 'AD' esbraceja, injúria, quer ofender. À mínima crítica explode. Se crítica não recolhe, inventa-a, acusa a oposição de a ter proferido. Os últimos dias são bem reveladores de uma situação emocional extremamente tensa que atinge a ruptura a todo o momento nas bancadas que apoiam o Governo.

Na memória de toda a gente ficaram as manobras grosseiras utilizadas pela 'AD' para impedir que se votasse o projecto de amnistia de infrações disciplinares em jornais estatizados, projecto assinado por deputados de todos os grupos parlamentares e que visava, afinal de contas, acabar com situações de injustiça que o arbítrio de alguns directores criara, por motivos políticos, a alguns jornalistas.

Colocada numa situação em que era já visível a sua derrota, a 'AD', descaradamente, manipulou o regimento da AR para que o projecto não fosse votado. E apareceu ao outro dia com o trunfo — de um viaduto baralho — à mostra: substituiu os deputados renitentes, convencerá entretanto outros a dar o dito por não dito. Alguns deputados — o independente do CDS Sanches Osório e Natália Correia do PSD, assim como os monárquicos, não compareceram-se à substituição mas recusaram-se à votação; outros vergaram às razões (1) que as respectivas directivas avançaram. Um deputado signatário apenas, nas bancadas da 'AD' recusou-se à pirueta. Assinar um documento e tomou as responsabilidades que a sua atitude determinara. Trata-se de Barriero Ruas, do PPM que, sozinho, se levantou à direita do hemiciclo para votar um projecto recusado pela 'AD'. De qualquer modo bem patentes ficaram, de novo, as grandes dificuldades em que vive a maioria.

**Qem são os abusadores?**

"O PS está a abusar!" gritava na sexta-feira passada o incrível deputado Sousa Tavares, arrastado da sala para fora por corredores do seu, no quarto de legionários seus, no quente que a Assembleia se habituou a ver. Um facto que poderia passar despercebido foi de tal modo

empolado com os insultos das bancadas 'AD' que chegou a recitar-se o pior. Nessa manhã, António Arnaut, do PS, intervinha no debate sobre as "taxas moderadoras" que a UEDS e o PCP se propunham revogar através de projectos de lei. Nesse momento, revelando pouca preocupação pelo tema e algum desrespeito pelo orador, vários deputados do PSD conversavam uns com os outros, levantados e virando as costas ao plenário. Indignado, Arnaut verberou esse comportamento. Jaime Ramos, do PSD, fez-lhe ver que a bancada do PS estava praticamente vazia — o que era verdade — mas, para além de ter respondido a uma crítica com outra, o que revela ter acusado o toque, o deputado fez mais, trazendo ao plenário conversas particulares e ironias que ali ditas foram, pelo menos, de mau gosto. Mostrou-se bem pouco digno, o que Arnaut sublinhou acusando-o de mau aprendiz da democracia.

**Corrupção e repressão**

No período de antes da Ordem do Dia de quinta-feira passada, dois deputados comunistas trouxeram ao plenário inter-

venções que abordaram temas de actualidade. Zita Seabra, que falou sobre a incapacidade governamental e os favores da 'AD' ao patronato e aos capitalistas, e Jerónimo de Sousa que se deteve sobre os processos repressivos que o patronato, coberto pelo Governo, lança sobre os trabalhadores da Fábrica de Loicas de Sacavém.

A deputada comunista, abrindo a sua intervenção com a referência aos acontecimentos que marcaram a situação política portuguesa — a paralisação da AR pela 'AD' e o debate televisivo que revelou a incapacidade governativa dos líderes da coligação — afirmou:

"É cada vez mais grave para o país e para os portugueses que se deixe prolongar a vida (a vida não, a agonía) deste governo pois cada dia que passa novos factores de descontentamento surgem no povo que descre profundamente"

mente o Governo Balsemão, da sua política e das pessoas que o compõem.

Sublinhando as lutas que o povo vem travando — o furor do tecto salarial, a defesa da Reforma Agrária, a greve de 12 de Fevereiro, a marcha contra o desemprego — Zita Seabra salientou que essa luta tem os seus naturais reflexos na acção parlamentar da oposição e atinge também a própria 'AD', agudizando-se a crise do Governo e da coligação governamental.

Sinal da crise: o isolamento do Primeiro-Ministro, as lutas internas da 'AD', o escândalo Ângelo Correia, o Ministro dos Negócios Estrangeiros a passear de iate enquanto o CDS se envolve em negócios com ex-pilões para fazer guerra à República Popular de Angola.

A este localgaio governativo, disse Zita Seabra, acrescentam-se todos os dias novos

casos escandalosos. A Comissão Nacional de Trabalhadores da União de Bancos Portugueses veio a esta Assembleia reclamar providências que evitem que o Estado seja defraudado em mais de 2 milhões de contos pelo ex-banqueiro Afonso Pinto de Magalhães. De forma arbitrária e ilegal, o Governo, através do Ministério da Justiça acaba de mandar levantar o arrolamento dos bens que garantiam a colossal dívida que o ex-banqueiro contraiu na sequência de múltiplas fraudes ao fisco, desvios de tesouraria, descontos fictícios de letras por caixa, vales de caixa de centenas de milhar de contos, escritas paralelas, depósitos a prazo não lançados e outras ilegalidades e irregularidades de uma longa carreira de fraudes.

Sem um tostão de custos (por lhe ter sido aberrante-

mente reconhecida a qualidade de "indigente"), o Sr. Pinto de Magalhães obteve de uma penada aquilo que os tribunais lhe haviam (com toda a razão) recusado meses a fio.

**O protector do patronato**

Para além da conduta repressiva do patronato, o Governo 'AD' surge a assumir o papel de protector e procurador dos interesses do patronato e das administrações, mesmo que a legalidade democrática seja sistematicamente violada por estes, afirmou por sua vez o camarada Jerónimo de Sousa ao intervir no seguimento de Zita Seabra e denunciando as ilegalidades levadas a cabo pela administração da Fábrica de Louças de

Sacavém.

Na Fábrica de Louças de Sacavém, empresa com mil e duzentos trabalhadores, um administrador tem vindo a usar processos repressivos que só têm semelhanças nos períodos mais violentos da ditadura fascista. Despediu de forma sumária 4 dirigentes sindicais, levantou mais de 60 processos disciplinares durante os últimos três meses, suspendeu membros da Comissão de Trabalhadores e delegados sindicais por via telefónica, não reconhece à CT o crédito de horas expresso na Lei 46/79, viola as suas instalações, cria um clima de intimidação geral através de comunicações internas escritas em linguagem fascizante.

Após denunciar que a verdadeira intenção da administração é a destruição da empresa e o consequente despedimento de 1200 trabalhadores, para criar

mais tarde uma outra à custa desta e dos dinheiros públicos, Jerónimo de Sousa revelou que a inspecção geral de finanças reconheceu a prática de actos fraudulentos por parte da administração e denunciou o apoio do Estado à mesma administração. O Ministério das Finanças fica-se pelo inquérito. O do Trabalho nada faz para repór a legalidade. O MAI envia 300 GNR's para impor aos trabalhadores a presença do administrador repudiado.

Tudo indica disse ainda o deputado comunista (que se referiu adiante aos atropelos da Secretaria de Estado do Turismo no caso do Hotel Baía), que o MAI vai insistir no caminho da confrontação, mas os trabalhadores, de forma serena mas firme, saberão lutar pelos seus postos de trabalho, pelas liberdades e pelos direitos que a Constituição lhes reconhece.

### Taxas "moderadoras" vão continuar até que o Governo "AD" vá para a rua

Os projectos do PCP e da UEDS sobre as famigeradas "taxas moderadoras" foram finalmente votados. Desfavoravelmente, é claro. A "AD", apesar de se mostrar incomodada com a discussão das propostas da oposição, não deixou de apoiar o Executivo. A discussão que começara na passada semana teve na terça-feira desta semana o seu epílogo. De um lado, a oposição em peso votava a favor da proibição das taxas moderadoras na aquisição de medicamentos (projecto UEDS) e a favor da garantia de gratuidade dos cuidados médicos prestados em serviços públicos (projecto PCP). Do outro lado, perfilados pela direita, os deputados da "AD" votaram contra.

Isto à meio de uma sessão que começaria pelas declarações e intervenções do período de antes da Ordem do Dia, durante a qual se ouviu o deputado Condoso do PSD protestar contra as acusações de que foi alvo Sá Carneiro — as dívidas à banca. José Manuel Mendes, do PCP, falou, por seu lado, na situação aberrante em que se encontram vários grupos teatrais — "Barraca", "Casa da Comédia", "Adóque", — privados de apoios do Estado, enquanto que a RTP de Prolongação desbarata dinheiros públicos em programas anticulturais. José Niza, do PS, apoiou a intervenção do deputado comunista "em toda a linha". Magalhães Mota, da ASDI, teve também a oportunidade de criticar o Governo por ter tomado novas medidas de agravamento dos preços, não tendo sequer explicado à AR as razões de tal agravamento.

Vidalgal Amaro, do PCP, foi quem apresentou o projecto comunista sobre a garantia de gratuidade dos cuidados de saúde prestados em serviços públicos, criticando a política da "AD" a propósito das "taxas moderadoras", política caracterizada por uma óptica estritamente mercantilista do problema da saúde, política exclusivamente virada para a doença, política onde se faz manifestamente sentir o desprezo da "AD" pela Constituição da República, pela Lei do Serviço Nacional de Saúde em vigor e por recomendações internacionais emanadas da Organização Mundial de Saúde e muito especialmente da Declaração de Alma-Ata e por Portugal subscreta.

Baseado em falsas premissas, acusou o deputado do PCP, o actual Executivo, seguindo a tresloucada linha de acção do anterior ministro Macedo — quem quer saúde

paga-a —, aumenta as taxas moderadoras em prática no SNS e lança novas taxas sobre consultas, internamentos, urgências e meios complementares de diagnóstico prestados em unidades hospitalares, abrangendo com elas 7 milhões de portugueses até aqui isentos.

Depois de recordar que as "taxas moderadoras" não vão melhorar a situação dos cidadãos médios, Vidalgal Amaro sublinhou o seu carácter ilegal.

O mesmo sublinharam os deputados do Partido Socialista que intervieram na matéria, nomeadamente António Arnaut, que apelou aos portugueses para as não pagarem.

Zita Seabra, ao intervir no final, considerou ser legítimo que, se os projectos não fossem aprovados, os cidadãos duvidassem também da sua obrigação de pagar taxas ilegais e inconstitucionais, estabelecidas em portarias e à revelia da Assembleia.

ensino obrigatório o direito a um suplemento alimentar completo, tendo a deputada socialista Teresa Ambrósio sublinhado o carácter "útil, e louvável" do projecto.

O que se pretende — sublinhou Odete Santos ao referir-se ao projecto que retoma no plano legislativo as linhas mestras de acção iniciadas em 1975/76 — é impedir que o Estado se demita das suas obrigações quanto à educação e ensino, claramente consagradas na Constituição.

O que se pretende é impedir que o Estado acabe por matar o suplemento alimentar através de circulares, ofícios, orientações, instruções e mesmo ameaças aos professores.

O que se pretende é vincar a responsabilidade do Estado na prossecução dos objectivos do suplemento alimentar claramente definidos em 1975/76 e que, ainda hoje, o IASE não conseguiu apagar dos seus boletins.

**À VENDITA**  
**QUANDO O HOMEM DÁ O MELHOR DE SI PRÓPRIO**

# Sem tréguas

**Giovanni Pesce**

A história empolgante e comovente da resistência ao ocupante nazi no Norte de Itália. Contada por um resistente da primeira hora - um comunista combatente que evoca também episódios dramáticos da guerra de Espanha.



Um livro de grande riqueza humana, de um profundo sentido político e literariamente perfeito.

edições Avante!  
 Coleção "RESISTÊNCIA"

**Terra**

# Reforma Agrária em Lisboa exige o fim da escalada ofensiva do Governo

Milhares de manifestantes, na sua maioria trabalhadores agrícolas provenientes dos cinco distritos da Reforma Agrária, concentraram-se ontem em Lisboa, em frente ao Ministério da Agricultura Comércio e Pescas (MACP), a fim de manifestarem o seu repúdio pela presente ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária, plano criminosamente engendrado nos gabinetes do Ministério de Basílio Horta e que se traduz em leilões de terras das UCP/Cooperativas e nos processos de execuções fiscais com ameaça de penhora de bens das UCP/Cooperativas.

Convocada pelos Secretários e Unões Distritais das UCP/Cooperativas, pelos sindicatos do sector e pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura do Sul, a concentração mereceu o apoio e a solidariedade da CGTP e do povo de Lisboa e constituiu uma importante jornada em defesa da Reforma Agrária, assinalando também um momento alto do movimento de protesto e de indignação que se generaliza em

vastos sectores democráticos contra a política arbitrária, repressiva e ilegal do Governo AD.

Tal como já referimos em edições anteriores o Governo AD pretende com esta ofensiva dar execução a uma política que se orienta no sentido da liquidação total da Reforma Agrária e cujo desenvolvimento actual se processa de forma coordenada em duas frentes: por um lado, os concursos públicos de terras legitimamente na posse das UCP/Cooperativas, e, por outro, através das notificações feitas pelo Ministério e Repartições de Finanças para que as unidades

de produção paguem no prazo de dez dias alegadas dívidas ao Crédito Agrícola de Emergência (CAE) sob pena de serem penhorados os seus bens.

**UCP/Cooperativas são viáveis**

Estamos assim perante o culminar de um plano deliberado que se tem processado no decurso dos últimos anos pela mão de vários governos e que se pode dividir em três períodos: primeiro, foi o roubo violento das melhores terras, gado, máquinas e instalações; o bloqueio financeiro; o não fornecimento de apoio técnico e finan-

ceiro; o não pagamento de dívidas do Estado às cooperativas. Em seguida, foi o lançamento de um inquérito onde se exigiam planos de produção sem que fossem fornecidos aos inquiridos os dados que estes solicitaram e de que necessitavam para poderem responder (Por outras palavras: como podiam os trabalhadores responder sem saberem a área de terra que iria dispor e os meios financeiros com que podiam contar). Por último, o Governo AD com base no argumento de que as UCP's não responderam aos inquéritos vai de concluir brilhantemente que estas estão tecnicamente falidas, não são viáveis e por isso devem as suas terras ser postas em concursos públicos.

Mas não se fica por aqui. Com a pressa de destruir rapidamente tudo quanto os trabalhadores e o seu trabalho, esforço e dedicação souberam erguer nos campos do Sul, o Governo lança também a exigência de que as UCP/Cooperativas paguem as eventuais dívidas ao CAE e à Previdência. Em qualquer dos casos o procedimento do Governo lere frontalmente a legalidade e desrespeita compromissos assumidos pelo Ministro Basílio Horta por altura da sua visita ao Alentejo em Janeiro último.

Estado deve 12 milhões às UCP/Cooperativas

Com efeito, no que diz respeito aos concursos públicos, tal como os Secretariados das UCP's sublinharam recentemente em documento divulgado aos órgãos de informação, o Dec.-Lei 111/78 não permite tirar a terra às UCP/Cooperativas que ao abrigo da legislação anterior (Dec.-Lei 406-A/75, 406-B/75 e 236-A/75) se encontravam legalizadas pelo MAP e cujo direito de posse útil foi reconhecido pelos artigos 96.º e 97.º da Constituição. Assim, o referido Dec.-Lei não só não revogou a legislação anterior como ainda, e mesmo que o fizesse, nunca poderia anular os actos praticados anteriormente ao abrigo da legislação atrás ci-

tada de acordo com o Art. 12.º do Código Civil.

E nem mesmo a demagógica campanha de distribuição de terras pelos pequenos agricultores consegue enganar alguém. O Governo mente descaradamente. Os factos ali estão a demonstrá-lo: das terras roubadas às UCP/Cooperativas 95,8 por cento foram parar às mãos dos agrários e apenas 4,2 por cento foram entregues aos agricultores.

Quantos as dívidas, o Governo também esquece que tem sido ele a negar-se ao acerto de contas insistentemente solicitado pelos trabalhadores para que se determine exactamente quem deve a quem. Embora, não reconheça as suas dívidas, a verdade é que o Estado deve 12 milhões de contos às UCP/Cooperativas e ainda por cima

foram devolvidas através de reservas e tal como no passado, o panorama apresenta-se desolador: agricultura crescentemente descapitalizada, terras abandonadas, gado a morrer à fome ou a ser vendido ao desbarato, azeitona por apanhar, pomares arrancados, água de barragens e charcos por aproveitar. Numa palavra: o retorno a um regime de agricultura extensivo e retrogrado.

Eles sabem pela sua própria experiência que não existe nos campos do Alentejo e Ribatejo e no quadro da Constituição da República outra alternativa à Reforma Agrária. Foi ela que rompeu uma vida nova nos campos, deu trabalho e pão, criou novas perspectivas ao desenvolvimento da agricultura. Os agrários, esses já deram sobejas provas da sua incapacidade. Hoje, nas terras que lhes

## Governo é indigno do Portugal de Abril!

O que na ultima terça-feira se passou em Ponte de Sor em frente ao edifício do Tribunal daquela vila quando trabalhadores agrícolas se preparavam para assistir à sessão pública em que iriam ser entregues as terras da UCP «Resistência de Tramaça» a falsos agricultores, revela bem o carácter profundamente antidemocrático do Governo «AD», o seu desenraizamento da nova realidade política, económica e social nascida com o 25 de Abril, a sua total incapacidade em aplicar um programa que há falta de razão não tem outra via para se impor que não seja a da força bruta das armas e cães polícias.

Quase se diria — e a prática não permite tirar outra conclusão — que como guia da sua conduta o Governo estudou aplicada e ferozmente um qualquer manual do «cassetete» certamente indicado pelo seu agitado «ministro das polícias» (o tal das anedotas) Angelo Correia.

Quase se diria também que tudo isto daria afinal para um saudável sorriso caso os efeitos da política aplicada por esta gente que se aninhou no Poder não fossem tão gravosos, tão duramente sentidos pelos trabalhadores.

Na realidade o que está em causa em todos os sectores da vida nacional é a tentativa de destruição de tudo quanto Abril trouxe.

No caso concreto da Reforma Agrária o que se passou em Ponte de Sor tal como já havia acontecido em Beja há duas semanas atrás foi a imposição, desta vez com recurso do bastão, de uma flagrante ilegalidade. Os trabalhadores que acorrem ao Tribunal foram não apenas impedidos de assistir à sessão pública para entrega das terras que são suas a pessoas que nada têm a ver com a agricultura, como ainda foram violentamente espancados por uma força da GNR constituída por cem homens munidos de armas de guerra, capacete, viseira e cães, de que resultaram dezenas de feridos dos quais alguns tiveram que receber tratamento hospitalar.

Estas acções são impróprias do regime democrático. O Governo «AD» comporta-se como um corpo estranho e marginal ao sentir e a vontade do nosso povo.

A sua demissão é o único caminho para nos livrar desta afronta e tirar este peso dos ombros da democracia e do País.

## Quem quer o Ministério enganar?

— interroga o MARN-Beiras a propósito dos «Melhores Campos de Milho 1982»

«Se a intenção do Governo é promover um concurso para levar os agricultores a aumentarem a produção sem que o Governo dê quaisquer apoios e apenas faça figura de dar prémios, podem os senhores do MACP desengañar-se porque qualquer agricultor tem a noção do que rendem as suas terras e só por isso não perderá tempo com a inscrição num concurso sem vencedores». Assim se pronunciou o MARN-Beiras em comunicado recentemente divulgado a propósito do «Concurso dos melhores campos de milho de 1982», lançado pelo Ministério da Agricultura Comércio e Pescas (MACP).

Intitulado «Quem quer o MACP enganar», o documento da direcção do MARN começa por considerar que este concu-

so poderia considerar-se positivo caso ele não estivesse «desajustado da situação de facto em que se encontra a agricultura portuguesa».

Justificando a sua afirmação, o comunicado lembra que o regulamento apenas permite que concorram os agricultores que semeiem milho para grão em área igual ou superior a cinco mil m<sup>2</sup> impossibilitando assim que a grande maioria dos agricultores participem, já que numa situação de pequena propriedade como a que existe nas Beiras, raras são as que atingem essa área, mesmo somando duas parcelas.

Por outro lado, em relação à atribuição de prémios que apenas contempla os agricultores que em cada freguesia obtinham as maiores produções

unitárias, desde que sejam superiores a cinco mil quilos por hectare, o MARN-Beiras chama a atenção para o facto de que a «a produção média nos campos do Balxo Mondego, campos com excepcionais aptidões agrícolas, ronda na sua produção máxima os 3500 quilos por hectare».

Acresce ainda — e este dado torna-se importante para nos apercebermos do desajustamento que existe entre o MACP e as realidades da agricultura — que segundo as tabelas de produção de milho, quer do nosso país, quer de países como a Espanha ou Grécia, quer da própria CEE, em nenhum dos casos a produção atingiu o valor de cinco mil kg/ha. Assim, a produção média por hectare é de 1080 kg em Portugal, 3498 em

Espanha, 4174 na Grécia e 4780 na CEE.

Facilmente se compreende, pois, que este será um concurso para não serem pagos os prémios já que ninguém vai atingir a produção necessária.

O MARN salienta a concluir que os responsáveis do Ministério deveriam sim, caso estivessem interessados em que a produção agrícola e pecuária aumentasse, tomar medidas de apoio à lavoura como sejam o pagamento integral e sem cortes do subsídio do gasóleo e de outros subsídios e indemnizações em dívida, lutar contra o contrabando de gado, aumentar os preços dos produtos agrícolas ao produtor, congelar os preços dos factores de produção e fornecer apoio técnico e económico aos agricultores e às cooperativas.

## A verdade sobre as dívidas

UCP «Boa Esperança de Lavre»		
<b>Dívidas do Estado</b>		
Cortixa extraída em 1977 .....	8.377.188\$50	
Cortixa extraída em 1978 .....	6.414.000\$00	
Cortixa extraída em 1979 .....	3.031.151\$00	
Cortixa extraída em 1981 .....	26.043.360\$00	
Subsídio de Motomecanização .....	1.714.000\$00	
<b>TOTAL</b> .....	<b>45 579.699\$50</b>	
<b>Dívida da UCP ao CAE</b> .....	<b>25.541.682\$20</b>	
Dedução à dívida por transferência de verba do CAE utilizada em investimentos para créditos a médio e longo prazo, conforme despacho do MAP de 25/3/77 nunca executado .....		
8.207.000\$00 (-)	17.334.682\$20	
Saldo a favor da UCP .....		
<b>UCP «O Tempo é Dinheiro»</b>		
<b>Dívidas do Estado</b>		
Indemnização por frutos pendentes e investimentos feitos em áreas de reservas retiradas à UCP .....		
3.254.542\$50		
<b>Dívidas da UCP ao CAE</b> .....	<b>5.063.753\$20</b>	
Dedução da dívida por transferência de verba do CAE, utilizada em investimentos para crédito a médio e longo prazo .....		
3.507.242\$20 (-)	1.556.511\$00	
Saldo a favor da UCP .....		
1.698.031\$50		

## Horticultores aguardam pelas indemnizações dos temporais

Os temporais de Dezembro último que afectaram gravemente não apenas a pequena actividade familiar como também as grandes empresas de horticulultura com estufas orientadas para a exportação, e que neste campo davam os primeiros passos, foram objecto de um requerimento do Grupo Parlamentar do PCP dirigido ao Governo através do Ministério da Agricultura Comércio e Pescas (MACP).

Os deputados comunistas pretendiam assim saber o que já fez o executivo para minorar os avultadíssimos prejuízos que os horticultores sofreram os quais ascendem a 500 mil contos. Entretanto, dada a gravidade da situação, os agricultores das regiões mais atingidas reuniram-se recentemente em Vila Franca de Xira para discutir as medidas a tomar tendo aprovado várias propostas que enviaram aos órgãos de poder central e local.

## Eventual corte ou diminuição do subsídio do gasóleo repudiado pela CNA

O actual subsídio de 4\$50 por litro do gasóleo, que rumores postos a correr recentemente dizem ir ser cortado ou diminuído em resultado de uma decisão (ainda em segredo) tomada pelo Conselho de Ministros, mereceu uma tomada de posição da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que manifesta o seu «total repúdio» por uma eventual medida desse tipo.

No entender da CNA o referido subsídio não só tem de continuar como o seu valor deve ser actualizado em face dos encargos sucessivos que pesam sobre os agricultores.

No seu comunicado a Confederação exige que o Governo clarifique rapidamente o assunto ao mesmo tempo que reafirme o seu total apoio a todas as acções de protesto que os agricultores decidam vir a tomar contra a eventualidade de um corte ou diminuição do subsídio do gasóleo à lavoura.

**Poder local**

# Habituação e urbanismo em debate no Algarve

Tal como fora anunciado, a APU promoveu em Faro e Portimão, no passado fim-de-semana, dois colóquios sobre problemas de habitação e urbanismo no Algarve. Nos debates participaram Carlos Luis Figueira, membro do CC do PCP, e ainda Octávio Teixeira, economista e deputado do PCP, e os arquitectos José Veloso, Pedro Mestre e Lopes da Costa. Mais de uma centena de pessoas presentes em cada uma das realizações contribuíram, com perguntas e intervenções importantes, para aprofundar um debate que se revelou altamente esclarecedor.

Para da Rocha, património cultural e histórico, floresta de cimento, degradação do meio ambiente, especulação imobiliária foram, entre outros, temas trazidos à discussão, a permitir uma conclusão geral: a política seguida pelos governos «AD» não só não resolveu, como agravou de forma dramática, aquele que é um direito consagrado na Constituição — o direito à habitação — pelo que «é urgente a necessidade da sua substituição por um governo democrático com uma política ao serviço do povo português».

As conclusões, sistematizadas em Faro após o debate que ali decorreu, sintetizam, de facto, as opiniões que também em Portimão foram trazidas à discussão, e que claramente se aplicam, afinal, à situação que por todo o Algarve se vive em matéria de habitação e urbanismo:

- Passados mais de dois anos de governos «AD» e apesar de nos seus programas eleitorais e de Governo ser considerada a habitação como prioridade ab-

soluta, traduzida na frase demagógica «uma casa para cada português», tem-se vindo a assistir a um agravamento da situação, caracterizada designadamente por uma cada vez maior incapacidade para a aquisição de habitação própria; uma prática inexistência de casas para alugar. As raras que aparecem são a preços inacessíveis à grande maioria da população; a paralisação, especialmente por estrangulamento financeiro, dos programas de habitação social em execução ou aprovados, nomeadamente das cooperativas de habitação económica, associações de moradores, autarquias, promoção directa, ou contratos de desenvolvimento.

- A par desta situação assiste-se à degradação acelerada do parque habitacional existente, à degradação do património histórico e cultural, bem como à desumanização do ambiente urbano e paisagístico e à destruição de solos de boa aptidão agrícola.

- Tudo isto devido a uma política de apoio e incentivo à especula-

ção imobiliária contra os interesses e necessidades da população e mesmo em prejuízo de boa parte dos construtores civis.

- Todas estas situações são particularmente sentidas no Algarve, agravadas pelo crescimento não planificado do turismo, em prejuízo do desenvolvimento equilibrado da região.

- Tal situação conduziu a que hoje se assista à existência caricata e imoral de milhares de fogos prontos a habitar inaccessivelmente aos milhares de famílias extremamente necessitadas.

- Considerando que a habitação é um problema político e social e um direito do homem, expressamente consignado na nossa Constituição, a APU conclui pela necessidade de urgentemente se caminhar para a resolução das carências habitacionais existentes, já que não existem razões técnico-económicas impeditivas da sua concretização, mas apenas se regista a ausência da necessária vontade política por parte dos governos «AD» para que tal aconteça.

- Nesse sentido a APU considera imperiosa a tomada das seguintes medidas:

- Desbloqueamento e financiamento dos processos de habitação social em construção ou aprovados.

- Desbloqueamento do crédito à compra de habitação própria em

condições compatíveis com os recursos financeiros dos agregados familiares e em esquema que controle o tipo de habitação a construir e impeçam a especulação nos preços das habitações.

- Intervenção directa do sector público, central e local, na promoção directa de habitação, para venda e arrendamento de acordo com os rendimentos familiares.

- Apoio técnico e financeiro, em condições preferenciais, ao sector cooperativo na promoção de habitação social.

- Incentivo à promoção privada de habitação e custos controlados, garantindo condições que evitem que sejam desviados para especulação turística ou outra.

- Garantia de financiamento da construção de habitação de forma planeada.

- Atribuição às autarquias, através das Assembleias Municipais, das competências para aprovar os planos municipais de ordenamento territorial, bem como da capacidade para expropriação por declaração de utilidade pública e posse administrativa, de modo a permitir-lhes a produção do solo urbanizado, destinado aos programas de habitação, autoconstrução e iniciativas sujeitas a custos controlados, etc...

## Seminário no Porto

### «Em defesa do Poder Local»

No seminário «Em defesa do Poder Local», realizado no passado sábado no Porto, confirmou-se plenamente que o conjunto de medidas propostas pelo Governo, bem como as posições de «AD» que respeita à revisão constitucional e à regionalização, têm por objectivo essencial destruir o Poder Local autónomo e democrático conquistado com o 25 de Abril, consignado na Constituição e regulado pelas leis em vigor, e reforçar os poderes e meios do Governo central.

No que respeita ao pacote anti-autárquico e às suas implicações no distrito foram feitas intervenções que denunciaram aspectos concretos — nomeadamente sobre o movimento popular, por Manuel Almeida, sobre a habitação, por Fernando Severo, sobre a Lei das Finanças Locais, por Valdemar Madureira, sobre investimentos intermunicipais, por Maurício Ferraz, atribuições e competências, por Manuel Andrade, e sobre a Lei Eleitoral, por José Afonso, tendo ainda merecido análise o problema da regionalização.

No seguimento do debate travado, Luis Sá, director da revista «Poder Local», afirmou: «O Governo pretende fazer crer que se apresenta neste debate (Sobre regionalização) sem projectos, sem ideias pre-concebidas, aberto a todas as contribuições, disposto a fazer do chamado debate público sobre a regionalização não uma questão partidária mas uma questão de regime».

Luis Sá lembrou alguns factos: «1. O Governo afirma que não tem qualquer opção em matéria de áreas das futuras Regiões, mas definiu a área das Comissões de Coordenação Regional à margem da Assembleia da República, estando o próprio debate público sobre Regionalização organizado segundo a área das CCR's»; «2. O Governo afirma que não tem qualquer opção definida em matéria de finanças das futuras Regiões, mas na sua proposta de lei n.º 83/II adianta várias normas aplicáveis às finanças regionais, e no «questionário» distribuído sobre Regionalização põe a hipótese escandalosa de serem os Municípios a financiarem as Regiões»; «3. O Governo afirma que não tem qualquer opção definida em matéria de atribuições dos órgãos regionais mas define (e mal) essas atribuições na proposta de lei n.º 84/II, privilegiando aliás as obras públicas em

relação à área económica, socio-cultural e ecológica;

4. O Governo afirma, garante e promete que os poderes municipais não serão afectados em caso algum pela instituição das Regiões, mas pretende transformar o Poder Local em

monopoliza a RTP e os restantes órgãos de comunicação estatalizada;

7. O Governo afirma, como ainda recentemente afirmou o Primeiro-Ministro na RTP, que pretende um processo de regionalização de «baixo para cima», mas nas reuniões que se estão a realizar por todo o País reserva 1 hora e 15 minutos para o Governo e seus representantes e 3 minutos para os deputados e representantes do Poder Local, ao mesmo tempo que, em alguns casos, afirma que será cortada a palavra a quem criti-

ca o Poder Local.»

«O sentido da nossa intervenção no debate sobre Regionalização é a luta para que o Governo «AD» recue no esvaziamento dos poderes e recursos dos Municípios».

8. O Governo quer afirmar que tudo está pendente do debate em curso mas prossegue uma sistemática política de reforço das CCR's da força a pseudo-Planos de Desenvolvimento Regional elaborados nas costas das populações e das autarquias. Pretende impor falsas Associações de Municípios que poriam tecnocratas da confiança de agências do imperialismo a exercer poderes municipais.

«Pela nossa parte — prossegue Luis Sá — pensamos que não há nada de bom a esperar da Regionalização à moda da «AD». É um processo partidário e

eleitoralista que nasceu torto, está em falência e não tem qualquer possibilidade de ser endireitado».

É necessário continuar a intervir no debate em curso. Mas a prática não consente ilusões. O sentido da intervenção nesse debate é a luta para que o Governo AD recue no esvaziamento dos poderes e recursos dos Municípios. E, simultaneamente, a luta para abrir caminho — noutro quadro, com outro Governo e outra política — a uma verdadeira regionalização democrática, como parte de uma política de reforço progressivo e harmonioso do Poder Local.»

A conclusão parece-nos resultar ainda mais clara da análise do processo dito de Regionalização e das propostas de lei e outros diplomas que integram o chamado «pacote legislativo autárquico» feita hoje neste seminário: é que se impõe a sua firme e decidida rejeição.

«Globalmente considerados, o pacote legislativo anti-autárquico é a falsa Regionalização que nos são propostas pelo Governo correspondem a uma revisão de jacto da Constituição e dos seus princípios à margem da revisão constitucional e dos seus mecanismos específicos.

Para além de algumas normas concretas serem em si mesmas anti-constitucionais, o próprio conjunto destas medidas legislativas contraria a democracia, a descentralização e a autonomia das autarquias».

## Na Maia, Vieira de Carvalho encomenda «homenagem» a si próprio!

Ha algum tempo que o dr. Vieira de Carvalho, presidente da Câmara Municipal da Maia, e da maioria «AD», vem desenvolvendo um intenso trabalho de propaganda pessoal.

Tal campanha intensificou-se neste ano de eleições para as autarquias: entrevististas aos jornais, rádio e TV, deslocações às freguesias e colectividades, entrega de subsídios durante muito tempo protelados, inauguração de «grandes» obras, etc.

Mas, como se tudo isso não bastasse, o dr. Vieira de Carva-

lho resolveu comemorar publicamente o seu 44.º aniversário, deitando mão ao aparelho camarário, das Juntas de Freguesia da maioria «AD», e de colectividades e grupos que continuam à espera de subsídios. Tenta assim montar e comprar aquilo a que chama a «Homenagem», divulgada através de um prospecto, anónimo como convém.

A Comissão Concelhia da Maia do PCP denunciou, em comunicado recente, estas manobras do dr. Vieira de Carvalho,

tentando a escamotear a ruína política da «AD» na Câmara da Maia e a cobertura que certos órgãos de informação estão a dar-lhe, ao mesmo tempo que ignoram totalmente o trabalho dos eleitos da APU. Denuncia igualmente o despudor da cida-de «Homenagem» a qual se denomina abusivamente de «Homenagem da comunidade maiaita», quando é promovida pelo próprio e seus correligionários; as pressões exercidas sobre as organizações populares, tentando comprar o seu apoio em troca de possíveis subsídios muni-

cipais e outros apoios; utilização do aparelho camarário e das Juntas de Freguesia de maioria «AD», como suporte da iniciativa; os métodos caciquiescos do dr. Vieira de Carvalho, próprios do antes do 25 de Abril, que visam ganhar e comprar votos no ano de eleições.

A Comissão Concelhia da Maia do PCP está certa de que do povo da Maia, todos os democratas, saberão dar a devida resposta a mais esta manobra da «AD», demarcando-se claramente de tal «homenagem».



Trabalhadores

# Unidade no 1.º de Maio

## — reforçá-la em todo o País

Dois concorridos plenários sindicais, em Lisboa e no Porto, reafirmaram na semana passada a decisão nacional de fazer da comemoração do 25 de Abril e do 1.º de Maio «jornadas inesquecíveis de unidade antifascista e de determinação dos trabalhadores em prosseguir os objectivos de Progresso, Justiça Social e Paz, que o socialismo contém».

Em Lisboa, o plenário convocado pela CGTP-IN teve âmbito nacional e aprovou, entre outras matérias, os novos montantes dos salários mínimos nacionais. A actualização, reivindicada para entrar em vigor em 1 de Junho do ano corrente, inclui as pensões de reforma e outras prestações sociais.

No Porto, 700 representantes dos trabalhadores (dirigentes e delegados sindicais juntamente com membros das CTs) reunidos em plenário distrital aprovaram decisões relativamente ao 1.º de Maio e à localização das respectivas comemorações.

Dirigentes da União dos Sindicatos do distrito, em conferência de imprensa, reafirmaram que será cumprido o programa nos locais habituais da baixa portuense.

Depois de considerarem ilegal a decisão do Governo Civil do Porto segundo a qual os primeiros interessados em comemorar o 1.º de Maio ficariam impedidos de fazê-lo no espaço consagrado historicamente para essas comemorações (Praça General Humberto Delgado, Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade) os dirigentes da USP apontaram como exemplo das ilegalidades cometidas pelo Governo Civil a tentativa que este fez de realizar um sorteio entre o movimento sindical unitário e a organização divisionista UGT para decidir assim quem ficaria com a baixa no 1.º de Maio.

Essa tentativa frustrada do governador civil «AD» só vem demonstrar o completo irrealismo da ideia que as forças políticas instaladas no Governo continuam a fazer da organização sindical representativa das classes trabalhadoras e dos próprios trabalhadores organizados nas empresas, nos campos e nos sindicatos.

O governador civil do Porto e as forças políticas que representa actuam escandalosamente como suportes do divisionismo sindical, promovendo a UGT, fazendo a sua

propaganda, como os patrões «AD» fazem nas empresas e onde podem.

Mas a União dos Sindicatos do Porto, que mencionou a luta contra o actual Governo «AD» como uma das palavras de ordem das comemorações deste ano, prevenira-se a tempo e legalmente contra as arbitrariedades possíveis do Governo Civil, além de lhe pertencer o «direito histórico» de comemorar o 1.º de Maio na baixa portuense, o Movimento Sindical Unitário cumpriu a tempo e horas as formalidades legais necessárias para poder dispor do espaço citadino que a maioria esmagadora dos trabalhadores tem escolhido todo os anos para aquelas comemorações.

Decorre entretanto noutros pontos do País a preparação das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Em Setúbal os festejos decorrem este ano pela primeira vez na cidade, mas apenas a nível cénico. Outros concelhos setubalenses próximos de Lisboa participam nas manifestações da capital.

Em Viseu, segundo a União dos Sindicatos, o 1.º de Maio decorrerá nos se-

guintes locais: no parque da própria cidade (Aquilino Ribeiro); em Lamego (Avenida); São João da Pesqueira (Largo da República); Carnas de Senhorim (Quatro Esquinas); e Mangualde (Largo da Câmara).

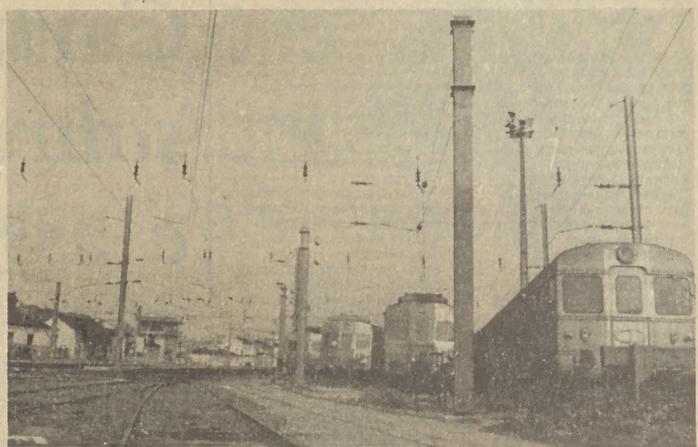
No distrito de Santarém, como em Castelo Branco e

em outros locais do País, já estão constituídas as comissões organizadoras por zona. Em plenário distrital de Sindicatos, convocado pela União de Santarém foi decidido comemorar a data em quatro localidades, além da cidade: Torres Novas, Rossio ao Sul do Tejo, Alpiarça e Coruche.

### Rever em Junho os mínimos nacionais

O plenário nacional da CGTP-IN reclama a partir de 1 de Junho próximo as seguintes remunerações mínimas nacionais:

- 12 700 escudos — salário mínimo nacional
- 11 000 escudos — mínimo rural
- 8 800 escudos — mínimo doméstico
- 7 000 escudos — pensão mínima do regime geral
- 6 000 escudos — pensões mínimas de regime rural e social
- 700 escudos — abono de família
- 1 200 escudos — subsídio de aleitação
- 7 000 escudos — subsídio de casamento
- 13 000 escudos — subsídio de nascimento
- 21 000 escudos — subsídio de funeral
- 4 400 escudos — subsídio de grande inválido
- 1 270 escudos — complemento de cônjuge a cargo
- 4 400 escudos — abono complementar a menores deficientes
- 12 700 escudos — subsídio de desemprego (com 6 ou mais pessoas a cargo)
- 11 430 escudos — (com 3 a 5 pessoas a cargo)
- 10 160 escudos — (com 1 ou 2 pessoas a cargo)
- 8 890 escudos — (sem pessoas a cargo)
- 7 260 escudos — (mínimo absoluto e candidatos a 1.º emprego)



## Nacionalizações da SN e CP

A Siderurgia Nacional e a CP comemoraram entre 15 e 18 do corrente o 7.º aniversário das respectivas nacionalizações. Os trabalhadores ferroviários encheram a cantina do pessoal no Barreiro como sucedeu com os trabalhadores da Siderurgia, no Seixal e na Maia. Como convidados assistiram e participaram nas sessões representantes da CGTP-IN, dos grupos parlamentares (PS, PCP) e um representante do MDP/CDE, presidentes das câmaras municipais, general Vasco Gonçalves e almirante Rosa Coutinho. O grupo parlamentar do PCP esteve representado pelo camarada António Dias Lourenço, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, deputado e director do «Avante!». As intervenções proferidas durante as sessões assinalaram os perigos que ameaçam as empresas nacionalizadas, designadamente os que advêm da política e do Governo «AD» e os decorrentes das tentativas bem conhecidas de rever inconstitucionalmente a Constituição de 1976. Mas a «importância do sector nacionalizado não resulta apenas do seu estatuto legal e constitucional». Resulta da «própria análise concreta e objectiva da realidade económica nacional, com a fisionomia e as características resultantes das transformações democráticas realizadas no processo da revolução portuguesa», assinalou durante a sua intervenção o delegado dos organismos representativos dos trabalhadores da SN, Dias Lourenço que por sua vez interveio durante a sessão em Paio Pires baseou-se em numerosos dados concretos para caracterizar o que considerou um «ano significativo» para estas comemorações. Citou designadamente a lei dos sectores, que abriu, a ser aprovada, entre outros grandes sectores, a banca e os seguros à iniciativa privada, aos lucros da SN em 1979, ao Plano Siderúrgico Nacional, ao minério de Moncorvo e a outros dados objectivos que interessam decisivamente aos trabalhadores e à economia nacional.

## Transportes

# Governo não quer cumprir o que assinou

Mantinha-se no princípio desta semana a conhecida intenção governamental de impedir a publicação e entrada em vigor dos acordos de empresa negociados e assinados pelas partes no sector dos Transportes. Interessados na resolução dos problemas e não em criar conflitos os trabalhadores, através das suas organizações

representativas, viam-se no entanto forçados a marcar novas greves no Metro e na Carris, responsabilizando o Governo pela situação.

A Federação sindical anunciava entretanto que «a tomada de posição conjunta das associações sindicais no dia 7 de Abril, (a que nos referimos na semana passada) teve já como resultado o despacho dos (AEs) acordos de empresa do Metro, Carris e Transtejo do Ministério dos Transportes para o das Fi-

nanças. Neste já se encontram assinados os AEs da Carris e da Transtejo. Por outro lado, a luta travada na TAP obrigou à assinatura de um protocolo de negociações. Por sua vez as empresas, através dos conselhos de gerência, começaram a anunciar, embora sem garantias, o cumprimento de mais algumas disposições previstas nos acordos, mas nenhuma de forma integral».

### Sem garantias

Numa reunião de uma hora, entre as 11 e as 12 do dia 16 do corrente, com o secretário de Estado dos Transportes Interiores (a audiência fora solicitada ao ministro, que delegou) nada foi conseguido quanto a garantias sobre qualquer dos pontos que lhe foram apresentados pelos representantes sindicais dos trabalhadores.

Além disso, acrescenta-se, numa resolução aprovada pelos sindicatos do sector, o secretário de Estado «reconheceu não estar à altura de discutir a situação da TAP (recentemente em greve) da Companhia de Transportes Marítimos (CTM) e da Companhia Nacional de Navegação (CNN)».

A Federação e as restantes associações representativas de todos os trabalhadores dos transportes chamam ainda a atenção para o alheamento do ministro responsável perante os problemas que se deparam a todo o sector e designadamente perante os que dizem respeito à contratação colectiva que na fase da negociação

provocou como é sabido uma série de greves muito participadas que levaram à conclusão dos acordos com aumentos salariais muito próximos dos reivindicados pelos sindicatos.

### Esconder a derrota

A resolução aprovada pelas associações sindicais, no próprio dia da reunião com o secretário de Estado dos Transportes Interiores, reafirma:

«É cada vez mais evidente que a luta travada no sector, e fundamentalmente a greve geral, conduziu ao estabelecimento dos acordos e à sua assinatura». É evidente ainda, segundo a resolução subscrita pelas associações sindicais do sector dos transportes, que o Governo «AD» tenta agora esconder a derrota que sofreu, quanto ao tecto salarial, «com a demora na publicação dos acordos de empresa» conquistados depois das greves naquele sector.

Perante essa posição bem patente na atitude do ministro e do secretário de Estado, que «manifestou uma grande distância da realidade e pouco interesse em resolver os conflitos», não restava às associações sindicais outra alternativa que não fosse recorrer novamente a todas as formas de luta ao seu alcance, como refere a resolução, bastando ao Governo dar as garantias reclamadas pelos trabalhadores para se evitar o recurso àquelas formas de luta, bem como os prejuízos para a população.

## TFP em greve amanhã

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que distribuiu no princípio desta semana as instruções sobre o exercício do direito à greve, mantém para amanhã, dia 23, a paralisação nacional de 24 horas inicialmente prevista para encerrar a semana de luta que começou em 19 do corrente. Juntamente com as instruções, a Federação, que editou vária propaganda, distribuiu os textos integrais daquilo que designa por «pacote antilaboral aprovado pelo Governo para a Função Pública».

Esses diplomas constituem por assim dizer a causa próxima do desencadeamento das formas de luta que culminam amanhã com a greve nacional de um dia e foram aprovadas pelas mais de 30 associações sindicais representativas dos TFP logo a seguir ao 1.º Congresso da Federação realizado nos dias 12 e 13 de Março findo em Lisboa.

Além da mobilização dentro do sector (professores e médicos filiados nos sindicatos do Sul decretaram por sua vez um dia de greve amanhã) a defesa dos direitos e interesses dos TFP procura legitimamente chegar à opinião pública e mobilizar a solidariedade activa dos restantes trabalhadores.

Assim, além de colóquios e debates programados para esta semana, designadamente sobre o pacote laboral, reuniões e plenários de trabalhadores nos locais de trabalho, a Frente Comum dos Sindicatos da Função

Pública anunciou para ontem no Rossio, em Lisboa, uma jornada de esclarecimento com intervenções de dirigentes sindicais e uma exposição alusiva aos problemas dos TFP.

Entre estes destaca-se desde o início o problema dos salários, do baixo nível das percentagens que o Governo «AD» atribuiu unilateralmente para os aumentos da tabela salarial este ano. Os 11 por cento, ou nem isso, que foram rejeitados como insuficientes e mesmo desabonatórios da dignidade de trabalhadores, com direitos e deveres iguais aos outros, constituem, juntamente com a exigência constitucional do direito à negociação das condições colectivas, um dos pontos centrais da movimentação sindical e da luta que se tem desenvolvido entre os TFP.

A ameaça de despedimentos e mesmo a retaliação por exercício de direitos e funções sindicais não deixam de mover também as acções do sector contra a política «AD» e o seu Governo — os maiores responsáveis pela discriminação que atinge os TFP.

Nas instruções sobre o direito à greve, profusamente distribuídas, os Sindicatos transcrevem a Lei da Greve e divulgam instruções especiais para creches e jardins de infância, serviços médico-sociais e hospitais onde serão garantidas todas as urgências, incluindo piquetes de serviço para assegurar o cumprimento de funções e tarefas essenciais.

## Acordo nos Seguros

Um acordo entre as partes, depois de uma série de paralisações, suspendeu a luta dos trabalhadores nas companhias seguradoras estrangeiras e mistas (não nacionalizadas) do sector. O objectivo das paralisações de uma hora diária, que deveriam prolongar-se ainda por dois dias, era a exigência de um único contrato colectivo para todos os seguros, quer nacionalizados quer privados. Apoiando a luta dos seus companheiros de trabalho, os membros do Conselho Geral do Sindicato dos Seguros do Sul e Ilhas eleitos pela lista unitária davam entretanto

uma conferência de imprensa durante a qual acusaram as associações patronais do sector «ASEP e APROSE», representantes do capital privado e estrangeiro, de tentarem «abrir um precedente na contratação colectiva da actividade seguradora com a criação de dois contratos colectivos de trabalho e a inerente divisão dos trabalhadores».

Através da actuação do Ministério do Trabalho, o Governo «AD» era por sua vez acusado de facilitar as coisas às companhias mistas e estrangeiras, com vistas a criar as condições pro-

pícias a um tratamento diferenciado, na perspectiva «CEE/reprivatização possibilitando as condições ideais para o descrédito e destruição das seguradoras nacionalizadas».

Os membros da lista unitária, criticando a direcção do Sindicato pelos erros que cometeu durante a negociação com as associações patronais, lembrava que o secretário, pertencente como é sabido à UGT, «assinou unilateralmente o CCT com o INS (Instituto Nacional de Seguros), confiando na extensão da portaria do Ministério do Trabalho com o consequente alheamento

dos trabalhadores do sector nacionalizado».

Os membros da lista unitária sublinhavam na «informação Sindical» de Março que o Ministério não interviria com a portaria de extensão «porque é a política do Governo AD pró-monopólios que está em jogo, é a defesa da entrega ao interesse privado e estrangeiro que está patente» nessa recusa.

A suspensão das paralisações indica, aparentemente, que as principais reivindicações teriam sido satisfeitas no final da semana passada.

## Greves previstas

- Uma greve de 24 horas na Carris em 28 do corrente, que terminará às 2 e 30 da madrugada de 29;
- Uma greve de 24 horas no Metro, entre a 1 e 30 de 28 e a mesma hora do dia seguinte;
- Reunião dos sindicatos representativos na Rodoviária Nacional (RN) e eventual adopção de formas de luta;
- Plenário geral de trabalhadores na Transtejo com o mesmo objectivo;
- Plenário sindical na TAP para um balanço da situação.

As formas de luta adoptadas e a adoptar, eventualmente em todo o sector dos Transportes, têm por objectivo a aplicação e o cumprimento integral dos acordos de empresa (AE); a publicação imediata dessas convenções colectivas; a rápida conclusão dos processos de negociação na TAP, RN e STCP (transportes colectivos do Porto); contra a repressão; contra a política do Governo para o sector; e pela participação efectiva das organizações dos trabalhadores nos planos, designadamente na elaboração do Plano Nacional de Transportes.

## Zona Ocidental hoje apoio ao Mercado do Povo

Numa acção de apoio aos trabalhadores do Mercado do Povo ameaçado de despejo pela AGPL, as Comissões de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa apelam aos trabalhadores e moradores da zona para participarem hoje, às 17 horas, numa concentração de protesto junto da administração da AGPL, na Rua da Junqueira.



## Movauto e outras lutas

A suspensão ilegal de 7 trabalhadores da Movauto, montagem de veículos automóveis do Barreiro, é uma antecipação, um balão de ensaio para um despedimento colectivo de maior vulto. Sabe-se que a direcção da Movauto manobra, preparando-se para «afastar compulsivamente e despedir mais de uma centena de trabalhadores», afirmam os seus representantes sindicais num comunicado. A decisão é de resistir ao arbítrio patronal, exigindo a reintegração dos trabalhadores suspensos.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, apelando à solidariedade e à confiança na luta, acusa a direcção da Movauto de, ao desencadear esta acção, estar a pôr em prática a orientação da CIP «de acordo com as directrizes do seu Governo AD/Freitas/Balsemão para institucionalizar através de prática antecipada a proposta de Lei 70/II do Governo AD (lei dos despedimentos)» apresentada há algum tempo na Assembleia da República, mas ainda por votar. O

Sindicato recorda que essa proposta de lei contraria todos os diplomas legais que desde 1975 regulamentam o despedimento com justa causa, nomeadamente os Decretos-Leis 372-A/75, 84/76 e 841-C/76, bem como a lei 48/77, estes dois diplomas posteriores à entrada em vigor da Constituição.

Recordando as recentes acções de massas, incluindo naturalmente a greve geral de 12 de Fevereiro, bem como a movimentação e as lutas que se seguiram, a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul garante que «conforme o comportamento da direcção da Movauto» assim se adoptarão as «formas de luta mais adequadas» para que seja reposta a legalidade na empresa, impedindo os despedimentos e «a utilização abusiva da requisição e deslocação de trabalhadores da lma para a Movauto», pois se trata de duas empresas distintas e não de uma, como o patronato pretende fazer crer.

### Contra o desmembramento da CTM

Na Companhia de Transportes Marítimos, os trabalhadores organizados recusam entretanto o desmembramento da empresa nacionalizada. Intervindo junto dos órgãos de soberania e manifestando a disposição de adoptar, se necessário, outras formas de luta, os trabalhadores concentraram-se na sexta-feira da semana passada frente à direcção da empresa em Lisboa.

### Disposição de luta na Luso-Belga

A irresponsabilidade da administração da Luso-Belga, que conduziu a empresa a uma situação económica bastante grave pondo em perigo os postos de trabalho, preocupa cada vez mais os 150 trabalhadores que se manifestam dispostos a adoptar formas de luta no



sentido de sanear a situação e evitar a falência da empresa.

### Paralisação na Unilever

A administração da Unilever continua a protelar indefinidamente o início das negociações do acordo colectivo de trabalho (ACT). O anúncio de uma paralisação esta semana destinava-se a desbloquear a situação e permitir o curso normal das negociações.

### Outras lutas

Além das referidas separadamente nesta página, de-

signadamente as da Função Pública, Professores, Médicos e Transportes, situações de conflito, de luta aberta, ou recentemente suspensa continuam a verificar-se esta semana no Hotel Baía, Sundete (forte repressão), fábricas de Guimarães (27 despedimentos na Campelos, 28 castigos na Lopes Correia e 64 na Têxtil Vizela, 55 processos disciplinares na Alfa, na Tarf esta semana destinava-se a desbloquear a situação e permitir o curso normal das negociações.

Lisboa, 17 de Abril de 1982  
Senhor Director

Estranhará sem dúvida o Meu Amigo estas linhas que lhe dirijo, pelo que, antes do mais, cumpre narrar-lhe as razões de o ter escolhido para destinatário deste desabafo que desejo nada saudosista — embora profundamente sentido.

A primeira razão tem de ver simplesmente com o calendário: aproxima-se mais uma comemoração do 25 de Abril. Sucede, Meu Amigo, que me tem sido dolorosa a pouca memória que em torno dessa data tão estimada se tem dedicado às minhas pedras, aos meus passeios, às minhas arcadas, enfim, ao Terreiro do Paço. Pena que remonta mesmo a esse querido 1974 de cravos, quando para o 1.º de Maio me vi preterido por essa pindérica Alameda nascida de Pardais Monteiros e Duartes Pachecos... Parecia-me que a dignidade cidadã e popular do meu espaço à beira Tejo era mais condigna com a alegria da liberdade conquistada — mas compreendo: a tal Alameda é maior, abriu caminho para o Estádio 1.º de Maio, não podia remeter-me àquela ideia que pessoalmente jamais partilhei de que «Portugal é o Terreiro do Paço».

Contudo, não me parece que seja razão para que, ao menos em cada aniversário do «aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas», se recorde isto e aquilo, este local e o outro, se peçam depoimentos e testemunhos — e eu seja esquecido.

Donde esta carta e este testemunho.

Resta porém explicar ainda porque o escolhi a si e ao seu jornal para destinatário destas linhas. A questão, Meu Amigo, é que tenho, ao longo dos anos, sido por demais sensível ao tratamento que nessas páginas tem sido dado a imagens que considero como das mais autênticas e reveladoras daquilo que desde aquela data se tem passado aqui. Sem dúvida que o grande e categórico formato das páginas do jornal que dirige tornam possíveis essas fotografias de dimensão adequada à dimensão da realidade que aqui se tem vivido; mas sem dúvida que não é apenas ter o espaço para mostrar a imagem da realidade — é também necessário querer mostrá-la. E o Seu jornal tem encarado e revelado as jornadas que em mim, nesta praça, se têm desenrolado com o mesmo orgulho e o mesmo carinho com que eu próprio as tenho encarado.

Eis, pois, as razões. Permita-me agora que lhe diga do que me vai na alma.

**Uma longa, longa história**

Reportando-me naturalmente ao que vi e vivi nessa madrugada de 25 de Abril, não poderia deixar de lhe recordar que a chegada de tanques, de militares, animados da intenção que aqui os trouxe então despois de um natural terrura. Sabe bem o Meu Amigo quanto de origem, de nascença mesmo, estou ligado a militares! É claro que as situações eram outras, mas julgo ser justo quando não esqueço que os traçadores das minhas linhas, formados, dimensões e alçados — eram militares. Ninguém hoje chama brigadeiro a Manuel da Maia ou major a Eugénio dos Santos — mas a verdade é que o eram! Penso, aliás, que é história que convém não esquecer a desse trabalho, até por via do quanto se pode tirar da curiosa controvérsia da minha reconstrução após o terramoto de 1755.

Conforme o Meu Amigo não ignora, o brigadeiro Manuel da Maia propôs a Pombal uma série de alternativas para os trabalhos de reconstrução da arrasada cidade e, pessoalmente, inclinava-se e defendia a de reconstruir a cidade — para as bandas de Belém! Há que reconhecer ao marquês o talento de ter sentido a realidade viva de uma cidade efectivamente obra do povo que nela vive e ter-se decidido pela alternativa (igualmente apresentada por Maia) de reconstruir o que o tumulto sísmico arrasara — embora melhorado e racionalizado. Uma curiosa e sugestiva confluência de ideias e vontade, de projectos e realidade. Mas há ainda o pormenor de terem optado por esta solução de me abrirem um lado a este Tejo que é mais Lisboa e o de terem rematado as minhas arcadas junto ao rio com estes torreões de traça herdada do torreão de Terzi que era a imagem mais viva do antigo paço da Ribeira. É quase uma terrura que a intervenção urbanística brutal que a brutalidade do sismo tornava

necessária tivesse em conta o manter das imagens que os olhos da Lisboa de então tinham da sua própria cidade. Mas não quero que o Meu Amigo pense que lhe vou narrar certidões de nascimento de duvidosa erudição ou capciosamente autobiográficas: é apenas esta vontade de explicar que alegrias e desgostos se radicam bem fundo em mim.

Porque afinal, se me foi querido reencontrar militares animados de uma, digamos, arquitectural vontade de reconstruir o que outro terramoto — mas de quase meio século — abalara e destruiu, a verdade é que nesse dia reencontrei uma coisa que bem conhecia mas de forma que quase esquecera e outra que todos os dias via, mas animada de um vigor cujo reverdescer aguardava.

Refiro-me, como certamente já adivinhou, à política e ao povo. Política foi coisa que aqui foi implantada e definitivamente se instalou; povo, sempre aqui esteve, passou, trabalhou, viveu.

**Os gabinetes e a praça**

Gostaria que o Meu Amigo aceitasse que jamais para mim a Política foi uma realidade que se esgotasse nos gabinetes que dividem os edifícios que me bordejam. Sem dúvida que aí se sucederam ministérios e tratados, ministros e decretos, intrigas e decisões. Mas repare que, se fizemos o balanço, hesitaremos sem dúvida em saber se o mais decisivo se passou portas adentro dos sessenta e quatro arcos das minhas arcadas ou nos metros quadrados (34 072, desculpe-me a vaidade...) do meu terreiro!

Veja por exemplo se andanças ministeriais pelos anos de mil oitocentos e tal assumem importância comparável à verdadeira revolução que deste meu espaço arrancou a 9 de Setembro de 1836 — para dar o Setembrismo. Não me posso esquecer desse vetusto vapor «Napier», o vindo do Porto e trazendo os deputados radicais ali eleitos, a atracar no meu Caís das Colunas e o povo de Lisboa em massa a daqui arrancar, de armas na mão, direito a S. Bento para impor à rainha a Constituição democrática de 1822 em oposição à Carta



25 de Abril de 1974: Largo do Corpo Santo. «...militares que evidentemente (bem lá no fundo, tão no fundo que nem talvez soubessem!) não temiam o povo!»

Constitucional. E lembro-me que aqui nasceram realidades que se traduziram em palavras que politicamente caracterizavam a política de então: não ignora o Meu Amigo que a ala mais radical dos liberais setembristas era conhecida pelos «arsenalistas». E porquê?

Porque, Meu Amigo, aqui ao meu lado, bem junto a mim, a ponte, ficava esse bastião de futuro que era o Arsenal da Marinha. Um arsenal cujas docas rasgavam estas margens quase até ao Largo do Pelourinho e onde nasceu um bastião operário de trabalho e de luta: os batalhões de operários, os corpos da Guarda Nacional dos Artífices do Arsenal foram um baluarte em armas e ideias da política portuguesa de então. Lado a lado com os marujos que — naturalmente — tão bem conheceram também.

Foi também nesta praça que os Braganças compeçaram a forma rude que assumiria já o descontentamento do povo perante uma monarquia caduca: vi o regicídio, mas tive de aguardar dois anos para que efectivamente alguma coisa mudasse. O Meu Amigo dirá que o 5 de Outubro já se passou longe de mim, entre a Rotunda e os Restauradores e Rossio, que

inclusivamente para se proclamar a República escolheram um edifício aqui ao lado, quase cem anos mais novo que eu. E verdade, mas há coisas que gostaria de sublinhar.

É que ninguém ignora que se Machado dos Santos estava cercado na Rotunda, as tropas monárquicas que estavam no Rossio e Restauradores estavam entre dois fogos também: o da Rotunda — e o dos marinheiros que o bordo do «Adamastor» e do «Vasco da Gama» aqui em frente a mim, no rio, enfiavam as suas peças pelas Ruas Aúrea e Augusta; o dos marinheiros que desembarcaram aqui no Arsenal para avançarem Baixa acima ao combate. E se, afinal, foram aqui ao lado, para as varandas do Município, proclamar a República, há que reconhecer que, enquanto nos gabinetes das minhas arcadas se acolovelavam os serventários da corrupção monárquica, já já o povo instalara os eleitos republicanos para a vereação de Lisboa. E, Meu Amigo, o Largo do Município não chegou para o regozijo da proclamação: foi para aqui que vieram, para este Terreiro!

Com os dinheiros das reparações alemãs da guerra de

14 lá começaram a transferir o meu Arsenal para o Alfeite: mas o Meu Amigo bem sabe que isso de arsenais não foram apenas os setembristas de noventa: arsenalista era Bento Gonçalves, o seu Partido também tem obra das forjas do Arsenal.

**Bracos no ar e luminárias**

E o problema de quando começamos a recordar, sempre se escreve mais do que se deseja... Eu que lhe vinha apenas falar de 25 de Abril e do depois!

Mas parece-me que e bem preciso buscar nas raízes do que fomos a alegria do que somos e a vontade do que queremos ser. E não posso esquecer que as minhas alegrias de 74 e desde então se amassam noutras alegrias — e alguns desgostos.

É que também passaram por aqui os meninos da «Acção Escolar Vanguarda», braço fascista a responder ao de Salazar numa das minhas varandas. Não posso esquecer as «manifestações espontâneas» dos sindicatos de Teófilo Pereira (quanto preferi nessa altura ser largo na Marinha Grande a Terreiro do

Paço em Lisboa). Não posso esquecer o «regozio» de camioneta paga face ao corte de relações com a República espanhola (quando eu sabia que daqui, do meu Arsenal, havia homens de armas na mão no Ebro e em Madrid). Não posso esquecer as peças apontadas aqui, no meu cais, ao «Dão» a ao «Alfonso de Albuquerque» subleçados, não esqueço os marinheiros uma vez mais aqui, ao meu lado. Houve, de facto, fascismo e ele governou também a partir daqui, dos gabinetes e antecâmaras que me rodeiam.

Mas se essas fotografias que me recordam tudo isso são tristes, posso invocar outras! Claro que tenho de recordar todas aquelas em que de novo uma cabeça coroadada desembarcou no meu cais: vinha de Inglaterra. Festa de arromba do fascismo foi essa da visita que veio do Buckingham Palace... A questão foi que de tudo isso, que me lembre, ficou a piada, tão de Lisboa como as minhas pedras, sobre a sugestão de Craveiro à visitante: «Oh Isabel, olha o relógio!...». E garanto-lhe que o meu arco da Rua Augusta tem defeitos (pena foi que o traço de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel não tivesse sido respeitado e tivesse acabado

com esta solução de Calmels, quase cem anos depois), mas garanto que o relógio da piada não era o «Butex à prova de água» do filme publicitário de então...

E recorda-se o Meu Amigo daquela foto que deu imenso escândalo porque uma qualquer revista americana (a «Time», a «Newsweek», já não lembro bem) a publicou dizendo «os tanques da NATO defendem a ditadura?...». Eram os tanques que Santos Costa mandara vir de Cavalaria 7, à Calçada da Ajuda, quando o povo nas ruas, para receber Humberto Delgado regressado do Porto, fazia tremar a ditadura Preocupada que estavam as revistas americanas com o papel dos tanques da NATO... Mas com tanques ou sem eles, este terreiro e toda esta Baixa foram a minha política e o meu povo! E não posso ainda deixar de fixar com muita firmeza que, quatro anos depois, de novo houve povo e política aqui.

Refiro-me, naturalmente a 62, a Maio. As fotografias fixaram essa jornada na Rua do Ouro, no Rossio, nos Restauradores. Mas foi aqui que começou, foi aqui a concentração. Sei muito bem que era aqui, no Terreiro do Paço, que os trabalhadores vindos de Marvila, do Beato, de Cabo Ruivo, de Alcântara, e

também do Barreiro, de Almada, do Seixal vieram para se juntar. Sei muito bem que havia a ideia de apresentar um documento no Ministério das Corporações. Sei muito bem que ai pelas 6 da tarde, a polícia prendeu o primeiro manifestante que, preso, atravessou o Terreiro — e assim a manifestação arrancou. Eu vi.

**Aqui não houve sangue**

Cheguemos então ao 25. De Abril. Estarei a exagerar se disser que foram estes tanques aqui, nas margens do Tejo, vindos de Santarém, que deram a primeira e mais real imagem do que há horas se ouvia na Emissora da Liberdade? Que foi aqui que se viu que a revolução era verdade?

Sabe o Meu Amigo que há algumas fotografias desse dia de que particularmente gosto. É gosto porque, além do mais, me parecem dizerem muita e muita coisa sobre o que se passou. Para o caso de as não ter, envio-lhe cópias e gostaria que (se publicar todo este arrazoado) as incluisse. Umás dão bem a ideia do que foi o 25 de Abril de facto. Veja o Meu Amigo que vêm os

# Carta recebida na Redacção do “Avante” sobre as comemorações do 25 de Abril e assinada: “Terreiro do Paço” (\*)



21 de Junho de 1980. «Da manifestação de 80 publicou o Meu Amigo uma maravilhosa fotografia: eu estou pequenino, grávido de gente, mas comigo está tanta Lisboa.»



25 de Abril de 1974: rendição dos tanques de Cavalaria 7. «...há uns cravos de Abril na serena confiança, no braço amigo com que um militar de Abril conduz o militar que obedeceu ainda ao fascismo.»



16 de Novembro de 1975. «...enxadas. Tive aqui o... E as



12 de Dezembro de 1981. «Trazem uma palavra repetida estas manifestações de agora: 'Para a rua', Mota Pinto, Sá Carneiro, Balsemão... Eles têm ido, felizmente.»

(\*) Carta Pa ou pradia pelov Osbtí tarm.

**Avante!**  
**Abril**



capitães, os soldados e os tanques por aí abaixo, chegam aqui, ao Terreiro, e o que fazem? Contam transtorno, impedem passagens, repelem as pessoas? Não! É, desde logo, a grande confraternização como dessas imagens do meu vizinho Largo do Corpo Santo! A grande confusão, se quiser... Só possível para militares que evidentemente (bem lá no fundo, tão no fundo que nem talvez soubessem!) não temiam o povo! Não era quem vinha ao trabalho e tropeçava na patrulha, a jovem empregada a desviar-se do blindado, o operário a fazer perguntas ao soldado, o cidadão a parar e contemplar o capitão ao rádio, quem inquietava os que arrancaram depois de ouvir a «Grândola»!

O seu jornal publicou meses mais tarde um editorial que definia as duas componentes do processo revolucionário português: o movimento popular e o MFA. Eu vi-as logo nesse dia: eram uma realidade forte como só a realidade pode ser. E quando daqui os blindados saíram para ir acabar com o regime ao Largo do Carmo, daqui já saíram não apenas os tanques: ia também o povo que já estava com eles.

As outras fotos que me dizem respeito e que muito estimo referem-se à outro aspecto: é aquela em que está a fragata «Gago Coutinho» e a da sequência da chegada dos tanques de Cavalaria 7 pela Rua do Arsenal. Todos sabemos que foram dois momentos graves. O fascismo que disparou as metralhadoras das sacadas da António Maria Cardoso quis accionar as peças do navio do Tejo e do esquadrão vindo da Ajuda: não conseguiu. Os marinheiros recusaram lançar as granadas, a força de Cavalaria rendeu-se. E pode ser sentimentalismo meu, sei bem que a generosidade se pagou caro, mas há uns cravos de Abril, do Abril que essa generosidade queria e respeito e outros traíram, na serena confiança, no braço amigo com que um militar de Abril conduziu o militar que obedecera ainda ao fascismo. Aqui, neste Terreiro, havia muita

força. Tanta, que não houve sangue.

**A fumaça que se desfez em luta**

E aqui também, Meu Amigo, começaram algumas das minhas penas. Imagine, ou antes, recorde que foi necessário mais de ano e meio para que de novo eu aqui visse o povo e a política. Claro que os gabinetes aqui à minha volta mudaram. Uns numa forma, outros doutra, enfim... Mas só em Outubro de 75 (no dia 23, para ser exacto), aqui voltou o povo. Em menos de um mês, fui três vezes local de acção política.

A 9 de Novembro, foi aquela história do «é só fumaça»... Uma cena humilhante, como deve supor: ao fim de todos estes anos (de todos estes séculos...) há funambules que me custam a suportar! Mas oito dias depois da «fumaça», oh Meu Amigo! Havia povo, havia trabalhadores — e eram aos milhares e milhares.

Mas houve uma coisa que jamais poderei esquecer: é que havia as maquinas, as ferramentas! Compreenderá certamente o que isto significou para mim!

Todos os dias passam por mim camiões, ali, junto ao rio. Vejo os TIR, vejos as zorras, lá ao largo vejo dragas e petroleiros, bordejam-me guindastes que também vislumbro aqui em frente, na Lisnave. Mas todo o dia também me estacionam os Mercedes pretos, os carros deste meu parque de estacionamento, dando uma tónica que autocarros e eléctricos não conseguem ocultar. Nesse dia, aqui, estacionaram tractores, betoneiras, guas, camionetas que carregavam braços de malhos e enxadas. Tive aqui o trabalho. E as ferramentas. Já vi aqui muitos haster de bandeiras: aquele em que uma subiu, amarrada ao cimento seco da ponta de uma grua de bombagem de betão — essa fica! Em 16 de Novembro de 1975.

E por muito que então se tenha passado, não tardou muito que aqui voltasse o trabalho. E quando digo o trabalho, digo com muita propriedade porque o que o Arsenal aqui levedou floresce com a mesma força com que eu me sinto: foi em 77, a 22 de Junho, que a CGTP para aqui convocou os trabalhadores de Lisboa. E cinco meses depois cá voltaram. Para afirmar que o Abril que também aqui nascera, também aqui se continuava. Um ano depois, outra vez. Mas agora, em 11 de Novembro, recebi uma Lisboa que muito se alargava: tratava-se do meu povo, da minha cidade, a dar o seu apoio à Reforma Agrária. Dera-o sempre, mas nesse dia foi neste Terreiro. Orgulhei-me que o meu asfalto fosse o chão de quem defende a terra — a de quem a trabalha.

Recordei-me que me sentira, aí por 68, um pouco envergonhado porque subiera de uma coisa política que se dizia no Maio de Paris, *dessous les pavés il y a la plage*, sob o asfalto está a praia. Foi bom comprovar que não é a areia sob o meu asfalto que é importante — mas sim os homens sobre ele: nesse dia, a planura do meu calcetado urbano foi uma terra bem lavrada e fértil.

**«Para a rua!»**

Vi mais gente, vi mais povo. Vejo-o todos os dias, aqui passa, aqui trabalha, aqui existe. Mas vi mais povo como gosto de o ver.

Em Junho de 80 e ainda há pouco — em Dezembro de 81. Da manifestação de 80 publicou o Meu Amigo uma maravilhosa fotografia: eu estou pequenino, grávido de gente, mas comigo está tanta Lisboa! Gosto tanto dessa imagem: uma cidade que ganha vida saindo da luta que aqui se afirma.

Trazem uma palavra repetida estas manifestações de agora: «Para a rua!». Motta Pinto, Sá Carneiro, Balsemão... Eles têm ido, felizmente. É claro que, pessoalmente, a expressão me custa um pouco... Quanto a mim, como sabe, na rua, no que eu sou, gosto de ter aquilo de que gosto. O povo! Mas compreendo que é uma figura, uma expressão com que no substancial concordo.

Contudo, para terminar este desabafo (e que desabafo, Meu Amigo, que longo desabafo...) queria rematar com uma pequena história. Já lhe disse o que é para mim este povo, esta terra, este Abril. Como gosto que em mim se viva e continue a fazer viver Abril. Digo bem-vindo a quem por Abril vier. No meu terreiro ou nas minhas arcadas. Mas queria apresentar uma sugestão. Sei que é afinal uma gracinha, mas custa-me ver essa tão bela e minha palavra rua usada tão bem quando se diz, por exemplo, o **povo desceu à rua**, e depois em tão má companhia quando justamente se reclama — **«AD» para a rua!**

A sugestão nasce do seguinte. O Meu Amigo sabe que estou assente sobre estasas. Este aterro ganho ao Tejo que é o Terreiro que sou, teve ser escorado. Escorado há séculos, quando esse betão cujas betoneiras já vi não pôde ainda dar as fundações aos meus hectares. Foi um trabalho de forçados, esse que há duzentos anos aqui se cumpriu.

Robustos troncos de madeira para aqui vieram trazidos das florestas de todo o País. Cravados depois na areia e no lodo que o Tejo deixara quando galgara a terra e esta temera. Cravados com uma máquina, uma dura ferramenta que se chamava bugio. Lidar com o bugio era um trabalho duríssimo, para o qual se recrutaram forçados, os pobres que Lisboa então tinha, escravos e todos os que vendiam apenas a força do seu braço.

Lisboa criou então um verbo: **bugiar** — trabalhar no bugio. E quando se pretendia dizer a alguém que desaparecesse, quando se queria dar a entender a alguém que estava a mais e devir ir fazer qualquer coisa de útil e duro, dizia-se-lhe: **val bugiar**.

A expressão ficou. «Oh pá, vai bugiar, não me chateies!». E, neste aniversário de um 25 de Abril que também acho que é meu e para o qual gostava de ser anfitrião, é para mim bastante mais incoercitivo que não ter o povo no Terreiro o ter esta gentinha nos gabinetes das Arcadas!

Os Angeles, os Hortas, os Barbosas, sei lá quem mais. Aqui, neste Terreiro! Acho pois que tenho toda a autoridade para pedir a sua concordância e apoio para esta expressão: **mandá-los bugiar! Mandá-los bugiar, Meu Amigo — e depressa!**

Porque, no fundo, a razão fundamental de toda esta longa carta é esta: Terreiro do Paço, sem querer ser o Portugal dos gabinetes, mas querendo ser também como tenho sido o Portugal do Povo, quero juntar a minha voz a quantos digam: **25 DE ABRIL SEMPRE! FASCISMO — NUNCA MAIS!**

Atentamente  
a) Terreiro do Paço

**25 de Abril de 1974, «Quando daqui os blindados saíram para ir acabar com o regime ao Largo do Carmo, daqui já saíram não apenas os tanques: ia também o povo que já estava com eles.»**



«Nesse dia, aqui, estacionavam tractores, betoneiras, guas, camionetas que carregavam braços de malhos e as ferramentas.»

Contado o signatário sobre se pretendia assinar «Terreiro do Paço» ou «Praça do Comércio», respondeu que, sem dúvida, preferia a primeira forma por assim sempre ter sido conhecido pelo povo. Os títulos são da responsabilidade da Redacção. A carta —

**Comemorações do 25 de Abril mobilizam o País inteiro**



De Norte a Sul, como todos os anos. E já lá vão oito, e as crianças então nascidas, em Liberdade já, ouvem contar a história de Abril como um sonho que se tornou realidade. Para lembrar uma data gloriosa mas também para fazer perdurar os ideais que a tornaram possível, para continuar a luta então encetada abertamente por uma sociedade mais justa, os portugueses de todas as idades, os democratas que lutaram por Abril ou que a ele aderiram sinceramente, festejam por todo o País o derrubamento do fascismo.

Homens e mulheres, trabalhadores ou reformados, civis e militares, mas democratas todos, juntam as suas vozes e comemoram o 25 de Abril em iniciativas marcadas a maior parte das vezes pelo seu carácter unitário e nas quais pesa o número de organizações populares que já fizeram das comemorações uma tradição. Uma tradição viva, virada para o presente, com os olhos no futuro que é preciso construir derrotando os inimigos de Abril. Festa e política, o 25 de Abril é assim, por todo o País, imenso palco de convívio, de espectáculos, de desfiles.

**• Lisboa**

Na capital, a Comissão Coordenadora da Aliança Povo Unido lançou um apelo a todos os trabalhadores e democratas para participarem nas comemorações que se realizam nos dias 24 e 25 no Rossio e no Parque Eduardo VII.

No dia 24, a partir das 22 horas, realiza-se no Rossio uma Festa Popular em que participam Ary dos Santos, Carlos Mendes, Isabel Louret, José Jorge Letria, José Manuel Osório, Samuel e uma banda. A seguir ao espectáculo há baile até de madrugada.

No dia 25, a partir das 10 horas, no Parque Eduardo VII, as crianças têm uma manhã infantil, com mini-futebol, gincanas, corridas de sacos, voleibol, mini-basquetebol e ainda pintura, modelagem e dobragem. No espectáculo infantil actuam José Jorge Letria, Pedro Pinheiro, Samuel, os palhaços Elizabeth e o Teatro Infantil de Lisboa. A tarde intervem Francisco Seia e Jorge Palma.

Hoje, às 20 horas, técnicos e intelectuais reúnem-se na Casa do Alentejo num convívio, promovido por uma comissão que inclui os nomes de António Carvalho, Caldera Rodrigues, Cunha Serra, Fernando Vicente, Mário Lino, Oliveira e Sá, Carlos Carvalhas, Esteves Belo, Ulpiano Nascimento, Beatriz Ruivo, Sousa Lopes, Graça Cristino, Fernando Torres e Maroa José Estanço.

Em Alcântara, as festas são promovidas por uma Comissão Unitária de Defesa da Constituição, que integra várias estruturas populares, entre elas: URPIA, Comissão de Moradores da Zona 1 de Alcântara, Base MDP, Comissão de Trabalhadores da Fábrica J. Esteves, Centro Social e Paroquial de Alcântara, Colectividade Recreativa «O Chiquinho». As comemorações estão marcadas para amanhã, na Academia de Santo Amaro, às 21 horas, e inclui intervenções de um membro da Comissão Unitária e de outro da Convenção Nacional Democrática, seguindo-se um espectáculo com a Brigada «Semear», os conjuntos «Plebe», «Via Lactea» e «Gee-Vah».

Na Ajuda, a respectiva Junta de Freguesia promove no sábado uma série de iniciativas que têm início às 9 horas da manhã, com a «Corrida do 25 de Abril», que parte da Calçada da Ajuda, frente à Junta. Exhibem-se depois as classes de ginástica infantil da Academia Recreativa da Ajuda e do Centro Recreativo e Cultural das Crianças do Cruzeiro e Rio Alvo. Às 10 horas há uma largada de pombos a partir do Largo da Ajuda. À tarde, às 16 horas, Teatro Infantil na Academia Recreativa da Ajuda. Além da Junta de Freguesia, promovem estas iniciativas várias organizações populares de base da Freguesia.

**DIA 24 • 22 HORAS ROSSIO FESTA POPULAR**

ESPECTÁCULO COM:  
• ARY DOS SANTOS  
• BANDA  
• CARLOS MENDES  
• G. CORRAL DA AMADORA  
• HENRIQUETA MAMA  
• ISABEL LOURET  
• JOSÉ JORGE LETRIA  
• JOSÉ MANUEL OSÓRIO  
• SAMUEL

BARES: BAILE ATÉ DE MADRUGADA

**25 de ABRIL SEMPRE!**

**DIA 25 • 10 HORAS P. EDUARDO VII MANHÃ INFANTIL**

DESPORTO:  
• MINI-FUTEBOL • GINCANAS  
• CORRIDAS DE SACOS  
• VOLEIBOL • MINI-BASQUETEBOL

PINTURA • MODELAGEM • DOBRAGEM

ESPECTÁCULO COM:  
• JOSÉ JORGE LETRIA  
• PALHAÇOS ELIZABETHS  
• PEDRO PINHEIRO  
• SAMUEL  
• TEATRO INFANTIL DE LISBOA

13 HORAS  
• FRANCISCO SEIA  
• JORGE PALMA

**• Porto**

A Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril no Porto, que integra várias associações e colectividades culturais e recreativas — Cooperativa Anvore, Cineclub do Porto, Coral de Letras da Universidade do Porto, Modestos, Seiva Trupe, TEP e Unicep, divulgou o seguinte programa:

No Sábado, Tarde da Juventude, às 16 horas, com a participação de Rui Veloso e UHF; à noite, a partir das 22 horas, grande Festa Popular, com variedades em dois palcos instalados no espaço das festividades — Praça da Liberdade, Avenida dos Aliados e Praça Humberto Delgado. A passagem do Ano da Liberdade será assinalada, às 24 horas, com fogos de artifício e diaporamas.

No Domingo, dia 25 de Abril, homenagem à Resistência Antifascista, às 10 horas, no Largo Soares dos Reis. A mesma hora começa a manhã infantil, na Praça Humberto Delgado com palhaços, robotos, gigantones e cabeçudos, música e teatro infantil, pintura e modelagem; às 10.30, pintura de um painel colectivo por artistas plásticos do Porto, na Praça da Liberdade. A corrida da Liberdade começa às 11 horas, com partida do Largo Soares dos Reis e chegada à Praça da Liberdade. À tarde, às 15.30, Cortejo da Liberdade, com desfile de carros alegóricos, e Festa Popular.

**• Setúbal**

As comemorações do 25 de Abril — que se realizam por todo o distrito — são promovidas, na cidade de Setúbal, pela Câmara Municipal e já começaram no passado dia 9, em todo o concelho, com provas desportivas, actividades recreativas e infantis, projecção de filmes.

No dia 24 realizam-se actividades desportivas na Terroa, no Bairro Alves da Silva e Azeitão; no dia seguinte o desporto continua no Parque das Escolas, no Centro Cultural, no Clube Naval, na Avenida Luiza Todt, em Aldeia Grande, em Brejos de Azeitão, na Anunciada, na Fontenova, no Bonfim, na Terroa e no Outão. Atletismo, damas, futebol juvenil, ping-pong, futebol de salão, aeromodelismo, andebol, ciclismo, mini-basquetebol e pesca desportiva são algumas das modalidades propostas.

Quanto ao programa principal, dia 24 — às 10.30, o grupo de circo actua na Estrada das Machadas, para voltar a actuar às 15 horas no Parque do Bonfim. O filme «Cerroamar» exhibe-se às 15.30 no Centro da Terceira Idade, na Fonte Nova e, às 21.30 em Brejos de Azeitão. O Teatro Presença actua na Terroa, no Bairro 2 de Abril. No Parque do Bonfim haverá, às 15 horas, actividades para crianças. A «Marcha da Liberdade» percorrerá as ruas da cidade a partir das 20 horas. Às 22, no Largo de Jesus, há espectáculo «Noite de Abril».

No dia 25, depois da abertura oficial na Câmara Municipal, às 9 horas e até à sessão solene de encerramento, às 21.30, continuam as actividades culturais por todo o concelho — cinema, teatro, palhaços, música, dança, poesia, pintura e fotografia.

**• Seixal**

A Comissão Coordenadora Concelhia para as Comemorações, do Seixal, anunciou também que muitas dezenas de iniciativas comemorativas do 25 de Abril estão previstas em todo o concelho.

**• Barreiro**

No Barreiro, as comemorações decorrem por iniciativa de uma Comissão da Câmara Municipal, que centraliza diversas

actividades desportivas, culturais e recreativas, destacando-se a exposição a realizar no Parque Catarina Eufémia. No dia 24, a partir das 23.30 prevê-se uma concentração junto à Câmara e, às 24 horas, o aniversário é assinalado com fogo de artifício e uma intervenção do Presidente, Helder Madeira. No dia 25, realizam-se provas desportivas e de convívio a partir das 9 da manhã.

**• Alpiarça**

Promovidas pela Câmara Municipal, as comemorações do 25 de Abril incluem, entre outras iniciativas no concelho: no sábado, um Festival Folclórico com a participação de 5 ranchos da região; no dia 25, às 17 horas, realiza-se uma sessão comemorativa.

**• Amadora**

Nas diversas freguesias os programas são organizados pelos órgãos autárquicos respectivos e constam essencialmente de actividades desportivas e culturais. Entretanto, no dia 24, realiza-se na cidade um espectáculo musical, às 21 horas, com a participação da orquestra do Hot Club, de Paco Bandeira e de José Afonso. No dia 25, a manhã começa com a acção da fanfara dos Bombeiros e o ícar da bandeira nacional, havendo programadas diversas actividades para crianças. A tarde actua ranchos e bandas.

Na Buraca, a Junta de Freguesia, mais de uma dezena de organizações populares e de cultura promovem, desde o passado dia 10 um vasto leque de actividades culturais e desportivas. No dia 25, uma prova de atletismo percorrerá as ruas da freguesia e, às 10.30, haverá uma sessão solene no Salão da Junta, actuando à tarde o Grupo de Teatro Nova Vaga.

**• Azambuja**

Uma Comissão Executiva Concelhia funciona por iniciativa da Câmara Municipal da Azambuja e representa mais de 40 organizações populares que participam no vasto programa de actividades previsto no concelho para comemorar o 25 de Abril. As comemorações já se iniciaram em 17 do corrente e findam no dia 25, sendo a maior parte das iniciativas dedicadas à juventude.

**• Vila Franca de Xira**

Desde o dia 3 de Abril que neste concelho se comemora a Revolução, por iniciativa de uma comissão coordenadora da qual fazem parte representantes das autarquias. No dia 23, há um espectáculo especialmente dedicado à juventude, na Sociedade Euterpe Alhandrense. No dia 24, começa às 9 horas um torneio de futebol, seguindo-se às 16 horas um sarau de ginástica. As 21 horas inaugura-se uma exposição fotográfica no Largo da Câmara. No dia 25 a manhã é para o desporto que continua de tarde com provas náuticas. Há ainda largada de pombos e desfile de baterias desde a Póvoa a Vila Franca. Está programado um espectáculo à tarde no jardim municipal, no qual actua ranchos folclóricos, corais, bandas, palhaços e grupos de teatro.

**• Coimbra**

No dia 24 de Abril, na Praça Velha, às 22 horas começam as comemorações com um baile popular, a que se segue a «Queima do Fascismo». As iniciativas previstas para Coimbra são organizadas por uma Comissão de que fazem parte o Ateneu, a Associação dos Deficientes das FAs, a Cooperativa Livreira UNITAS, a CRP do Bairro Norton de Matos, a União dos Sindicatos de Coimbra e a Comissão Unitária de Mulheres.

No dia 25, o programa começa à 8 da manhã, abrindo com salva de morteiros e um desfile de uma banda que se inicia uma hora depois. Às 10 horas começa a Corrida da Liberdade. Às 14.30, desfilam os ranchos populares, do Armado para o Parque da Cidade. Às 15 horas, há actividades para crianças. E às 16 horas começam os espectáculos, com a chegada dos ranchos ao Parque.

**• Maia**

No concelho da Maia, a APU organiza uma caravana auto-móvel que parte, no dia 25, da Feira de Pedrouços. A caravana passa às 8.30 em Águas Santas, e depois em Milheiros, Gueifães, Vermoim, Nogueira, na Zona do Castelo, em Moreira (Pedras Rubras) e a sua chegada prevê-se para as 10.30, à Maia.

**• Beja**

Câmara e Assembleia Municipal organizam em Beja, na noite de 24, manifestações no castelo da cidade, com desfile pelas principais ruas, e descerramento de uma placa toponímica na rua que passa a chamar-se «Alfonso Costa». Provas desportivas, manhã infantil no Jardim Público, representação teatral e actuação de conjuntos musicais são outras das iniciativas previstas para Beja no 25 de Abril, havendo ainda largada de pombos e a inauguração de um centro de convívio na Boavista, e da luz eléctrica no lugar do Padrão, freguesia das Neves.

**• Montemor-o-Novo**

Cerca de 40 organizações populares promovem conjuntamente em Montemor as comemorações, que incluem torneios de futebol e outras actividades desportivas, realizando-se também a Estafeta da Liberdade. Folclore, espectáculos de bailado e canções e ainda actividades para crianças estão também previstas. De 24 para 25 haverá um baile popular.

**• Viseu**

No concelho de Viseu, uma comissão de democratas decidiu pôr a circular um abaixo assinado, comemorando a passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, apelando à unidade dos que querem defender a democracia e as liberdades e protestando contra as recentes medidas do Governo tanto no domínio da economia como no da saúde, transportes, etc., chamando a atenção para os graves perigos que as liberdades correm.

**• Algarve**

Um pouco por todo o lado, no Algarve, o 25 de Abril vai ser comemorado. Comissões unitárias e órgãos autárquicos, colectividades e outras organizações populares colaboram para a realização de programas variados.

Em Vila Real de Santo António, autarquia de maioria APU, apresenta exposições sobre os resultados do seu mandato em defesa dos interesses das populações. Em Lagos, eleitos da APU promovem também uma exposição acerca das propostas do Povo Unido ao longo do mandato. Jantares, almoços e outras formas de convívio são promovidos pela APU em todo o distrito. Em Faro, um almoço no dia 25 de Abril reunirá militantes do PCP, do PS e do MDP, além de independentes, Martins Guerreiro, do Conselho da Revolução, participará no convívio.

**PCP**

# Encontro das células de empresa dos sectores metalúrgico e eléctrico da região do Porto

• Há condições para ultrapassar as deficiências que ainda subsistem nas organizações

Com a participação de membros de secretariados de células e outros militantes, realizou-se no passado dia 17, o Encontro de Células do Partido dos Sectores Metalúrgico e de Material Eléctrico da Região do Porto. Estiveram presentes camaradas das empresas "Baptista Russo", "J. J. Gonçalves", "Alumínia", "Jayme da Costa", "Mario Navega", "Fogões Leão", "Marinho e Pinheiro", "Siderurgia Nacional", "Sonafi", "EFACEC", "INDUFER", "FACAR", "Sunviato", "EFI", "Equimetal", "Vilar", "Santos e Barreto", "Oliveira e Ferreirinhas", "Sepsa", "Utic", "Desco", "Eurofer". A mesa era constituída pelos camaradas Ângelo Veloso, suplente da Comissão política do C. C., Edgar Correia, do CC e da DORP, Manuel Sousa, da DORP, os camaradas do executivo do Comité e convidados, como os deputados Manuel Almeida e António Mota.

As células de empresa constituem a mais importante organização de base do Partido e o elo fundamental para a ligação do Partido com a classe operária e os trabalhadores.

Por isso estiveram na primeira linha de trabalho e das preocupações deste encontro os problemas do funcionamento regular das células, da composição e actividade dos seus secretariados, da estruturação dos núcleos do Partido nas secções da empresa, da realização de Assembleias, da dinamização da vida política das células, do reforço da sua ligação com os trabalhadores, com os problemas e as organizações representativas, e das suas actividades e iniciativas.

Várias intervenções abordaram este conjunto de problemas, concluindo que se registaram progressos satisfatórios e que existem condições para ultrapassar as deficiências que ainda subsistem.

A estruturação e vida política das células foi ali amplamente discutida.

"Na estrutura interna da célula tem-se procurado dar toda a modificação que seja

mais funcional e objectiva. Na célula com mais de uma centena de militantes e uma distribuição geográfica dispersa, criou-se um novo secretariado alargado para dar mais corpo e vida activa à célula, criando responsáveis por núcleos. Deste secretariado saiu um executivo de célula para atender aos pontos que se acham fundamentais: fundos, comissão intersindical, CT, imprensa e propaganda, cultura e desporto e mulheres." - Este exemplo levado pela "Sepsa".

Como dizia o camarada da "Eurofer", "o êxito ou o fracasso das lutas que na nossa empresa se têm vindo a travar, esteve sempre ligado ao bom ou mau funcionamento da célula". Sem dúvida muito importante, é o papel dos comunistas na frente sindical, designadamente na organização sindical de empresa, nas comissões de trabalhadores e nas comissões culturais e desportivas das empresas.

É necessário garantir que na composição dos secretariados hajam camaradas que assegurem a ligação com os membros do Partido que tenham sido eleitos para

os organismos representativos dos trabalhadores. Assim já acontece em várias células. O camarada da EFI referia que "foram criados grupos de trabalho que visam analisar e orientar toda a actividade dos nossos camaradas integrados nas CT, Comissões Sindicais e Inter-sindicais.

Na "Sepsa", "os comunistas estão por direito próprio à frente de toda a organização dos trabalhadores, verificando-se assim a confiança que a maioria dos trabalhadores têm no Partido."

Se muitas situações como esta foram ali referidas, não deixaram de ser realçado o muito que há ainda a fazer nesta frente.

Encontros de comunistas nas Comissões de Trabalhadores e nos grupos desportivos e culturais, foram ideias

ali lançadas, numa linha de reforço da actividade das células dos sectores com uma vida política e dinâmica.

### Recrutamento

O crescimento do número de militantes do Partido no sector foi outra linha de discussão.

Foi realçado o facto de em várias empresas do sector metalúrgico e de material eléctrico, o número de militantes exceder já os 10% do número de trabalhadores da empresa. Ultrapassar em todas as células esse escalão é um objectivo possível de concretizar.

Se o crescimento da influência e do prestígio do Partido entre os trabalhadores metalúrgicos e do mate-



rial eléctrico da região do Porto não foi acompanhado durante o ano de 1981 com um crescimento equivalente ao número de militantes do Partido, nos últimos meses esta situação tem vindo a ser alterada e só em Março, primeiro mês da campanha de recrutamento em curso, foram admitidos 32 novos militantes de uma meta de 100 até Julho.



Sendo a mais importante organização de base do Partido as células de empresa presentes no Encontro, através de um debate vivo e participado, dedicaram particular atenção à sua estruturação e vida política, tendo concluído que a sua acção constitui o coração e a vanguarda da luta.

## «A luta do Partido no Alto Minho»

# Exposição no CT de Viana do Castelo

• «Avante!» ouviu um elemento da organização

Sob o lema «a luta do Partido no Alto Minho», decorre até 22 de Maio próximo, no Centro de Trabalho de Viana do Castelo, uma exposição acompanhada de um conjunto diversificado de iniciativas: canções, música popular minhota, cantigas ao desafio, fados, teatro, diaporamas, mercado do livro e do disco, colóquios (a luta dos comunistas em Viana antes do 25 de Abril, a situação internacional, a protecção da maternidade), debates e jornadas de convívio.

A organização é da responsabilidade da SIP Concelhia de Viana do Castelo. O «Avante!» colocou algumas questões a um camarada ligado a aquele organismo.

P. - Como nasceu a ideia da iniciativa e quais os seus objectivos?

R. - «A ideia nasceu fundamentalmente para se imprimir uma nova dinâmica à actuação da SIP, a qual, por vícios bastante radicados, estava de certo

modo em período de estagnação. Queremos, com essa nova dinâmica, ultrapassar a ideia errada de uma SIP limitada à colagem de cartazes e feitura de panos, tanto mais que, com a aproximação de períodos eleitorais, vai ser necessário não só a

mais completa mobilização como também o integral aproveitamento do seu espírito criador.

Essa mobilização, aliás, é imperativo inadiável. Na verdade, face à agudização da política do governo contra as liberdades, contra a democracia, contra a Constituição, política que atinge duramente as classes trabalhadoras e tem por objectivo último a subversão e destruição do regime, impõe-se uma resposta diária, firme e consequente, resposta que só uma SIP totalmente mobilizada e integralmente aproveitada estará em condições de dar.

P. - Que aspectos e que períodos abrangem tanto a ex-

posição como as outras iniciativas?

R. - «Os períodos abrangidos são, naturalmente, os de antes e depois do 25 de Abril. Viana teve sempre grande tradição de luta de que o nosso Partido foi incontestavelmente a grande força. Sempre! Ora se a luta após o 25 de Abril é amplamente conhecida pela população, consideramos que a luta contra o fascismo deverá, pela riqueza que encerra, ser levada também ao conhecimento de todos. Desse período não existem inúmeros materiais.

Por isso, além dos que se conseguiram recolher e dos quais se destaca a foto do assassinato do camarada Fiuza (RUC-RUC) pela Pide, decidimos organizar um colóquio no qual vários camaradas da clandestinidade relatarão as suas experiências e se porão ao dispor dos assistentes para responder a todas as questões que lhe sejam postas, relacionadas com esse duro e longo período. Quanto ao pós 25 de Abril, temos uma rica colecção de muitas centenas de fotografias abrangendo as mais variadas iniciativas, além das que atestam a violência contra-revolucio-

nária no Alto Minho em 1975, centrada em especial nos assaltos aos Centros de Trabalho do Partido».

P. - Dado o facto de todas as iniciativas serem levadas a efeito no CT pode deduzir-se que se destinam apenas a militantes?

R. - «De forma alguma! É nosso empenhamento e para isso desenvolvemos todos os esforços que a todas as iniciativas assistam não apenas os militantes, simpatizantes e amigos mas também os vianenses que não estando circunstancialmente conosco sejam no entanto democratas honestos e trabalhadores. Nesse sentido, apelamos para que nenhum militante venha a nós sózinho, mas, antes, que traga sempre consigo um amigo ou amiga. Do mesmo modo, apelamos aos camaradas de todo o País para que, se naquele período nos quiserem visitar, tragam um ou mais amigos também».

P. - O conjunto de iniciativas circunscreve-se somente a Viana ou encaram a hipótese de o levar aos concelhos do interior?

R. - «Pensamos de facto levá-las, pelo menos sectorial-

mente, a alguns concelhos do interior. Em especial a exposição documental e fotográfica e ainda, se conseguirmos as mínimas condições necessárias, os diaporamas, filmes e colóquios. Pensamos ainda aproveitar os materiais da exposição para após o seu encerramento no CT, fazermos uma mini-exposição em diversas artérias da cidade, designadamente na Praça da República».

P. - Que resultados políticos esperam obter?

R. - «Além dos resultados relacionados com uma mais correcta articulação e actuação da SIP, consideramos que serão muito positivos esses mesmos resultados, até como estímulo e emulação para a actuação do trabalho partidário noutros sectores. Finalmente, e dado o carácter amplo e aberto que procuraremos imprimir ao conjunto de iniciativas, pensamos que se aprofundará e alargará a nossa aproximação com a população, o que poderá facilitar as tarefas já em curso para o cumprimento, pela concelhia de Viana, do seu contributo para a Campanha de «Mais 5000 Militantes até Junho!»

## Concelho de Alpiarça Esforço para regularizar a quotização

Ao abordar os problemas da quotização e da entrega dos novos cartões aos militantes, a Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP emitiu uma circular em que refere a dado passo: "A actualização das fichas, a serem enviadas ao organismo superior para desse modo se obterem os novos cartões, sofreu um atraso significativo."

E mais adiante: "O processo de actualização de quotas de camaradas que desde o início da sua militância no Partido não sofreu alteração, encontra-se também bastante atrasado."

"Destemodo", prossegue a nota, "a Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP, apela a todos os militantes que actualizem as suas quotas, para valores que julgem aceitáveis, porque todos nós sabemos que a vida, a influência, o bom trabalho do Partido, assenta nas quotas que os

militantes devem pagar regularmente à Organização."

Depois de salientar que "os novos cartões serão entregues oportunamente e que as quotas relativas ao ano de 1982, já se encontram no Centro de Trabalho e que todos os camaradas já podem proceder ao seu pagamento regular", a Concelhia de Alpiarça faz o seguinte apelo aos camaradas com quotas em atraso: "regularizem a sua si-

tução do modo que acharem mais conveniente, podendo fazê-lo por fases, isto é, não é necessário que o façam de uma só vez."

"Camarada: ajuda o teu Partido de modo a podermos reforçar a nossa organização para desse modo podermos reforçar a luta: ajuda dentro das tuas possibilidades, a melhorar a situação económica do nosso Partido."

### Leitura do «Avante!»

Para o reforço do nível político e ideológico e de uma forma geral dos conhecimentos teóricos dos camaradas, a Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP decidiu levar a efeito a realização de leituras colectivas do «Avante!» e de «O Militante», todos os sábados, no Centro de Trabalho do PCP, naquela vila. Esta iniciativa começa já em Maio, no dia 8.

Foi ainda decidida a promoção de cursos básicos sobre a vida e a actividade do Partido, com a duração de um dia, em datas a marcar oportunamente.



**MIL CONTOS PARA AJUDAR O PARTIDO NAS REGIÕES DIFÍCEIS**

## Iniciativa de emigrantes

Conscientes da necessidade de promover formas concretas de solidariedade para com a luta do PCP, partido com as responsabilidades que se conhecem na vida nacional e força determinante na defesa do regime democrático, os emigrantes comunistas na Europa decidiram lançar uma campanha de fundos a decorrer até finais do próximo mês de Junho, subordinada ao lema «Mil contos para ajudar o Partido nas regiões difíceis».

Devidamente orientada para chegar junto dos amigos do Partido, dos democratas e dos restantes compatriotas espalhados pela Europa, a Campanha permitirá certamente estreitar os laços entre os emigrantes e o PCP, alargar a sua influência e

prestígio, e reforçar o próprio Partido, designadamente através do recrutamento de muitos trabalhadores que serão contactados para contribuirem ou participarem nas iniciativas a realizar.

Com o objectivo de melhor organizar a Campanha foram já distribuídas listas para recolha de fundos, **lupas** para vender nas abordagens individuais e **emblemats** com o símbolo da Campanha.

Acompanhando o desenrolar desta importante iniciativa dos emigrantes comunistas na Europa, o «Avante!» dará proximamente mais informações, nomeadamente sobre as iniciativas previstas bem como sobre os números da Campanha.

## Colóquio em Abrantes

Os projectos de lei sobre protecção da maternidade, garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual e legalização da interrupção voluntária da gravidez serão tema de debate no colóquio promovido pela Comissão Concelhia de Abrantes do PCP, que se realiza amanhã, a partir das 21 horas, naquela localidade.

A sessão decorrerá no Convento de S. Domingos, com a participação da camarada Alda Nogueira, deputada e membro do Comité Central do Partido.

## Futebol feminino no Barreiro

No próximo sábado realiza-se no campo 13 de Agosto, no Barreiro, (Grupo Desportivo da Quimigal) um jogo de futebol feminino (amigável), a partir das 16 horas. Trata-se de uma iniciativa cujo objectivo é a angariação de fundos para a construção do novo Centro de Trabalho do Partido, no Barreiro. Como nos referem os camaradas, é «uma obra de que nos orgulhamos» e que «virá ao encontro das aspirações dos comunistas e dos trabalhadores em geral».

Quem comprar um bilhete para assistir ao encontro fica automaticamente habilitado a um concurso, estando o respectivo sorteio marcado para o próximo dia 29.



## Lutas dos trabalhadores

• Debate em Faro

O camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, participou numa importante reunião de quadros, a fim de discutir fundamentalmente as questões que se colocam à acção e ao papel dos comunistas na actividade sindical, do distrito de Faro.

O reforço e dinamização da actividade de massas, com a preocupação constante de uma ligação estreita às empresas e aos trabalhadores por parte de dirigentes e activistas sindicais, o combate ao burocratismo, à rotina e à falta de perspectiva, foram, entre outros, temas muito vivos e discutidos na reunião.

Foi apontada e debatida a necessidade do reforço da luta em torno da defesa das conquistas sociais, económicas e políticas dos trabalhadores, face à agressividade do patronato que procura, com a repressão e perseguição de dirigentes e activistas sindicais, impedir a continuidade da luta de amplos sectores da classe operária e outros trabalhadores do distrito.

## Gamaradas falecidos

### Joaquim Vila

Vítima de acidente de viação, faleceu recentemente o camarada Joaquim Nunes Vila, natural de Monchique e membro da organização local do Partido.

### António Vieira

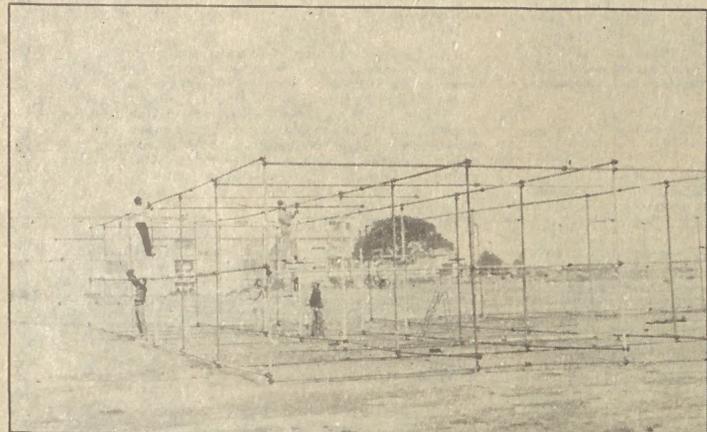
Faleceu no passado dia 15 o camarada António de Jesus Vieira. Contava 67 anos de idade e era militante do Partido desde 1947.

Actualmente, era membro da Comissão de Freguesia da Brandoa, onde desempenhava papel activo.

### Henrique Reis

Faleceu, com 70 anos de idade, o camarada Henrique Rufino Reis, velho resistente antifascista e militante na Organização do PCP de Colares.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências às famílias dos camaradas falecidos.



## Festa da Amizade em 7, 8 e 9 de Maio

No Alto das Barrocas, Cova da Piedade, o trabalho prossegue com entusiasmo: em 7, 8 e 9 de Maio próximo mais uma edição da Festa da Amizade levará milhares de pessoas àquele local, para um convívio popular que possui já fortes tradições na população do concelho de Almada, não falando dos visitantes oriundos de outras regiões. Duas tarefas centrais salientam-se, entretanto, do vasto conjunto de iniciativas que é necessário concretizar para o pleno êxito da Festa: Por um lado, a venda da PA (Porta Aberta), o bilhete que dá acesso ao recinto nos três dias e que constitui a principal fonte de receita para o pagamento dos compromissos da organização; e, por outro lado, a mobilização para as jornadas de trabalho no Alto das Barrocas, que prosseguem nos próximos fins-de-semana e para os quais a organização, através do «Avante!», lança desde já um apelo para a mobilização e participação. Na Festa da Amizade estarão presentes alguns dos mais destacados artistas nacionais, estando também em preparação um diversificado programa com actividades culturais, desportivas e recreativas.

\* **LIVRARIA** \*

\* do Centro de Trabalho \*

\* **VITORIA** \*

\* no n.º 170 da Av. da Liberdade \*

\* em Lisboa Tel. 574.578 \*

\* **LIVROS DISCOS** \*

\* **BRINQUEDOS** \*

\* \* \* \* \*

PCP

# O Alto da Ajuda espera por ti, amigo!

festa do Avante!

A dois meses e meio da Festa do "Avante!", como estão as coisas no Alto da Ajuda? Uma pergunta que de imediato motiva outras dúvidas:

Já há estruturas montadas? Os arruamentos, as canalizações, a rede de águas, como está tudo isto? E as novidades, que haverá este ano?

Enfim, perguntas de milhares de pessoas que uma vez mais têm nos seus planos a deslocação ao Alto da Ajuda, desta vez a 2, 3 e 4 de Julho.

Dúvidas que só por si constituem já um apelo vigoroso e directo à colaboração de todos os camaradas e amigos no vasto conjunto de tarefas que enquadra a preparação do maior convívio popular do nosso país.

A Festa é obra dos militantes comunistas, de muitos simpatizantes e amigos do Partido, de muitos democratas que vivem com entusiasmo, ano após ano, a realização da grande Festa. Aqui está uma das suas principais características: é uma obra criada, acarinhada, preparada e vivida por muitos portugueses que unem os seus esforços, o seu saber e a sua imaginação criativa, num objectivo comum — fazer a Festa, uma Festa cada vez melhor, mais atraente, mais participada.

## "Com mais camaradas não custava nada..."

Uma obra complexa e com a dimensão da Festa do "Avante!" não é "assunto" que se resolva em meia dúzia de horas!

Com grande antecedência, são definidas as principais linhas de trabalho: implantação, programa cultural, musical, desportivo, recreativo e político, convites às delegações estrangeiras, propagação e divulgação, venda da EP, abastecimentos, etc.

Por agora, falemos da actividade no terreno. Isto



é, a implantação das estruturas da Festa, que engloba um número infinito de tarefas que "passam" necessariamente pelas jornadas de trabalho aos fins-de-semana. Nos passados sábado e domingo decorreu na Ajuda a primeira jornada. Ai fomos encontrar um grupo pequeno (houve, sem dúvida, deficiências na mobilização) mas muito activo (atenção às fotos que aqui publicamos) de camaradas, nomeadamente das regiões de Lisboa e Setúbal. Falámos com alguns deles. No fim do diálogo, bre-



## Dormitório para 70 camaradas

E pode adiantar-se que já estão criadas no local as condições para a realização de grandes jornadas de trabalho, e para o devido enquadramento dos camaradas que participarem.

Quem se aproxima do Alto da Ajuda apercebe-se logo de um movimento constante em tomo dos "estaleiros", localizado à entrada, do lado direito, onde a pouco e pouco se vão acumulando de forma organizada materiais e equipamentos muito diversos: centenas de quilómetros de tubos, chapas, barrotes, etc.

Entretanto, como nos informou o camarada Vítor Santos, responsável pela quinta vez do trabalho de implantação e preparação no terreno da Festa do "Avante!", as tarefas do momento estão orientadas nomeadamente para a concretização do pavilhão-



"Este ano", salientou Vítor Santos ao "Avante!", "há sem dúvida a ideia de criar melhores condições para os camaradas que cá ficarem a tempo inteiro. Além do dormitório e do pavilhão-bar, haverá cozinha e refeitório com equipamentos mais adequados e instalações sanitárias muito melhores".

## No próximo fim-de-semana vamos todos à Ajuda!

"Todos somos necessários", é expressão que a reportagem do "Avante!" ouviu diversas vezes no Alto da Ajuda, no último fim-de-semana.

E que ninguém tenha dúvidas: espera por nós um trabalho intenso! Trabalho que se tornará tanto mais fácil quanto maior for o número de camaradas e amigos que colaborem nas jornadas a realizar aos fins-de-semana, até à data da Festa. Não temos muito tempo. E o pouco que ainda resta passa a voar...

Carpinteiros, pedreiros, pintores, montadores de andaimes, electricistas, empregados de escritório, estudantes, professores, intelectuais, metalúrgicos, empregados de serviços, etc. — todos não somos de mais!

Numa palavra: **com ou sem especialização profissional todos somos necessários nas tarefas que decorrem na Ajuda, homens, mulheres e jovens que querem uma Festa maior, mais bela, mais humana e fraterna.**

## Grandes jornadas de trabalho no dia 24 (sábado) e no dia 2 de Maio

ve para não cortar o ritmo, uma conclusão podia desde logo ser retirada: "isto com mais camaradas e amigos não custava nada" e "há que mobilizar os militantes e amigos do Partido; as organizações devem apelar para a participação em força nestas jornadas".

-bar, do dormitório destinado aos camaradas que estarão a tempo inteiro no Alto da Ajuda (com capacidade para 70 pessoas), rede primária de abastecimento de águas, rede de esgotos e abertura de novas estradas, uma vez que a Festa terá novo traçado (nova planta).

# Vamos vender a EP!

Vender a EP é ajudar a construir a Festa! Uma ideia que não é nova, mas que permanece com actualidade e importância destacada. De facto, a venda do bilhete que dá acesso ao recinto da Festa do "Avante!", nos seus três dias, além de um bilhete, é também uma contribuição financeira fundamental para a preparação e construção da Festa, que, pela sua envergadura, exige, como é do conhecimento público, um grande esforço de recursos financeiros. Promover a venda da EP, com o máximo de antecedência possível, é, pois, uma tarefa de primeiro plano. E os exemplos dessa venda militante, estamos certos, não tardarão. Pela sua parte, o "Avante!" divulgará regularmente tais exemplos. A Entrada Permanente custa 200\$00 (preço baixo se tivermos em conta, por exemplo, o preço de um bilhete de futebol ou de cinema) e habilita os seus possuidores aos brindes cujos sorteios se realizarão em 8 e 29 de Maio e em 12 de Junho.

## Juventude

### Semana de luta e protesto das escolas secundárias

# Qual é a tua, ó MEU?

Depois de três anos de "AD" no Ministério da Educação, a situação no sistema de ensino em Portugal é mais grave do que nunca.

Esta situação não é de agora. Tem sido desde há bastante tempo denunciada por alunos e professores dos vários ramos do ensino e também por organizações democráticas da esfera social e política.

A falta de escolas e de equipamentos, a má administração das verbas e uma das mais elevadas taxas de insucesso escolar da Europa, são entre muitas outras, situações que caracterizam o sistema de ensino entre nós.

O ensino secundário, fre-

quentado por uma média anual que ascende a centenas de milhares de jovens com idades entre os 12 e os 18 anos, não foge à regra. Pelo contrário, a situação tem uma tendência para se agravar de ano para ano. E não se pode deixar de referir que só no ano lectivo de 1980/81, «chumbaram» cerca de 500 mil alunos.

É neste contexto que a Comissão Central da JCP decidiu levar a efeito entre 18 e 24 deste mês, a «Semana de Luta e de Protesto das Escolas Secundárias».

Numa nota da sua SIP, a Comissão Central da JCP afirma que «sendo o ensino secundário, um dos sectores

onde mais se faz sentir os efeitos da acção do MEU, onde as condições de estudo e de trabalho pioram, onde baixam os níveis de aprendizagem, as taxas de insucesso escolar atingem valores inacreditáveis, se insiste numa política de selectividade, particularmente no acesso à Universidade, sendo o ensino completamente desadequado das necessidades do País em quadros técnicos e científicos».

Refere ainda a nota da SIP que «a solução dos problemas que afectam o ensino, o nosso ensino é inseparável da alteração política seguida pelos governos "AD", por isso, a «Semana de Luta e Protesto das Escolas Secundárias» se enquadra também na mobilização da juventude estudantil para a luta pela demissão do Governo "AD", grande objectivo e exigência nacional do momento presente».

## Canção juvenil

Numa altura em que o Movimento dos Festivais da Canção Juvenil ganha uma grande vivacidade e entusiasmo, bem patenteados nos festivais locais já realizados, a organização da iniciativa divulga um importante Apelo em que se salienta: «Sob o lema "Juventude, Voz da Paz", promove o jornal "Juventude", órgão central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), durante os meses de Março, Abril e Maio de 1982, o 3.º Movimento dos Festivais da Canção Juvenil (MFCJ).

Tal como nos anos anteriores este movimento levará à maioria dos distritos e Regiões Autónomas do País a possibilidade de mais de um milhão de jovens manifestar as suas qualidades artísticas e musicais, conseguindo, assim, aquilo que a Rádio, a Televisão, e outros meios comerciais e oficiais, lhes negam.

Permitirá igualmente a animação, convívio e participação cultural a dezenas de milhares de pessoas e o contacto com talentos até aí desconhecidos.

Participar é fácil. É só pedir um regulamento a qualquer organização da JCP, ter menos de 30 anos e fazer a inscrição (como solista ou conjunto) num dos Festivais locais.

Depois temos o Festival Nacional, a realizar no dia 29 de Maio, em Almada. Será composto por dez das canções mais bem colocadas nos festivais locais. O júri para o Festival Nacional, e para a selecção

## Futebol de salão

# Um torneio que está a mobilizar muito interesse e expectativa

No programa da Festa do "Avante!" estão incluídas variadas iniciativas desportivas que terão o seu termo no Alto da Ajuda. Para além de outras existe um Torneio de Futebol de Salão que será disputado em 3 fases (local, distrital e nacional). O Comité Local de Lisboa em conjunto com outras organizações da cidade, vai organizar o Torneio-fase local, com início no dia 3 de Maio, estando as inscrições abertas até ao próximo dia 28 de Abril. As equipas interessadas poderão desde já inscrever-se em todos os Centros de Trabalho do PCP, em Lisboa, onde existem boletins de inscrição a disposição.

### Regulamento

Podem participar todas as equipas de Colectividades de Cultura e Recreio, Clubes Populares, Grupos Desportivos, Empresas, Comissões de Trabalhadores, Comissões Sindicais e de Moradores, Escolas, Sindicatos, Bombeiros, etc.

Cada equipa pode inscrever um mínimo de 7 jogadores e um

máximo de 12, não podendo utilizar em cada jogo mais do que 8.

Os jogadores não poderão ter menos de 16 anos de idade.

A inscrição é no valor de 1500\$00 por equipa, sendo todas as despesas extra da responsabilidade das equipas participantes (ex: transportes, bolas, assistência médica e medica-

mentosa, etc.), a identificação dos jogadores será feita através de cartão do jogador com fotografia — B.I., passe, cartão da Caixa ou Sindicato, etc. — sem o qual não poderão participar nos jogos.

As equipas deverão designar 2 delegados que deverão comparecer nos jogos devidamente credenciados.

Os delegados deverão dar conhecimento na ficha de inscrição, ou na reunião que antecede o jogo, qual a cor do equipamento que irão utilizar.

Caso não seja indicada a cor do equipamento, fica a equipa obrigada a mudar no caso do equipamento ser igual ao do equipamento da equipa adversária.

Os delegados deverão na ficha de jogo indicar qual o jogador que exercerá as funções de capitão da equipa devendo entregar à mesa da organização 15 minutos antes do jogo.

O delegado não poderá interferir no trabalho do árbitro, nem incitar os seus jogadores à violência.

São direitos dos capitães das equipas:

- Dar instruções aos seus jogadores
- Solicitar do árbitro, respeitosa e calmamente, qualquer esclarecimento do jogo.
- Só o capitão da equipa poderá ter contacto com o árbitro.

São deveres dos capitães das equipas:

- Respeitar e fazer respeitar as determinações do árbitro
- Observar e fazer observar normas de correcção para com a equipa adversária.
- Procurar sanar qualquer divergência ou conflito provocado pelos seus companheiros, ou em que estes sejam intervenientes, perante a equipa de arbitragem, equipa adversária e público.

O jogo tem a duração de 40 minutos, dividido em duas partes de 20 minutos cada, com intervalo de 5 minutos.

O Torneio será realizado no sistema "pool", em séries de 4 equipas, ficando apurada a equipa vencedora de cada série, isto na 1.ª e 2.ª fase.

A 3.ª fase será no sistema de eliminatória tipo taça.

A equipa vencedora passa à fase distrital do III Torneio Avante.

A classificação será feita pela seguinte ordem:

- vitória — 3 pontos
- empate — 2 pontos
- derrota — 1 ponto
- falta comparência — 0 pontos

Fica apurada a equipa que no conjunto dos jogos adquira maior número de pontuação.

No caso de falta de comparência de uma equipa, será averbada vitória à equipa presente.

É marcada falta de comparência nos seguintes casos: A equipa que não compareça até 10 minutos depois da hora marcada para o início do jogo.

A equipa que no início do jogo não tenha pelo menos 4 jogadores em campo.

A equipa que apresente jogadores em campo que não estejam devidamente inscritos.

A equipa que tenha duas faltas de comparência, será desclassificada do Torneio.

### Substituições

As substituições são previstas nas leis do jogo. Quando uma das equipas desejar protestar o jogo, um dos seus delegados deverá declarar por escrito, no Boletim do Encontro e logo que este termine, assinando a declaração e efectuando um depósito de 2000\$00.

Não serão aceites protestos por erro técnico.

O árbitro é a autoridade máxima desportiva dentro do campo durante a realização do jogo, devendo os jogadores, dirigentes e público, acatar as suas decisões sem discussão ou protesto.

O árbitro poderá terminar o jogo em qualquer altura se considerar a não existência de condições para a continuação do jogo (para si, para equipas ou público).

Os árbitros devem ser respeitados no desempenho da sua missão, amparados e protegidos em todos os momentos, para garantir a sua independência na actuação e da sua integridade física, dentro e fora do campo.

O respeito e auxílio ao árbitro cumpre às duas equipas em presença, delegados das equipas e comissão organizadora.

Os poderes do árbitro começam no momento da sua entrada em campo, mantendo-se até 50 metros do recinto do jogo.

A equipa vencedora será atribuída a Taça Avante 82.

— Ao 2.º classificado — a Taça "25 de Abril Sempre"

— Ao 3.º classificado — a Taça "Avante com Abril"

— Ao 4.º classificado — a Taça "Abril vencerá"

Serão distribuídas lembranças às equipas finalistas. Será atribuída à equipa mais disciplinada no torneio a Taça Disciplina.

Serão atribuídos prémios ao: guarda-redes menos batido • ao melhor marcador durante o torneio.



das dez canções finalistas é composto por 25 elementos amplamente representativo e qualificado.

Os concorrentes ao MFCJ candidataram-se à atribuição de sete prémios nacionais, a serem distribuídos pelo júri do Festival Nacional.

A Comissão Organizadora do MFCJ e o jornal "Juventude" apelam a todos os jo-

vens para que com alegria, entusiasmo e espírito fraterno adiram como concorrentes ou participantes, ao 3.º Movimento dos Festivais da Canção Juvenil. Para que façam sua, esta iniciativa da JCP e, assim, contribuam para tornar ainda maior esta importante realização artístico-cultural da juventude portuguesa.

## Guarda, Gaia, Lisboa...

Proximos festivais:

- 24 de Abril — Guarda;
- 30 de Abril — Vila Nova de Gaia; Olivais e Lisboa (Salão das Furnas);
- 2 de Maio — Seixal e Sines;
- de Maio — Gondomar, Porto, Penacova, Coimbra, Castelo Branco, Caldas da Rainha, Santarém, Vila Franca de Xira, Amadora, Sintra, Setúbal, Évora, Beja, Faro, Portimão e Lisboa (Alcântara);
- 9 de Maio — Famalicão, Braga, Guimarães, Lorbão e Marinha Grande;
- 15 de Maio — Barreiro.

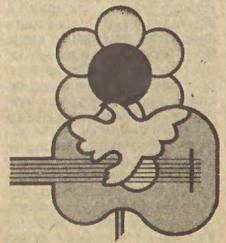


## Quatro propostas

Numa altura em que decorre a Semana de Luta e Protesto das Escolas Secundárias, pensamos que é oportuno recordar as quatro propostas de luta já apresentadas pelos jovens comunistas à massa estudantil, propostas essas que podem unir e mobilizar a esmagadora maioria dos estudantes do Secundário:

- Contra a selectividade, contra o crescente insucesso escolar;
- Contra o 12.º ano e o numerus clausus, por critérios justos de acesso à Universidade;
- Contra a degradação das condições de estudo, pela concessão das verbas necessárias para o funcionamento das unidades escolares, incluindo um verdadeiro apoio social escolar;
- Pela gestão democrática, pela participação dos estudantes na resolução dos seus problemas, contra o regresso dos reitores.

Como salienta a JCP, "é possível uma alternativa à situação que temos, mas não com esta política e este governo. Vamos construir-la, lutando pelos nossos direitos".



Poder local

# IV Encontro de eleitos da APU do Alentejo

## A obra realizada nas autarquias APU é a nossa melhor bandeira eleitoral

Aqui, a chamada «frieza dos números» não tem qualquer sentido. Números são muitos, mas todos dão forma à vida concreta — quer se trate dos 12,5 milhões de contos em que os 43 municípios alentejanos foram roubados pela não aplicação da lei das Finanças Locais, quer dos 136 parques infantis construídos pelas autarquias APU nos últimos anos. O balanço provisório das realizações da APU nos 26 concelhos e 147 freguesias em que é força maioritária na região alentejana, as intervenções colectivas que sobre várias autarquias foram feitas, assim como as conclusões, são um impressionante desvendador do trabalho feito, e da capacidade e maturidade

para exercer o Poder Local democrático que os homens e mulheres alentejanos aprenderam — eles, que vieram na sua maior parte da fome dos latifúndios, que na sua maior parte foram simultaneamente, os obreiros e defensores incansáveis da Reforma Agrária. Neste ano de eleições, a obra realizada é a sua melhor bandeira eleitoral. Em muitos aspectos, graças à estreita ligação com as populações, as autarquias APU do Alentejo conseguiram recuperar o atraso acumulado ao longo de quase 50 anos de ditadura. Em muitos outros, fizeram mais nos dois anos deste último mandato do que aquilo que existia pelo 25 de Abril!

A ritmo semelhante cresceram os lavadouros, balneários, sanitários públicos. A recolha de lixo é já hoje feita em mais de 70% das localidades com mais de 100 habitantes. Nos últimos dois anos foram construídos 62 campos de futebol, duplicou o

número de pavilhões gimnodesportivos — que são agora 13 — e o de polivalentes (actualmente 24).

No domínio da saúde e da assistência à infância e à terceira idade, os resultados colocam as autarquias APU em lugar de vanguarda em todo o País. Sendo isso embora da sua competência, o poder central é unicamente responsável por 2 dos 24 postos médicos criados nos últimos dois anos. De 1974 a 1982, as autarquias APU construíram, pois, 22 postos médicos, e ainda 39 infantários 136 parques infantis, 27 lares e centros de dia para idosos!

As autarquias APU planificam. Elaborem e aplicam os seus Planos Directores, os seus Planos de Urbanização, o que, como foi evidenciado na intervenção sobre Évora feita por Abílio Fernandes, visa (e garantiria, se tudo dependesse do Poder Local) o desenvolvimento ordenado dos concelhos servindo de guia a todas as acções do município.

O que se passa, porém, por exemplo com a habitação, é elucidativo do muito mais que poderia ser realizado. Se não fora a política de boicote ao Poder Local dos sucessivos governos de direita. As Câmaras APU, na área das quais e no período 74/82 foram construídos 9 mil fogos, produziram todo o solo urbanizado necessários e asseguraram directamente a construção de 16% do total de habitações. Com o não cumprimento da lei das Finanças Locais (o exemplo foi dado por Estremoz mas aplica-se a muitas outras autarquias), viram-se na contingência de ter que reduzir o seu apoio sobretudo à produção de solo urbanizado, cedido à auto-construção de particulares e cooperativas. No entanto, o corte de crédito à habitação também este programa veio por rapidamente em causa, e prevê-se que o ritmo de construção diminua a curto prazo.

Para todo o gigantesco trabalho realizado foi essencial — sublinhou-se em muitas intervenções — a conjugação de es-



Dirigentes comunistas, eleitos da APU no Alentejo, como António Gervásio, aproveitam os intervalos do Encontro para prolongar o debate, transmitir experiências e preocupações, conhecer melhor êxitos e dificuldades.

forços dos eleitos da APU com os trabalhadores das autarquias e com a população em geral, numa direcção de trabalho que tem que ser, no entanto, reforçada — nomeadamente, como se afirma nas Conclusões, «pelo empenhamento e assiduidade dos eleitos, a melhoria do seu trabalho, o aperfeiçoamento de gestão e planificação, o aprofundamento da cooperação entre os diversos órgãos a nível local e regional; a descentralização do trabalho para as freguesias; a articulação e bom planeamento entre eleitos e trabalhadores da Administração Local; o reforço da informação e da ligação dos eleitos à população».

Mantendo a preocupação de cumprir os seus programas (na generalidade, já concluídos) até ao fim dos mandatos, vários dos eleitos que intervieram no Encontro e a sua Comissão Organizadora puseram naturalmente no centro das atenções dos par-

ticipantes as próximas eleições autárquicas. As conclusões sublinham a sua importância, «não só para as populações que a nível geral esperam as soluções dos problemas das suas freguesias e concelhos, mas também no quadro nacional». E apontam como objectivo do trabalho a desenvolver em todo o Alentejo a consolidação e reforço das posições da Aliança Povo Unido, por forma e garantir a sua presença em número cada vez maior de órgãos autárquicos, e aganhar novos mandatos nas autarquias em que já está presente. Fazer eleger mais candidatos da APU e conseguir novas maiorias em Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, será a melhor garantia de que os interesses das populações serão salvaguardados, e de que a luta por um Poder Local democrático será reforçada e a democracia melhor defen-

dida. O IV Encontro não acaba aqui: nem para os eleitos e activistas da APU; nem, dentre eles, para os milhares de militantes comunistas que nas fileiras da APU e nos órgãos eleitos demonstram, na prática de um trabalho democrático, inteligente e abnegado que o seu Partido é a força determinante da Aliança; nem, também, para o «Avante!»: as experiências concretas de trabalho nas autarquias que foram levadas ao Encontro, assim como algumas das suas conclusões — e nomeadamente as que respeitam às estruturas e métodos que se propõem colocar ao serviço dos objectivos eleitorais da APU — voltarão às nossas páginas, no que tentaremos seja mais um contributo dos trabalhadores alentejanos para a luta de todos nós por melhores condições de vida, pela democracia, pelo reforço do Poder Local democrático.

## O trabalho realizado e o modo como foi realizado são o motivo da nossa confiança



Há seis meses, na Conferência do PCP sobre o Poder Local, um gigantesco balanço de realizações e experiências, dando origem à publicação de 14 volumes com mais de 2300 páginas, confirmou que nenhuma outra força política conhece e estuda tanto os problemas regionais e locais, que nenhuma outra força apresenta um tal saldo de obras, medidas e realizações em benefício da melhoria das condições de vida e do progresso das nossas cidades, vilas e aldeias.

Hoje, aqui, à escala regional e no quadro da APU, ouvimos uma nova e brilhante confirmação, através do balanço do trabalho realizado, de que a Aliança Povo Unido tem razão para encarar com confiança as próximas eleições autárquicas.

Perguntar-se-á por que razão as autarquias de maioria APU realizam mais do que as autarquias com maioria de outras forças políticas. Há naturalmente uma multiplicidade de razões. De entre todas, há quatro que são essenciais:

- A capacidade de gerir e realizar com a participação do povo, quer na definição de prioridades, quer na própria resolução de problemas, através do trabalho voluntário;
- A capacidade de gerir as autarquias em cooperação com todos os eleitos interessados em resolver os problemas das populações, sejam quais forem os partidos em que se integrem, como atesta o facto de, na generalidade das autarquias de maioria APU, a esmagadora maioria das decisões — em geral de 95 a 100% — serem aprovadas por unanimidade.
- A capacidade de trabalhar com os outros, de se integrar no trabalho colectivo, de aprender com os outros a trabalhar cada vez mais e melhor.
- A capacidade de gerir as autarquias com a mais escrupulosa honestidade e isenção, com a mais constante dedicação ao povo, ao regime democrático, à liberdade e à luta pelo socialismo, bem expressa na luta pela defesa e prosseguimento da Reforma Agrária, pela defesa das liberdades e do Portugal de Abril.

O trabalho realizado e o modo como foi realizado são o grande motivo da nossa confiança.

A APU vai apresentar-se aos eleitores no fim do ano com os programas eleitorais em geral integralmente cumpridos e até muitas vezes largamente ultrapassados.

Uma coisa é importante que fique clara. A não serem possíveis acordos mais largos das forças democráticas, a APU concorrerá com listas próprias onde tal seja possível. Estão completamente fora de causa desistências da APU em favor de outras forças políticas — ainda que desistências mútuas.

Em 1976, o Povo Unido concorreu em 1177 freguesias; em 1979 concorreu a 2299; em 1982, trabalhou para concorrer em 3000, que abrangerão mais de 95% dos eleitores do País.

Uma coisa é importante que fique clara. A não serem possíveis acordos mais largos das forças democráticas, a APU concorrerá com listas próprias onde tal seja possível. Estão completamente fora de causa desistências da APU em favor de outras forças políticas — ainda que desistências mútuas.

Em 1976, o Povo Unido concorreu em 1177 freguesias; em 1979 concorreu a 2299; em 1982, trabalhou para concorrer em 3000, que abrangerão mais de 95% dos eleitores do País.

De regresso aos nossos concelhos e freguesias, vamos todos trabalhar ainda mais para derrubar este Governo, assegurar a derrota da AD nas eleições autárquicas e em eventuais eleições legislativas e, dessa forma, abrir caminho a um Governo democrático apoiado numa maioria parlamentar, que exprima a maioria democrática existente no País.

(Da intervenção de Luís Sá, que em representação da Direcção do PCP encerrou o IV Encontro de eleitos da APU do Alentejo)

## Encontros da APU no Norte

Foram muitos os activistas e amigos da APU que durante o passado fim-de-semana participaram nos encontros promovidos pela Aliança Povo Unido, em várias freguesias do distrito — Bonfim, Ramalde, Paranhos (na cidade do Porto) e Ermesinde e Campo (em Valongo).

O problema da política da "AD" nas autarquias com a sua incapacidade e desprezo pelos problemas locais, as alternativas que a APU propõe para a sua resolução, foram o centro dos debates em qualquer dos casos.

A APU como única força capaz e interessada na defesa dos

interesses das populações, foi conclusão geral, como se afirmou no encontro da APU da freguesia do Bonfim: "a APU tem dado suficientes e grandes provas de ser a alternativa possível e necessária para uma nova gestão, de ser uma força ao mesmo tempo organizada e aberta, capaz de congrega todas as pessoas interessadas na resolução dos problemas, assegurando o respeito e isenção face às suas diferentes convicções de fundo, assegurando a mais vasta unidade das populações, em torno dos que com maior dedicação e dinamismo forem capazes de resolver os problemas".

Em todos os encontros o levantamento das carências das freguesias e as propostas da APU para a sua resolução, foram preocupação fundamental. Damos hoje conta de alguns destes problemas tratados no encontro da freguesia do Bonfim.

O apoio ao movimento popular, nomeadamente às Associações de Moradores, a urgência em desbloquear os processos de entrega de terrenos já prometidos às Associações e libertar os empréstimos concedidos; arranjar instalações dignas para o único infantilário da freguesia com intuítos não-lucrativos, bem como criar outros: a dinamização da vida cultural da freguesia em cooperação com as colectividades e o aproveitamento das instalações da própria Junta, que tem condições para a realização de concertos, exposições, etc, foram questões lembradas e cuja solução é possível.

Foram ainda apontados um conjunto de problemas, nomeadamente para os estabelecidos, cuja resolução depende da câmara e do poder central e que por isso há que ser capaz de pressionar e intervir junto destes órgãos.

de democrática por parte do governo «AD», ao não cumprir a Lei das Finanças Locais e denunciando a operação de propagação que o governo tem vindo a desencadear por todo o país a propósito da regionalização. Aproveitou também uma outra ocasião saudando as datas históricas do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

O problema da Escola n.º 25 em debate nos Olivos

Rui Godinho, da Assembleia Municipal de Lisboa, e deputado Manuel Lopes e o arquitecto Silva Dias, ligado ao Plano de Urbanização dos Olivais, estão na próxima sexta-feira, às 21 e 30, na Escola Fernando Pessoa, para participarem num debate organizado pela APU sobre o problema da Escola Primária n.º 25 (que o sr. Abecasis quer demolir) e o Plano de Urbanização daquela zona.

## Distrito de Leiria Reforçar a dinâmica da APU

Sob o lema «Reforçar a Organização, preparar as eleições autárquicas», realizou-se no passado dia 18, na Marinha Grande, um encontro de militantes do PCP e convidados do distrito de Leiria.

A análise da situação da organização do Partido nos diversos concelhos, o levantamento do estado de preparação do trabalho para as próximas eleições autárquicas e das perspectivas eleitorais no quadro da APU e o balanço das principais lutas dos trabalhadores da região e a sua incidência na situação política e eleitoral do distrito, foram alguns dos temas tratados neste Encontro.

Foi também realçado o trabalho meritório dos eleitos da APU e sublinhada a necessidade de reforçar toda a dinâmica unitária da Aliança Povo Unido, estreitando cada vez mais a colaboração com o MDP/CDE e com os inúmeros independentes que apostam na defesa dos ideais de Abril.

Tendo em conta que as próximas eleições autárquicas constituem no actual contexto uma das principais tarefas políticas do corrente ano, os presentes neste encontro distrital aprovaram um conjunto de resoluções tendentes à concretização dos objectivos a que se propõem.

Reforçar a organização do Partido a todos os níveis e alargar os efectivos da organização

regional, concorrer a todos os órgãos autárquicos do distrito, manter e reforçar as posições já conquistadas, promover um vasto leque de iniciativas no âmbito da campanha eleitoral e reforçar o carácter amplamente unitário da Aliança Povo Unido, foram alguns dos objectivos definidos.

O encontro de quadros do

PCP do distrito de Leiria, que contou com a presença de Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC e deputado comunista do distrito de Leiria; de Jaime Félix, membro do Secretariado do Comité Central e dos dirigentes locais do PCP, aprovou ainda uma moção repudiando as flagrantes violações à legalida-

## Em Viseu a APU concorrerá a todas as Câmaras e Assembleias Municipais

O Encontro de Quadros do PCP Eleitos e Activistas da APU do Norte do Distrito de Viseu realizou-se no passado dia 17, em Tarouca, e contou com a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Presentes no Encontro cerca de 40 camaradas, que analisaram o trabalho desenvolvido e as perspectivas para as eleições Autárquicas de 1982.

Foi decidido concorrer a todas as Assembleias e Câmaras Municipais, mantendo e reforçando as Freguesias hoje de maioria

APU. Foi ainda decidido aumentar significativamente as listas APU nas Freguesias a norte do distrito.

Os camaradas presentes consideraram da maior importância ganhar todos os militantes, todos os eleitos e activistas da APU para a consolidação dos objectivos apontados, certos de que, deste modo, se darão passos importantes para que o trabalho no distrito de Viseu, a gestão APU dos órgãos do Poder Local seja uma vez mais a verdadeira alternativa ao predomínio reaccionário, caciqueiro, da gestão «AD» nas autarquias.

O problema da Escola n.º 25 em debate nos Olivos

Rui Godinho, da Assembleia Municipal de Lisboa, e deputado Manuel Lopes e o arquitecto Silva Dias, ligado ao Plano de Urbanização dos Olivais, estão na próxima sexta-feira, às 21 e 30, na Escola Fernando Pessoa, para participarem num debate organizado pela APU sobre o problema da Escola Primária n.º 25 (que o sr. Abecasis quer demolir) e o Plano de Urbanização daquela zona.

## Listas da APU—Listas do Povo



No IV Encontro de eleitos APU do Alentejo ficou mais uma vez demonstrada a importância do Poder Local democrático na defesa dos interesses do Povo português. O Poder Local democrático contribuiu efectivamente para a melhoria das condições de vida das populações do Alentejo para defesa e reforço da democracia e das liberdades. O servir e não servir-se, o trabalho colectivo e a profunda ligação às populações, são as chaves que explicam os grandes êxitos conseguidos pelas autarquias geridas pela APU.

Em contrapartida, a "AD" e o seu Governo continuam a tentar destruir, por todos os meios, as possibilidades abertas ao Poder Local pelo 25 de Abril. (...) Preparam e fazem aprovar leis que contrariam o espírito da Constituição. Pretendem até proceder a uma revisão inconstitucional da Constituição. (...) Agravam diariamente as condições de vida do Povo. (...) A "AD" está já a utilizar (e vai intensificar) uma série de meios para fazer a sua própria campanha eleitoral, falseando as regras do jogo democrático.

Mesmo perante estas condições adversas, a APU define como orientação reforçar as suas posições nos órgãos de Poder Local. A melhor arma do Povo Unido continua a ser o estilo de trabalho que criámos e vamos aprofundar. Os métodos democráticos que a APU utiliza (demonstrados nomeadamente na preparação do IV Encontro), a dedicação, honestidade e empenhamento dos

eleitos APU, são a garantia de que a APU, e com ela as populações e a democracia vão colher os frutos desta trabalho. A resolução dos mais graves problemas das populações, o esforço desenvolvido para multiplicar os meios disponíveis, racionalizar a utilização de recursos, são, aos olhos da população, a melhor campanha eleitoral. (...) Os programas e listas serão elaborados com o maior cuidado, de forma a que o Poder Local saia prestigiado desta nova etapa de luta; serão discutidos e enriquecidos com a contribuição de todos quantos, nas nossas cidades, vilas e aldeias, estão empenhados em prosseguir Abril. Os programas e listas da APU serão os programas e listas do Povo Trabalhador Alentejano.

Os eleitos da APU no Alentejo comprometem-se a lutar consequentemente contra este Governo e contra a "AD" para que não levem por diante a sua política de desagregação do Poder Local e das condições de vida do Povo português. Continuarão a apoiar as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores e pelo Povo da região contra a "AD", o seu governo e a sua política. Os eleitos da APU do Alentejo apelam, por fim, à mais ampla participação das populações na próxima batalha eleitoral para as autarquias para garantir o reforço do Poder Local, a defesa da democracia e da liberdade.

(«Manifesto à População» — lido por Manuela Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Portel, e aprovado por aclamação)

## Nacional

## O MDM alerta a opinião pública A Lei de Bases da Família é retrógrada e inconstitucional

O carácter profundamente retrógrado e «provocatoriamente inconstitucional» da chamada Lei de Bases da Família — mais uma que o Governo «AD», no seu passo-a-passo em direcção ao passado fascista, se propõe fazer aprovar — foi denunciado pelo MDM em conferência de imprensa realizada na passada terça-feira na sua sede nacional.

O MDM alerta nomeadamente para o facto de a proposta de lei, «informada implícita e explicitamente segundo doutrinas corporativistas», veicular conceitos banidos do espírito e da letra da Constituição e designadamente «a própria definição de família, que assimila ao casamento, repudiando a definição geral a nível de facto e a situação das mães solteiras», além de outros preceitos tendentes a acentuar a discriminação em relação à mulher e à desigualdade

des sociais, e ainda a irresponsabilizar o Estado dos deveres constitucionais que lhe cabem na protecção da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã.

Por outro lado, a proposta de lei — acrescenta a Direcção Nacional do MDM — é ainda «provocatoriamente inconstitucional ao atribuir às Associações de Famílias, órgãos não eleitos, um absurdo poder de decisão e intervenção central, regional e local, contrariando as opções expressas pelo sufrágio universal e ignorando a representatividade de outras organizações dos trabalhadores, da juventude, de mulheres, democraticamente eleitas».

Por outro lado ainda, «as Associações de Famílias surgem com um peso que as transforma em departamentos privilegiados da Secretaria de Estado da Família». É-lhes nomeadamente

conferido «o poder de controlar o planeamento e funcionamento da segurança social, da competência das associações sindicais e de outras organizações da classe trabalhadora», e uma abusiva ingerência na acção das autarquias locais.

A proposta é considerada de tal gravidade — como foi dito, «as suas repercussões, a ser aprovada, coarctariam por longos anos direitos que a Revolução de Abril e a Constituição da República nos conferem» — que o MDM decidiu considerá-la um motivo central da sua actividade durante o ano corrente, promovendo nomeadamente um amplo debate em toda a organização nacional do Movimento e organizando, já para o próximo dia 15 de Maio, em Setúbal, um Seminário Nacional sobre a Família.

Estas decisões foram tomadas no decurso das reuniões da

Comissão Nacional do MDM, e também da Comissão Distrital de Lisboa, realizadas no passado fim-de-semana e que igualmente debateram questões relacionadas com as próximas eleições para as autarquias locais, e as acções do 25 de Abril, 1.º de Maio e 1 de Junho, Dia Internacional da Criança.

A Direcção Nacional e a Direcção Distrital examinarão ainda as suas tarefas actuais no que respeita à defesa da maternidade, planeamento familiar e aborto, em relação com a próxima discussão, na AR, dos três projectos do PCP sobre essas matérias, e decidiram intensificar a actividade de esclarecimento que nesse sentido vêm promovendo. Nomeadamente, recorda-se, realizar-se-á também em Maio, por iniciativa da Direcção Nacional do MDM, um debate sobre Maternidade.

## Homenagem das autarquias e do povo de Almada ao maestro Lopes Graça

No âmbito da comemoração nacional do 75.º aniversário do maestro Lopes Graça, o Município de Almada promove hoje, às 21 e 30, um concerto no cinema da Academia Almadaense. Na primeira parte, o pianista Filipe de Sousa interpretará excertos do «Cosmorama» de Lopes Graça; a segunda parte — «Poemas que Lopes Graça musicou» — será preenchida com uma conferência pelo Prof. Oscar Lopes e um recital pela cantora Dulce Cabrita. No sábado, às 15 e 30, no salão da SFUAP, realizar-se-á um segundo concerto, este inteiramente preenchido com interpretações do Coro da Academia de Amadores de Música, dirigido pelo próprio Lopes Graça.



## I Encontro de reformados da Covilhã

Com a presença de mais de 400 pessoas, na sua maioria reformados, realizou-se no domingo passado o I Encontro Unitário de Reformados do concelho da Covilhã. A comissão promotora foi ali mesmo mandatada para organizar ainda este ano o I Encontro Distrital de Reformados.

Nas conclusões, apuradas no final de um animado debate, acusa-se o Governo «AD» de prosseguir uma política desumana e sem escrúpulos que sacrifica todo o povo e nomeadamente os reformados, pensionistas e idosos. Os reformados fazem ao Governo a exigência de que seja tida em conta a sua capacidade económica, manifestam-se contra qualquer actualização das rendas de casa e, face ao aumento do custo de vida, que este seja sustido ou aumentadas de forma compensadora as pensões. Fazem, aliás, nesse sentido, uma reivindicação:

que as pensões nunca sejam inferiores a 60% do salário mínimo vigente, trate-se de trabalhadores da indústria ou do comércio, de rurais ou de domésticos.

No que respeita aos cuidados de saúde, os reformados, pensionistas e idosos reclamam do Governo a entrada em vigor do Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, conforme foi aprovado pela AR, e das autarquias locais «medidas de assistência social, como o serviço doméstico ao domicílio para os acamados e os retidos no lar quando os seus familiares estiverem impedidos de o fazer; apoio aos centros de dia da terceira idade assim como aos lares residenciais para idosos e inválidos». Exigem ainda que o Governo e as autarquias «tomem em consideração a dificuldade que presentemente os reformados, pensionistas e idosos

têm para pagar transportes e lhes concedam descontos e facilidades».

Finalmente, o I Encontro Concelhio da Covilhã sublinha a

necessidade de que todos os idosos, reformados e pensionistas se mantenham unidos em volta da sua organização nacional: o MURPI.



# SEMANA Internacional

14 Quarta-feira

**14**  
Quarta-feira

O Partido Democrata-Cristão desmente a existência de um acordo para a formação de um governo de União em El Salvador, anunciado pelos partidos de direita que participaram na farsa eleitoral de 28 de Março. A cadeia de televisão norte-americana «ABC» noticia que os Estados Unidos estão a fornecer apoio militar à Grã-Bretanha no conflito com as Ilhas Malvinas. Países mulçumanos do Djibouti ao Líbano cumprem uma greve geral de um dia, como solidariedade para com o povo palestino da margem ocidental do Jordão e da Faixa de Gaza, ocupadas por Israel. É adiado para 21 de Abril o julgamento dos principais implicados no rapto e assassinio de Aldo Moro, dirigente democrata-cristão italiano. É cancelada em Boston a acção de Vanessa Redgrave como represália pela sua solidariedade com a OLP.

15 Quinta-feira

**15**  
Quinta-feira

Leopoldo Gualtieri, presidente da Argentina, afirma em Buenos Aires que o seu país «jamais esquecerá a atitude dos que apoiam o inimigo», referindo-se ao embargo comercial imposto pelos países da CEE à Argentina após a ocupação das Malvinas. As tropas sionistas que ocupam os territórios árabes reprimem a tiro uma manifestação de jovens palestinos em Gaza, enquanto em Jerusalém são presas 72 pessoas. O Conselho Supremo de Justiça Militar espanhol decide conceder a liberdade condicional a um capitão da Guarda Civil implicado na tentativa fascista de 23 de Fevereiro do ano passado, em Espanha. A República Democrática da Coreia comemora o seu dia nacional, por ocasião do 70.º aniversário do presidente Kim Il Sung.

16 Sexta-feira

**16**  
Sexta-feira

O governo espanhol procede a importantes modificações nos comandos de algumas regiões militares do país, colocando à frente das Forças Armadas Espanholas homens tidos como «constitucionalistas». Representantes do «All-Peoples Congress» reúnem-se em Washington para manifestações para o próximo 1.º de Maio, contra a política económica de Reagan; o 1.º de Maio não é feriado nos EUA. A Internacional Socialista «preocupada com a prisão de Bulent Ecevit» pede às autoridades de Ankara a libertação do antigo primeiro-ministro turco. Soldados sionistas matam a tiro um jovem palestino em Gaza, elevando para dois mortos e 27 feridos o «saldo» dos incidentes provocados por Israel naquela zona. O secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol, Felipe González, manifesta-se contrário à formação de um governo autónomo de coligação nas Astúrias entre o PSOE e o PCE, decidido pelo Comité Regional das Astúrias do PSOE. A mulher de Lech Wałęsa afirma ser falsa a recente entrevista atribuída ao marido e publicada em certa imprensa ocidental.

17 Sábado

**17**  
Sábado

O Supremo Tribunal Militar brasileiro considera-se «incompetente» para julgar o sindicalista Inácio da Silva (Lula), nas acusações que lhe são feitas pela sua actuação como dirigente sindical, por estimular uma greve ilegal, a decisão equivale a uma absolvição dado que já terminou o prazo para acusação do sindicalista com base na lei da greve. É anunciada em Washington uma «ofensiva de Primavera» contra Reagan por organizações que se opõem às reduções orçamentais decretadas pelas autoridades norte-americanas, que passam por eliminações de programas sociais. A ETA Militar reivindica o atentado cometido em Barcelona contra um pequeno autocarro que transportava oficiais do Exército; o atentado não causou vítimas dado que a granada não acertou no alvo.

18 Domingo

**18**  
Domingo

Uma central telefónica de Madrid é parcialmente destruída pelo rebentamento de diversas cargas explosivas colocadas no seu interior por um grupo armado depois de forcarem a saída dos funcionários de serviço; as explosões destruíram parte do edifício, danificando 20 mil linhas e interrompendo o funcionamento de cerca de um milhão. A polícia italiana anuncia a prisão de três fascistas suspeitos de estarem implicados no atentado à estação de Bolonha, em 1980, que provocou 85 mortos. O governo do Zimbábue muda oficialmente o nome da capital do país, Salisbury, para Harare, assinalando a passagem do segundo aniversário da independência do país. João Bernardo Vieira, chefe de Estado da Guiné-Bissau, chega a Pequim onde é recebido pelo primeiro-ministro chinês Zhao Ziyang. Um comunicado conjunto dos partidos Justicialista, Comunista e Socialista Unificado acusa a «mediação» do secretário de Estado norte-americano Alexander Haig sobre o conflito das Malvinas de prejudicar sistematicamente os interesses da Argentina.

19 Segunda-feira

**19**  
Segunda-feira

O Governo Espanhol adopta medidas extraordinárias para uma operação antiterrorista em todo o País, que integram as Forças Armadas. Um grupo de oficiais bolivianos, encabeçados pelo ex-chefe de Estado Maior do Exército, general Terrazas Alborta, exige a demissão do presidente da Bolívia, general Celso Torolo Villa. O povo cubano comemora o 21.º aniversário da vitória de Cuba sobre os mercenários norte-americanos em Playa Giron. Começa em Munique o congresso do SPD, onde os temas principais serão a segurança e o desemprego na RFA. O ministro egípcio dos Negócios Estrangeiros declara que foram solucionadas quase todas as divergências com Israel quanto à restituição do Sinai ao Egipto.

20 Terça-feira

**20**  
Terça-feira

O governo do Tchad anuncia em Nairobi ter pedido uma cimeira extraordinária da OUA para tratar da situação que se vive no país; o ministro dos Negócios Estrangeiros considera que «o apoio militar da OUA é necessário para que a paz possa regressar ao Tchad». Os socialistas italianos abandonam o Senado, em protesto contra a permanência no governo de coligação do ministro do Tesouro, o democrata-cristão Nino Andreatta que roubou recentemente em Modena que «todos os votos que o PS alinhou recentemente em Modena que o nacional-socialismo» à DC poderão encaminhar a Itália para o nacional-socialismo. A presidente do Partido Ecológico da Alemanha Federal, Petra Kelly, é expulsada do congresso do Partido Social-Democrata ao apelar para o desarmamento durante a intervenção do chanceler Helmut Schmidt.

**Efeméride da Semana** – A 20 de Abril de 1970, o presidente Nixon, dos EUA, anuncia a retirada do Vietname de um contingente de 150 000 soldados norte-americanos. Era o princípio da derrota.

## Internacional

# EUA e Israel querem o Médio Oriente para si?

### Sinai passa para que mãos?

Suhil Ghanem tinha apenas sete anos. Morreu assassinado com várias balas disparadas pelas tropas israelitas de ocupação. Era uma criança palestina, e para os sionistas «um bom árabe é um árabe morto». Foi a enterrar secretamente, para que só a família pudesse estar presente. As mesmas armas feriram em Gaza mais setenta crianças com menos de dez anos. Dias antes, na mesquita de Jerusalém, um pseudo louco – que a crer na versão israelita disparou de vários locais ao mesmo tempo... – assassinava indiscriminadamente. Em cada dia que passa militares israelitas atiram sobre árabes nas regiões ocupadas. Na Cisjordânia, na Faixa de Gaza, nos Montes Golan da Síria. Sistemáticamente, impunemente, como peça-base de uma política criminosa, mundanamente condenada, mas de facto suportada, apoiada sob todas as formas, desde a diplomática à económica e à militar, pelo imperialismo norte-americano. E não só.

Em entrevista concedida à revista soviética «Tempos Novos», quando de passagem por Moscovo, em Março deste ano, Abu Mazyer, representante oficial e membro do Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina (OLP), declarou: «Antes de tudo quero salientar que a política das autoridades sionistas pretende, por todos os meios, fazer os árabes palestinos abandonar a sua pátria. Dai o espírito de chauvinismo empedernido que é implantado por todo o lado (...). Sem escrúpulos derrubam as casas dos árabes para limpárem o território para as casas dos colonos israelitas».

É isto mesmo que está a ser feito – hoje – nos territórios árabes ocupados por Israel. Um exemplo. Em Kalkhoul várias dezenas de jovens palestinos, aprisionados pela soldadesca israelita, passaram a noite em Kiryat Arba, entregues à «justiça» dos colonos israelitas. Foram selvaticamente espancados. Esta uma prática que, neste momento de ascensão de luta

contra o domínio de Israel, está a assumir uma forma de rotina, que justamente se poderá referir como mais uma forma de repressão contra o povo palestino. Qual o objectivo subjacente senão a expulsão de facto, através de um clima de terror?

Em vésperas do 25 de Abril, data que marca o limite para uma simbólica devolução do Sinai ao Egipto, Israel desdobra-se em acções de violência e de agressão. Decreta pura e simplesmente a anexação dos Golan e tenta impor, em vão, cartões de identidade israelitas à população drusa. Na Cisjordânia e na faixa de Gaza tenta impor uma «autonomia administrativa», que corresponderia à etnicização da actual situação de ocupação desses territórios e ao arrastar do problema central do Médio Oriente – a exigência de uma pátria para os palestinos. Nas fronteiras do Líbano concentra novas tropas, reforçando a ameaça que permanentemente exerce sobre esse país mártir. E agora, temendo possi-

velmente os laivos de aproximação com os países árabes, esboçados pelo sucessor de Sadat, põe em causa mesmo a simbólica devolução do Sinai ao Egipto.

**Sinai, 25 de Abril: passagem de poderes para quem?**

A retirada do exército israelita do Sinai está inscrita num dos documentos de Camp David – «Moldes para a Conclusão de um Tratado de Paz entre o Egipto e Israel». A pretexto da necessidade de controlo do cumprimento dos acordos seriam (e já estão a ser) enviadas para a zona as «forças armadas multinacionais» (FAM).

Inicialmente apenas países como Fiji, Colúmbia, Uruguai, Austrália e Nova Zelândia, aceitaram participar nesta força. Posteriormente, quatro países da Europa capitalista (França, Inglaterra, Holanda e Itália) decidiram mandar também as suas unidades para o Sinai. Medida que foi classificada pelo secretário-geral da Liga Árabe como de cumplicidade com a política de Israel e dos EUA no Médio Oriente.

Mas as FAM são fundamentalmente compostas de tropas norte-americanas. Em Agosto de 1981, os embaixadores dos Estados Unidos, do Egipto e Israel assinaram um acordo relativo à criação destas forças armadas, com 2500 homens. Aos americanos compete enviar para o Sinai 1500 homens. A direcção-geral fica a cargo de um director-geral, funcionário civil, também americano. O comando do contingente militar é entregue a um general norueguês, mas subordinado ao director-

geral, ou seja ao funcionário norte-americano.

As FAM só podem ser retiradas do território egípcio, com autorização de Israel, o que significa que a sua retirada passa na prática por um eventual acordo entre os Estados Unidos e Israel nesse sentido.

Estes os aspectos em que claramente ressalta a violação da soberania egípcia.

Mas há mais. As FAM não são só uma afronta ao povo egípcio (com a convicção do ex-presidente Sadat, exemplo de até onde leva a política de submissão ao imperialismo): constituem um perigo suplementar – e grave – para todos os povos do Médio Oriente. Mais um obstáculo para a solução do problema central do Médio Oriente e, portanto, para a Paz.

**«Forças de intervenção rápida» já no Sinai**

Contam-se entre as tarefas do contingente americano: operações de combate operacionais; manutenção de pontos de apoio no Sinai que permitam uma rápida intervenção das «forças de intervenção rápida»; controlo da passagem de barcos através do Suez; «manutenção da ordem»; garantia da «segurança» de Israel.

Para que as coisas ficassem ainda mais claras, o primeiro contingente militar que chegou ao Médio Oriente para as FAM (foi em Março), é constituído por um batalhão da 82.ª Divisão Aerotransportada especial. A base das «forças de intervenção rápida» norte-americanas.

Israel elevou a tais expoentes a sua política chauvinista, que nos últimos dias para a entrega



Dois jovens palestinos nas mãos dos militares israelitas. Para serem entregues nas mãos «justicieras» dos colonos?

do Sinai ainda pretende arrancar do Egipto mais concessões, mais garantias. Mas a entrega do Sinai nada tem a ver com a devolução – legítima – de um território ao Egipto. Nesse sentido não passa de uma farsa. Antes constitui uma perigosa operação de implantação da «força de intervenção rápida» norte-americana no Médio Oriente, o que de par com o esforço de obtenção de novas bases militares na zona nos dá uma imagem da gula do imperialismo numa região «vital» para os seus interesses. Pelo petróleo, sem dúvida. E por uma crescente pressão da determinação anti-imperialista que já explodiu – sob formas embora complexas – no Irão. E que atinge progressivamente pontos de ruptura por todo o Médio Oriente, na medida em que é cada vez mais evidente para todos que a política criminosa de Israel só é possível pelo apoio dos EUA. E que a política dos EUA não é menos criminosa.

Por isso cresce a determinação na luta, e até a ira popular. Por isso sempre novas manifestações descem às ruas das zonas ocupadas de Israel, apesar de aí os esperarem as balas assassinas das tropas de Israel e

dos bandos armados dos colonos israelitas. Por isso toda a Cisjordânia, toda a faixa de Gaza, ponderam ao apelo de greve geral de repúdio pelos acontecimentos da mesquita de Jerusalém. E em plena época turística o comércio paralisou totalmente e as lojas «abertas» tinham as fechaduras forçadas – obra dos soldados de Israel e dos bandos de colonos que as tinham arrombado para «abrir» o comércio, uma nota da impotência da repressão face à determinação na luta das massas.

Para os sionistas «um bom árabe é um árabe morto». Mas pelos vistos nem para eles isso é verdade. O assassinato sistemático, a repressão indiscriminada, o corte de verbas às autarquias árabes, os atentados terroristas, a expulsão das terras, o emparedamento das casas – nada disso parou a luta. E por cada palestino morto, novas manifestações saem à rua num imparável movimento de protesto – que sem dúvida a «força de intervenção rápida» norte-americana por sua vez tentará também travar. Em vão. Mas somando mais tensão e mais perigos a uma situação que é já particularmente tensa e perigosa.

## Solidariedade com os países da Linha da Frente passa por Lisboa

**Cruzam-se de novo em Lisboa estradas da solidariedade recíproca entre os povos da África, da Europa e do Mundo na sua procura comum da independência, da democracia, da justiça e da Paz.**

As palavras de Silas Cerqueira, na sua qualidade de Secretário Executivo do Comité Internacional contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral (ICSA), na sessão de abertura da reunião Internacional Preparatória na Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, não poderiam ser mais oportunas.

Com efeito, a preparação da importante Conferência começa na capital portuguesa justamente quando o Chefe de Estado de Portugal reencontra a República Popular de Angola, «batalha e farol de esperança para os povos oprimidos e em luta da Namíbia e da África do Sul».

A Conferência ganha forma em Lisboa enquanto em Luanda Ramalho Eanes realinha que «Portugal está com Angola na sua luta contra a agressão estrangeira».

A Conferência cresce e ganha dimensão internacional quando a acção de solidariedade das

forças progressistas portuguesas com os Estados da Linha da Frente, com os povos da África do Sul e da Namíbia «constitui hoje uma contribuição muito significativa para a resistência heroica e a próxima e inelutável vitória destes povos contra o regime desumano, fascista, racista do apartheid».

Dai, como salientou Silas Cerqueira, que a convocação para Lisboa da importante Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente – marcada já para os dias 16, 17 e 18 de Julho – se revista de inegável significado.

Traduz o apreço em que é tida, na África Austral e internacionalmente, a solidariedade humana do povo português e

dárias com a República Popular de Angola e o MPLA-PT, com a República Popular de Moçambique, a República do Zimbábue,

próximos para os Estados da Linha da Frente.

**A escalada do desespero**

A cada avanço das forças progressistas cresce o desespero dos opressores. Como foi salientado na reunião do Comité Internacional Preparatório da Conferência, assiste-se a uma escalada da política de repressão, desestabilização, subversão, banditismo e terrorismo, agressões e invasões levadas a cabo pela África do Sul, quer directa quer indirectamente através de mercenários que contrata, forma, equipa e comanda, chamem-se eles «UNITA» em Angola ou «Resistência Nacional» em Moçambique, ou qualquer outra coisa nestes e outros Estados.

Assiste-se sobretudo à escalada da guerra não declarada não só contra o povo da Namíbia e o próprio povo da África do Sul, mas cada vez mais contra os Estados independentes e soberanos, os Estados da Linha da Frente e em primeiro lugar a República Popular de Angola, que sofre a ocupação continuada da província do Cunene, os constantes ataques contra o Cuando-Cubango mais ao Norte.

E tudo isto com o apoio das grandes potências ocidentais, em particular os Estados Unidos, profundamente empenhados em impedir e subverter os processos de independência económica e de desenvolvimento não-capitalista e orientação socialista de Estados da Linha da Frente.

Há pois que alertar e mobilizar a opinião pública internacional e a opinião pública portuguesa, para que se mobilize a força da solidariedade internacional e da Paz mundial.

## O que é o ICSA

O Comité Internacional contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral (ICSA) nasceu em Lisboa, na Conferência Mundial contra o Apartheid, em Junho de 1977.

O ICSA é o único comité de trabalho e coordenação da solidariedade internacional dedicado exclusivamente à causa dos povos da África Austral. É composto pelos dois movimentos de libertação da África do Sul e da Namíbia – ANC e SWAPO –, os partidos dirigentes dos Estados da Linha da Frente em aliança com os movimentos de opinião pública nacionais e internacionais, democráticos e progressistas, com a ONU e os seus organismos competentes e com as organizações de massas e comités de solidariedade que se identificam com a real libertação dos povos da África Austral e a independência genuína da Namíbia e da África do Sul.

evidencia a confiança na firme posição das forças democráticas e anti-imperialistas portuguesas, inequivocamente soli-

a República da Zâmbia, a República da Tanzânia, o Botswana, os outros Estados da região, o ANC e o SWAPO – legítimos representantes dos povos da África do Sul e da Namíbia – na sua luta contra o regime e sistema do Apartheid, justamente condenado como crime contra a Humanidade.

Mas outras razões há para que uma tal Conferência se realize no Ocidente da Europa. Razões que se prendem sobretudo com a necessidade, como é sublinhado no Comunicado final do Comité Internacional Preparatório que reuniu no passado fim-de-semana em Lisboa, de rever, examinar, intensificar e acentuar a assistência e o apoio em todos os campos a esses Estados, assim como aos Movimentos de Libertação Nacional da África Austral.

Porque se é inegável que o desenrolar dos acontecimentos na região tem feito pender irresistivelmente o prato da balança a favor dos movimentos de libertação nacional, não é menos verdade que nunca como hoje os perigos foram tão grandes e



Momento da intervenção de Silas Cerqueira na sessão de abertura da Reunião Internacional Preparatória da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente a realizar em Lisboa nos dias 16, 17 e 18 de Julho.

## Que saída para a crise das Malvinas?

Enquanto se esboçam algumas possibilidades de uma forma negociada de abordar a questão das Malvinas, evitando o conflito armado, de imprevisíveis consequências, (que alguns parecem empenhados em fomentar), cresce a evidência de que todas as partes em presença – desde a Junta Militar Argentina, ao governo inglês até à Casa Branca – se debatem no embaraço de não encontrar uma saída para a situação criada (e cujas consequências claramente não tinham previsto).

Segundo a BBC, Haig foi informado de que se a Argentina neste momento desistisse da sua soberania sobre as Malvinas, o governo de Galtieri cairia. Por seu lado a parte inglesa teórica afirmou que a opção inversa poria em perigo a sobrevivência do governo Thatcher. Para os americanos a situação também não é famosa. Não, naturalmente, porque possa pôr em causa a administração Reagan, também crescentemente contestada, mas por razões diferentes. Mas porque, como destacou o secretário-geral do Partido Comunista da Argentina, Athos Fava, «os Estados Unidos, que sempre fizeram ouvidos de mercador às exigências da Argentina, viram-se, neste momento, confrontados

com o dilema de se decidir entre a poderosa Inglaterra, o seu mais firme aliado na política belicista da NATO, e a Argentina, na qual se propunham apoiar-se para a política de agressão aos povos do Caribe, da América Central e de todo o continente».

Neste momento, enquanto o governo de Thatcher parece estar ameaçado pela curiosa razão de não ter sabido ser suficientemente «consequente» na sua política colonialista (de que o Ulster é um exemplo que convém ter sempre presente); a Junta argentina, apoiada pelos EUA nas suas políticas de direita, vê-se na contingência de poder ser forçada a abrir portas à crescente onda democrática. Em conferência de imprensa do Partido Comunista da Argen-

tina, foi destacado um apelo por alcançar para o problema das Malvinas uma solução pacífica, que garanta realmente a soberania nacional e simultaneamente defenda contra a crescente ingerência dos EUA. Oscar Arevalo, membro da Comissão Política do PCA, alertou para «os perigos da penetração dos Estados Unidos porque é do conhecimento público que o Pentágono cobra a região pelas suas riquezas e pela sua posição estratégica. Quer incorporá-las nas suas posições agressivas no continente e fora dele».

Assim, por um lado, os comunistas argentinos e outros sectores democráticos alertam para os perigos provenientes da política norte-americana, perigos que a crise das Malvinas acentuam. Por outro, argue-se com força crescente a exigência de democratização da vida nacional. «A situação é muito complicada – afirmou ainda Arevalo – Impõe-se enfrentá-la afirmando o empenho na paz e os direitos soberanos do país e avançando na inadiável recuperação da democracia. Isso significa que não deve arrastar-se o levantamen-

to da proibição da actividade política e sindical e do estado de sítio, a liberdade dos presos políticos e sindicais, o esclarecimento do problema dos desaparecidos e uma mudança radical da política económica, que traz a fome ao povo e debilita o país, a própria vida está a colocar a necessidade de um governo de ampla unidade democrática».

**Um forte cheiro a petróleo**

Na base de todo este contraditório processo, na base das renovadas exigências da Junta Argentina (que entretanto acentuam no direito da recuperação de um território sob domínio colonial), na base da resistência encarnada e aventureira de Thatcher, na base da oposição oscilatória de Washington – está um intenso cheiro a petróleo.

Em 1833 os ingleses ocuparam pela força as ilhas, expulsando a guarnição argentina. Então o interesse das ilhas para a Grã-Bretanha era o de apoio nos caminhos marítimos para as colónias. Actualmente as ilhas, geladas, com uma população de cerca de 1800 habitantes e um

crescimento zero, são na prática propriedade de uma única companhia – a companhia química inglesa «Charrington Coalight & Química Company» –, que domina tudo, da terra ao gado, do comércio à banca. A República da Argentina tem sistematicamente reiterado os seus direitos sobre a ilha. Em 1966, de acordo com uma resolução da ONU, teve início um processo de negociações.

Em Dezembro de 1977 a parte britânica declarou, no decorrer das conversações, estar disposta a ceder à Argentina as ilhas com a «condição de que fossem assinados uma série de acordos económicos que garantissem a utilização mútua dos recursos naturais desta região». Salta à vista o que pretendiam os britânicos com esta condição.

Os trabalhos de exploração do território e das águas das Malvinas indicam a existência de ricos lençóis de petróleo na região das ilhas – recursos que ultrapassariam 13 vezes os do mar do Norte. Paralelamente foram detectados aglomerados polimetalíferos, nomeadamente de ferromanganés.

De acrescentar apenas que os EUA são praticamente senhores dos recursos petrolíferos da Argentina. E temos o quadro dos interesses em jogo. Muito do porquê da iniciativa de uma Junta Militar apoiada por Washington (com consequências que claramente não mediu à partida). Muito – ou o essencial – das razões da resistência do governo inglês. Muito do porquê da Casa Branca ter consentido numa acção que opõe dois países da NATO. Muito do porquê de haver quem defenda mesmo a possibilidade de uma guerra.

No passado fim de semana o Movimento britânico Campanha pelo Desarmamento Nuclear entregou ao primeiro-ministro britânico um documento em que se pede a resolução pacífica da crise das Malvinas. O que sem dúvida é neste momento o essencial. Para que não seja possível – uma vez mais – que corra sangue e se liquidem vidas, em nome dos interesses dos monopólios de petróleo ingleses ou dos monopólios de petróleo norte-americanos.

## Apelo

O Comité Internacional Preparatório da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente e pela Libertação Nacional e a Paz na África Austral, em conferência de imprensa realizada em Lisboa na passada segunda-feira, divulgou um apelo aos Governos, partidos políticos, sindicatos, grupos anti-apartheid e de solidariedade, organizações nacionais e internacionais, igrejas e a todas as pessoas para apoiarem os objectivos da Conferência de Lisboa e trabalharem para o seu êxito.

O Comité confia que a resposta será positiva e que a Conferência de Lisboa será um marco e um encontro histórico no desenvolvimento da cooperação e da amizade entre os Povos da África e da Europa e do mundo inteiro.

Para a semana

# Um **Avante!** que dirá ainda mais alto **avante!**



## 51 anos

O «Avante!» da próxima semana assinalará uma nova etapa na longa vida do órgão central do PCP. Em ocasiões como esta, é importante anunciar os propósitos, justificar as opções, estabelecer metas — falar do futuro. Mas também em ocasiões semelhantes é imprescindível não esquecer o que ficou para trás, lembrar o passado. Não por saudosismo, ou como quem procura nos êxitos e glórias dos tempos idos a muleta que disfarça as eventuais deficiências do presente. Mas sim porque evocar o passado dá um jornal como o nosso, significa antes redescobrir as raízes que firmemente prendem o Partido e a sua imprensa ao povo e à pátria, e assim ganhando o estímulo e reforçando a determinação para o cumprimento das tarefas do presente.

Não vamos aqui, obviamente, rememorar todo o riquíssimo histórico do órgão central do PCP. Bastará talvez lembrar que foi fundado em 15 de Fevereiro de 1931, dez anos depois da fundação do próprio Partido; que devido às perseguições fascistas foi obrigado a interromper a publicação em 1938; que ressurgiria dois anos mais tarde, saindo depois ininterruptamente até ao 25 de Abril de 1974. Na sua aparente frieza, estas datas assinalam etapas fundamentais na vida do «Avante!» na clandestinidade, a

qual se encontram ligados nomes gloriosos de camaradas — José Moreira, Maria Machado... tantos outros! — muitos dos quais pagaram com a própria vida a defesa intransigente do Partido e da sua imprensa.

Foi Alvaro Cunhal que escreveu um dia: «A história do «Avante!» é afinal a história do próprio Partido Comunista que pela sua luta, conquistou a confiança da classe operária e de todo o povo trabalhador».

Isto é verdade para antes do 25 de Abril — mas também para depois. Ainda que em condições bem diferentes, o «Avante!» permaneceu, depois de reconquistada a liberdade, como o exemplo vivo de um jornal operário inteiramente dedicado à luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores e de todo o povo.

Por mais do que uma vez, nos últimos anos, foram introduzidas no jornal alterações — quanto ao aspecto gráfico, quanto ao número de páginas, quanto à organização e estrutura do conteúdo — visando torná-lo mais atractivo, de mais fácil leitura, cobrindo um leque mais amplo de temas, etc. Isso vai agora acontecer novamente. O objectivo é o mesmo de sempre: reflectir e ajudar a luta do Partido, da classe operária, dos democratas na construção de uma sociedade melhor, na fidelidade ao lema: «Avante!», o jornal dos trabalhadores, da democracia e do socialismo!

## Na próxima quinta-feira Uma grande jornada de venda e difusão

De hoje e a oito dias vamos ter um «Avante!» diferente. É preciso que esse «novo» «Avante!» seja conhecido, chegue a todo o lado, é preciso que todos os potenciais leitores e compradores do órgão central do PCP — e, não tenhamos dúvidas, há milhares e milhares de democratas nessas condições — dele tomem conhecimento!

Para que este objectivo seja levado à prática, vai organizar-se na próxima quinta-feira, e sempre que possível com prolongamentos nos dias seguintes, uma grande jornada de divulgação e venda militante do «Avante!», a qual deverá empenhar todas as organizações.

Escusado será dizer que uma iniciativa deste género, que se pretende à escala nacional e com características massivas, não se põe de pé de um dia para o outro. Não pode haver lugar para o improvisado. Torna-se pois necessário que desde já tudo se organize e planifique, ao nível de cada célula, de cada organismo, de cada sector.

Há que distribuir tarefas, escolher locais de vendas, formar as brigadas, assegurar os transportes — e, convém não esquecer, há que em devido tempo (ou seja: o mais rapidamente possível) prever o número de exemplares que podem vir a ser vendidos e, pelos canais próprios, fazer a respectiva encomenda. Caso contrário, corre-se o risco de chegada o dia, depois de tudo muito bem planificado — não haver jornais suficientes para vender!

Abra-se um parêntese para dizer que a experiência dentro do nosso Partido de distribuição e venda militante do «Avante!», assim como de outra imprensa, é já muito grande e diversificada, constituindo uma fonte inesgotável de lições. Teve a sua origem no passado, no tempo da clandestinidade, mas prolongou-se depois do 25 de Abril, ainda que, como é óbvio, em condições muito diferentes. Aliás, como é do domínio público, a grande maioria da tiragem do «Avante!» — cerca de 90 por cento — é vendida e distribuída fora do circuito comercial, isto é, chega aos leitores, camaradas ou não, através dos militantes e da organização do Partido.

Trata-se de um traço característico da nossa imprensa e do nosso Partido que há todo o interesse em preservar, não só por evidentes motivos económicos (o lucro da venda fica dentro do Partido) mas também e principalmente porque se enquadra num estilo de trabalho definido e próprio, com reflexos e prolongamentos na actividade geral do Partido.

Serve este parêntese para sublinhar que a grande jornada da próxima quinta-feira não vai ser organizada a partir do zero,

pois dentro do Partido existe uma larga experiência de outras semelhantes. Deve dizer-se, aliás, que quanto ao caso específico do «Avante!», têm-se vindo a realizar ultimamente interessantes campanhas de divulgação tendo em vista o aumento das vendas e, consequentemente, das tiragens, e que em alguns casos conduziram já a aumentos verdadeiramente espectaculares!

Vamos, pois, de hoje a oito dias, concretizar uma grande jornada de venda e divulgação do «Avante!». Mas atenção: o esforço para se fazer chegar o nosso jornal cada vez mais longe não se pode esgotar na próxima semana — tem que ter continuidade, repetir-se sempre que saia cada número. Dito de outro modo: o «novo» «Avante!» vai exigir de todos nós um novo estado de espírito em relação ao «Avante!».

Porque a verdade é que se há efectivamente, como atrás dissemos, recentes e excelentes exemplos de promoção do jornal, não é menos verdade que em muitos outros casos se caiu na rotina, no «deixa andar», nada se fazendo para que a circulação do órgão central do PCP ultrapasse o âmbito restrito dos camaradas mais activos da organização — ou nem isso! Quando dizemos que é preciso criar um novo estado de espírito em relação ao «Avante!», queremos precisamente

dizer que situações como estas não podem continuar... Falámos da venda militante. De facto, não é demais salientar a importância das brigadas de camaradas e amigos que se dedicam a essa tarefa, levando infatigavelmente o «Avante!» por ruas, empresas, mercados, campos, escolas. E são também conhecidos os casos individuais deste ou daquele camarada, tendo a seu cargo, por vezes, a venda de dezenas e até centenas de exemplares, num vivo exemplo de militância digno de todo o apreço e admiração.

Mas as brigadas de venda não esgotam as soluções. Nesta como em toda a actividade partidária, é preciso imaginação e espírito criador. Para promover e divulgar o «Avante!» pode-se também recorrer, conforme as condições e possibilidades locais, aos jornais de parede dentro ou à porta das empresas, aos placards com recortes às portas dos Centros de Trabalho, às bancas de venda em locais públicos de movimento, etc. E muitas outras soluções poderão, certamente, ser encontradas. Aqui deixamos um apelo e um voto: um apelo para que quinta-feira constitua uma grande jornada de divulgação e promoção do «Avante!», e um voto para que, a partir da próxima semana, se assista a um grande esforço de todo o Partido para fazer chegar o «Avante!» cada vez mais longe!



## Um «Avante!» melhor é tarefa para todos nós!

Amigo leitor, confessa: quando pegas no «Avante!» e o folheias, a primeira coisa que vais verificar é se lá vem alguma notícia sobre a tua terra, a tua organização, o teu sector, o teu Centro de Trabalho... E ou não é verdade? Bom, não vem daí mal ao mundo. Antes pelo contrário: é até muito natural que as camaradas tenham a legítima preocupação de saber se o seu jornal, o órgão central do seu Partido, dá o devido relevo às actividades em que se encontram directamente empenhadas. E acaba também por ser compreensível que, por vezes, quando não encontram tal notícia ou esta lhes parece insuficiente, os camaradas se sintam um pouco frustrados e até mesmo «zangados» com o «Avante!».

Só que... só que seria muito melhor que os camaradas se lembrassem do «Avante!» não apenas depois, mas antes do jornal estar feito, não apenas depois desta ou daquela iniciativa, mas antes dessa iniciativa se ter realizado. Ou seja: é preciso que todos ajudemos a que o «Avante!» saia o melhor possível, em vez de passivamente ficarmos à espera que ele publique aquilo que nós pensamos que ele devia publicar, sem que no entanto façamos nada para que

assim seja! É evidente que o «Avante!» não pode trazer tudo aquilo que todas as organizações, e muito menos cada militante entendem que ele devia trazer; é também evidente que o colectivo do «Avante!», além de pouco numeroso — o que impede de estar em todo o lado e de responder a todas as solicitações — não é infalível, e por vezes até cometerá erros. Tudo isto é certo. Mas o que acontece também, entretanto, é que ainda hoje muitos camaradas e muitas organizações não encaram o «Avante!» da melhor maneira, isto é, vêem nele, passe a expressão, um jornal como outro qualquer, e não um instrumento fundamental para toda a actividade e luta partidária. E se falamos nisto agora, é porque a remodelação do jornal poderá ser um bom pretexto para que algo mude também neste aspecto.

Por exemplo: ao planificar uma iniciativa, ao analisar uma luta, quer se trate de uma greve numa empresa, de uma sessão de esclarecimento ou de uma assembleia de organização, cada célula, cada organismo, cada militante — nomeadamente os ligados às tarefas de informação e propaganda ou encarregues dos contactos com o «Avante!»

— deve pôr a seguinte questão, e discutí-la em colectivo: para que tenhamos êxito, em que é que o jornal nos pode ajudar? Que informação vamos mandar, que notícia vamos nós próprios redigir, que sugestão vamos fazer aos camaradas da Redacção?

No fundo, trata-se apenas — e é isso que muitas vezes ainda não acontece — de enquadrar o nosso órgão central, e duma maneira mais geral toda a imprensa do Partido, entre os meios de que este dispõe para o seu trabalho. Trata-se de o utilizar como uma ferramenta da actividade partidária, fazendo dele o agitador, propagandista e organizador colectivo de que Lenine falava.

O que acima fica dito levanta a questão da informação para o «Avante!», aspecto este que por mais de uma vez temos focado. Claro que muitos outros haveria que abordar, particularmente no que se refere à utilização do jornal depois de feito, ou seja, à sua distribuição e venda, à sua leitura, etc., nomeadamente agora, que vamos estar perante um «Avante!» algo diferente daquele a que nos últimos anos nos tínhamos habituado. Parte destes temas são objecto de tratamento próprio noutros locais desta página. Por aqui, fixemos-nos — e já não é pouco — nesta importante questão da

informação para o «Avante!», insistindo na necessidade do muito que a generalidade das organizações precisam de melhorar a este respeito. E já agora recordemos algumas «leis» relativas ao envio de materiais para a Redacção, sublinhando que a remodelação do jornal em nada as altera. E a primeira é, não é demais acentuá-lo, que todos os materiais destinados a uma determinada edição devem chegar à Redacção o mais tardar até à terça-feira da respectiva semana. As notícias escusam de vir redigidas em definitivo, podendo apenas conter os elementos essenciais que depois os redactores se encarregarão de os trabalhar. Finalmente, convém não esquecer o interesse que há em enviar fotos, pois muitas vezes uma boa fotografia com o respectiva legenda vale mais ou tem mais significado do que uma extensa prosa. Muitas organizações do Partido dispõem já hoje de boas secções de informação e propaganda e mesmo de gabinetes de imprensa, em cujas atribuições se inclui geralmente o contacto com o «Avante!». A melhoria do trabalho de todos esses camaradas será, pois, um factor determinante para a melhoria global do jornal!



## O preço

Costuma dizer-se que não há bela sem senão, e a remodelação do «Avante!» não iria fugir à regra... Sendo que a bela se quer que seja a própria remodelação, o senão é o preço.

Todos sabemos que tem sido critério do nosso órgão central pautar o seu preço de venda pelo dos jornais diários e não pelo dos semanários: ultimamente e apesar dos semanários terem mesmo aumentado para 25500, o «Avante!» tem mantido os 15500 que é — por enquanto — o preço dos diários.

Todos sabemos, por outro lado, que o «Avante!» não conta com outras importantes receitas de grande importância para toda a restante imprensa, nomeadamente as de publicidade, os subsídios de papel e o porte pago. Só o facto de o trabalho, militância e interesse dos leitores (e especialmente dos militantes e organizações do Partido) continuarem a assegurar ao nosso jornal uma das maiores tiragens portuguesas assegura

o necessário suporte financeiro. Porém, a remodelação do «Avante!» envolverá um aumento substancial de encargos, quer na tipografia quer em papel, com os dois cadernos que passarão a ser publicados, o órgão central do PCP aumentará o equivalente a quatro páginas das actuais, isto é, mais 33% de área útil. Lado a lado com os aumentos de preços de matérias-primas, transportes e outros que directamente tocam a produção de um jornal, o aumento de encargos torna indispensável o aumento do preço.

Aumento que deixará o «Avante!» abaixo do preço normal dos semanários uma vez que passaremos apenas de 15500 para 20500. Parte deste aumento beneficiará, como sempre, as próprias organizações do Partido. E todos estamos certos que este aumento será, antes de tudo o mais, um novo instrumento para a melhoria do trabalho de todo o nosso Partido e do seu trabalho de esclarecimento e informação.

## Como vai ser o «Avante!» remodelado?

Concretamente, como surgirá o «Avante!» na próxima semana? Sob o ponto de vista gráfico, o órgão central do PCP apresentará modificações que correspondem, por um lado, a numerosas sugestões que têm surgido ao longo dos anos, nomeadamente quanto ao seu formato, conservando, por outro, potencialidades e soluções que têm provado constituírem aspectos positivos do jornal.

Concretamente, o «Avante!» passará a ser publicado (à quinta-feira, como sempre) em dois cadernos que não podem ser vendidos separadamente e que são, aliás, inteiramente complementares: um primeiro caderno no formato actual, com 8 páginas, e um suplemento, em formato tablóide (metade do actual), com 16 páginas.

Quanto ao conteúdo, o primeiro caderno incluirá toda a informação sobre a actividade do Partido e a

situação política nacional e internacional e o editorial; o suplemento, para além de desenvolver (reportagens, entrevistas, crónicas) os aspectos essenciais da actualidade, incluirá igualmente outras secções e temas até agora não contemplados no «Avante!» com carácter regular: História, Economia, Livros, Cinema, Ecologia, Ensino e Educação, etc.

A fórmula adoptada e outras modificações em preparação permitirão que o órgão central do Partido possa abordar, com maior vivacidade e profundidade, os grandes problemas da vida nacional e da actividade do Partido.

A própria experiência, a crítica e o apoio de todo o Partido, de todos os leitores têm porém um papel decisivo a desempenhar no futuro da remodelação do nosso «Avante!»



Órgão Central do Partido Comunista (S. P. da I. C.)

**AO PROLETARIADO DE PORTUGAL**

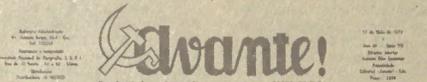
CAMARADAS

Desde aqui para diante o jornal político e económico do nosso partido terá a sua sede em Lisboa.

A primeira secção do jornal é a de notícias, onde se encontram as notícias de interesse geral para o nosso partido e para o povo português. A segunda secção é a de notícias de interesse internacional, onde se encontram as notícias de interesse geral para o nosso partido e para o povo português.

O P. C. P. não pode permitir que a sua imprensa, que é o instrumento de luta do nosso partido, seja deixada ao acaso. Por isso, a partir de agora, o jornal político e económico do nosso partido terá a sua sede em Lisboa.

(Continua na 4.ª página)



**D «AVANTE!» LEGAL!**

OS COMUNISTAS NO GOVERNO PROVISÓRIO